

CONTAS NACIONAIS
número 39

PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS

2010



Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Marcia Maria Melo Quintslr

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Denise Britz do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais
Roberto Luís Olinto Ramos

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais
número 39

Produto Interno Bruto dos Municípios 2010

Rio de Janeiro
2012

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1415-9813 **Contas Nacionais**

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais relativos às tabelas de recursos e usos, contas econômicas integradas, contas regionais do Brasil, produto interno bruto dos municípios e matriz de insumo-produto.

ISBN 978-85-240-4270-6 (meio impresso)

© IBGE. 2012

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Lgonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Análise dos resultados

Síntese dos resultados nacional e regional

Produto Interno Bruto dos Municípios

 Análise da concentração do PIB

 Movimentos mais expressivos entre os municípios

PIB *per capita*

Valor adicionado bruto dos principais setores de atividade econômica

 Valor adicionado bruto da Agropecuária

 Valor adicionado bruto da Indústria

 Valor adicionado bruto dos Serviços

 Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social

Tabelas de resultados

1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

2 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto *per capita* e população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

3 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

4 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Indústria e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

5 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto dos Serviços e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

6 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

Referências

Anexos

1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios

2 - Índice de Gini, por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2010

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através da Coordenação de Contas Nacionais e em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, apresenta, nesta publicação, os resultados do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios, para o ano de 2010.

Os resultados municipais – completamente integrados com as séries do Sistema de Contas Nacionais¹ e das Contas Regionais do Brasil – estão disponíveis no portal do IBGE na Internet e no CD-ROM que acompanha esta publicação. São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços – os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, o PIB e o PIB *per capita*. Apesar de estar inserido no setor de Serviços, divulga-se, também, o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social em separado, devido à relevância desse segmento na economia municipal. A análise dos resultados, ilustrada por meio de tabelas, quadros, gráficos e cartogramas, destaca alguns aspectos econômicos de abrangência tanto nacional, como regional e municipal.

¹ Em 2010, os resultados nacionais foram os obtidos com a soma dos resultados divulgados pelo Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Cabe esclarecer aos usuários que o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais encontra-se igualmente integrado ao Sistema de Contas Nacionais, porém com nível de detalhamento mais restrito.

A publicação inclui, ainda, anexos contendo o índice de Gini, por atividade econômica, um coeficiente de concentração do PIB e do PIB *per capita*, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, informações de natureza metodológica, e um glossário com os termos e conceitos relevantes para a compreensão dos resultados.

A metodologia de cálculo do PIB dos Municípios encontra-se descrita, de forma detalhada, na Série Relatórios Metodológicos².

Marcia Maria Melo Quintslr
Diretora de Pesquisas

² Para informações complementares, consultar a publicação: PRODUTO interno bruto dos municípios. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 58 p. (Série relatórios metodológicos, v. 29). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/srmpibmunicipios.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

Introdução

O Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios é desenvolvido desde o ano de 2000, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Nesse projeto, coube ao IBGE a tarefa de coordenar as discussões metodológicas, treinar as equipes técnicas e acompanhar os trabalhos, seguindo os princípios fundamentais das estatísticas oficiais³, e aos organismos estaduais, o cálculo do PIB dos Municípios. No caso específico desta publicação, para o Estado de São Paulo, representado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, o processo de colaboração técnica e institucional se deu por meio de troca de informações e da base de dados solicitada pelo IBGE.

O PIB dos Municípios, calculado sob metodologia⁴ uniforme para todas as Unidades da Federação, é integrado, conceitualmente, aos procedimentos adotados nos Sistemas de Contas Nacionais e Regionais do Brasil. Dessa maneira, seus resultados são coerentes e comparáveis entre si e com os resultados nacional e regional.

O cálculo do PIB dos Municípios baseia-se na distribuição, pelos municípios, do valor adicionado bruto, a preços básicos, em valores correntes das atividades econômicas, obtido pelas Contas Regionais do Brasil. Não se estima o valor adicionado bruto a preços constantes no nível municipal.

³ Os princípios fundamentais das estatísticas oficiais foram definidos pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, em 1994, e podem ser consultados no portal do IBGE na Internet, no endereço: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/principios_fundamentais_estatisticas.shtm>.

⁴ Para informações complementares, consultar a publicação: PRODUTO interno bruto dos municípios. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 58 p. (Série relatórios metodológicos, v. 29). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/srmpibmunicipios.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

O trabalho fundamenta-se na identificação de variáveis que permitam distribuir o valor adicionado bruto das 20 atividades econômicas⁵ de cada Unidade da Federação, pelos respectivos municípios. O nível de desagregação necessário ao cálculo do PIB dos Municípios requer maior abertura das mencionadas atividades, chegando-se, especialmente na Agropecuária, no nível de produto.

A divulgação da série do PIB dos Municípios adota uma política de revisão dos resultados do ano anterior como requisito fundamental para o aprimoramento da qualidade da informação.

Esta publicação apresenta um conjunto de variáveis: o valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços, o PIB e o PIB *per capita*, que, além de permitir estabelecer relações macroeconômicas, possibilita traçar, para cada município, seus perfis econômico e setorial. Além das informações anteriormente mencionadas, destaca-se, também, o valor adicionado bruto corrente da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, incluído no setor de Serviços, devido à importância desta atividade na economia brasileira. Os dados de Brasília que constam desta publicação são os publicados nas Contas Regionais do Brasil para o Distrito Federal.

A análise dos resultados compreende duas partes. Na primeira delas, é analisado o PIB, o PIB *per capita* e o valor adicionado bruto dos principais setores de atividade econômica, destacando-se a concentração desses grandes agregados no País e os principais movimentos ocorridos em relação ao ano anterior. Na segunda, um conjunto de oito tabelas detalha as principais informações sobre a economia municipal brasileira.

⁵ Consideram-se as seguintes atividades econômicas: Agricultura; Pecuária; Silvicultura e exploração florestal; Pesca; Indústria extrativa; Indústria de transformação; Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; Construção civil; Comércio e serviços de manutenção e reparação; Serviços de alojamento e alimentação; Transporte, armazenagem e correio; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; Atividades imobiliárias e aluguéis; Serviços prestados às empresas; Administração, saúde e educação públicas e seguridade social; Educação mercantil; Saúde mercantil; Serviços prestados às famílias e associativos; e Serviços domésticos.

Análise dos resultados

Síntese dos resultados nacional e regional⁶

Em 2010, o Produto Interno Bruto - PIB, a preços de mercado, cresceu, em termos reais, 7,5% em relação ao ano anterior e o deflator da economia foi de 8,1%. Em valores correntes, o resultado alcançado foi de R\$ 3 770,1 bilhões (INDICADORES IBGE, 2012, p. 34, tab. 8). A expansão real do PIB foi resultado do crescimento de 6,9% do valor adicionado bruto⁷ a preços básicos e do aumento de 11,7% nos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos.

A Tabela 1, a seguir, ilustra o desempenho da economia brasileira no ano de 2010, por grandes grupos de atividade econômica⁸.

O crescimento, em volume, do valor adicionado bruto da Agropecuária no ano de 2010, 6,3%, refletiu o aumento de produção do setor agrícola. Segundo a pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM 2010, o valor bruto da produção agrícola alcançou R\$ 154,0 bilhões em 2010, um crescimento de 8,9% em relação ao ano anterior. Este aumento deveu-se, principalmente, à valorização dos produtos

⁶Resumo da análise realizada com os resultados do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais e das Contas Regionais do Brasil, para o ano de 2010.

⁷O valor adicionado bruto é sempre calculado a preços básicos (exclui qualquer imposto e qualquer custo de transporte faturado separadamente e inclui qualquer subsídio sobre o produto).

⁸Consideram-se os seguintes grandes grupos de atividade econômica: Agropecuária (Agricultura, silvicultura e exploração florestal; e Pecuária e pesca); Indústria (Indústria extrativa; Indústrias de transformação; Construção civil; e Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana); Serviços (Comércio e serviços de manutenção e reparação; Serviços de alojamento e alimentação; Transporte, armazenagem e correio; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; Serviços prestados às famílias e associativos; Serviços prestados às empresas; Atividades imobiliárias e aluguéis; Administração, saúde e educação públicas e seguridade social; Saúde e educação mercantis; e Serviços domésticos).

agrícolas no mercado externo, seja pelo aumento da demanda, seja pela redução da oferta. Destacaram-se a cana-de-açúcar, que expandiu seu valor bruto da produção em 14,9%, e o café, cujo valor bruto da produção exibiu⁹ crescimento de 34,4%. A laranja, a mandioca, a banana e o algodão herbáceo também se destacaram, com aumentos de 28,3%, 23,7%, 19,9% e 19,4%, respectivamente.

Tabela 1 - Valor adicionado bruto a preços correntes e variação em volume, preço e valor, segundo a atividade econômica - Brasil - 2009-2010

Atividade econômica	Valor adicionado bruto a preços correntes de 2009 (1 000 000 R\$)	Variação (%)			Valor adicionado bruto a preços correntes de 2010 (1 000 000 R\$)	Participação (%)	
		Volume	Preço	Valor		2009	2010
Total	2 794 379	6,9	8,1	15,5	3 227 181	100,0	100,0
Agropecuária	157 232	6,3	2,4	8,9	171 177	5,6	5,3
Indústria	749 699	10,4	9,4	20,8	905 852	26,8	28,1
Serviços	1 887 448	5,5	8,0	13,9	2 150 151	67,5	66,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

A Indústria foi a única atividade a apresentar variação, tanto em volume quanto nos preços, acima da média do valor adicionado bruto total das atividades, registrando ganho de participação no valor adicionado bruto, ao passar de 26,8% para 28,1%. A taxa de crescimento de cada trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior mostra que o setor industrial apresentou desempenho real de 15,4%, 13,9%, 8,9% e 4,9%, nos quatro trimestres do ano, respectivamente. A Indústria extrativa foi a principal responsável por este ganho. Em 2009, esta atividade gerava 1,8% do valor adicionado bruto total e, em 2010, passou a gerar 3,0%. A expressiva variação positiva ocorreu tanto em volume, 13,6%, como em preço, 65,3%. A Construção civil também ganhou 0,4 ponto percentual em relação ao ano anterior e passou a representar 5,7% do valor adicionado bruto total. O ganho de participação desta atividade refletiu o crescimento em volume e preço: 11,6% e 11,3%, respectivamente.

O setor de Serviços cresceu, em termos nominais, 13,9% e apresentou crescimento real de 5,5%. Este segmento passou a representar $\frac{2}{3}$ do valor adicionado bruto total em 2010. Cabe destaque para o crescimento, em valor, acima da média das seguintes atividades: Transporte, armazenagem e correio; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; e Comércio e serviços de manutenção e reparação, com 20,6%, 19,9% e 15,7%, respectivamente¹⁰.

Os resultados nacionais refletiram o desempenho da economia regional (CONTAS..., 2012, p. 21-22, tab. 2-3). Um resumo desses resultados encontra-se na Tabela 2.

⁹ Segundo a pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM 2010, o café também elevou sua produção em 19,1%, fato que já era esperado visto que a cultura possui esta característica de alternar anos de altas e baixas produtividades, mais percebida na espécie *Coffea arabica*, predominante no País.

¹⁰ Para informações complementares, consultar: CONTAS nacionais trimestrais. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: nov. 2012.

Tabela 2 - Participação dos setores de atividades e do valor adicionado bruto em relação ao Brasil, segundo as Unidades da Federação - 2009-2010

Unidades da Federação	Participação dos setores de atividades e do valor adicionado bruto em relação ao Brasil (%)											
	Agropecuária			Indústria			Serviços			Valor adicionado bruto		
	2009	2010	Diferença absoluta	2009	2010	Diferença absoluta	2009	2010	Diferença absoluta	2009	2010	Diferença absoluta
Brasil	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..	100,0	100,0	..
Rondônia	2,7	2,6	(-) 0,1	0,3	0,3	0,0	0,6	0,6	0,0	0,6	0,6	(-) 0,0
Acre	0,7	0,9	0,1	0,1	0,1	0,0	0,3	0,2	(-) 0,0	0,2	0,2	(-) 0,0
Amazonas	1,4	1,8	0,4	2,3	2,4	0,1	1,2	1,2	(-) 0,0	1,5	1,5	0,1
Roraima	0,2	0,2	(-) 0,0	0,1	0,1	(-) 0,0	0,2	0,2	(-) 0,0	0,2	0,2	(-) 0,0
Pará	2,5	2,7	0,3	2,0	3,2	1,2	1,8	1,7	(-) 0,0	1,9	2,2	0,3
Amapá	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	(-) 0,0	0,3	0,3	(-) 0,0	0,2	0,2	(-) 0,0
Tocantins	1,8	1,7	(-) 0,1	0,4	0,4	0,0	0,4	0,4	0,0	0,5	0,5	0,0
Maranhão	3,8	4,1	0,3	0,7	0,7	(-) 0,0	1,3	1,3	(-) 0,0	1,3	1,3	(-) 0,0
Piauí	1,1	0,7	(-) 0,4	0,4	0,4	0,0	0,7	0,7	0,0	0,6	0,6	(-) 0,0
Ceará	1,9	1,7	(-) 0,2	1,9	1,8	(-) 0,1	2,2	2,3	0,1	2,1	2,1	0,0
Rio Grande do Norte	0,8	0,7	(-) 0,1	0,7	0,7	0,0	1,0	1,0	0,0	0,9	0,9	0,0
Paraíba	0,9	0,7	(-) 0,2	0,8	0,7	(-) 0,1	1,0	1,0	(-) 0,0	0,9	0,9	(-) 0,0
Pernambuco	2,1	2,1	0,1	2,0	2,0	0,0	2,6	2,8	0,2	2,4	2,5	0,1
Alagoas	0,9	0,9	(-) 0,0	0,5	0,5	(-) 0,0	0,7	0,7	0,0	0,7	0,7	(-) 0,0
Sergipe	0,7	0,6	(-) 0,1	0,7	0,7	0,0	0,6	0,7	0,0	0,6	0,7	0,0
Bahia	6,0	5,7	(-) 0,2	4,6	4,5	(-) 0,1	4,1	3,9	(-) 0,1	4,3	4,2	(-) 0,1
Minas Gerais	14,4	15,2	0,8	10,1	11,4	1,3	8,1	8,3	0,1	9,0	9,5	0,5
Espírito Santo	2,3	2,5	0,2	2,2	2,7	0,5	1,8	1,8	(-) 0,0	1,9	2,1	0,2
Rio de Janeiro	0,9	0,8	(-) 0,1	10,6	10,7	0,1	11,7	11,5	(-) 0,2	10,8	10,7	(-) 0,1
São Paulo	9,4	11,3	1,9	35,3	33,3	(-) 2,0	33,5	33,3	(-) 0,2	32,6	32,1	(-) 0,5
Paraná	8,2	9,3	1,1	6,3	5,7	(-) 0,6	5,7	5,6	(-) 0,1	6,0	5,8	(-) 0,2
Santa Catarina	5,9	5,1	(-) 0,8	5,0	4,9	(-) 0,0	3,5	3,6	0,1	4,1	4,0	(-) 0,0
Rio Grande do Sul	11,8	11,1	(-) 0,7	7,4	7,1	(-) 0,3	6,1	6,3	0,2	6,8	6,8	0,0
Mato Grosso do Sul	3,1	3,4	0,3	0,8	0,9	0,2	1,1	1,1	0,0	1,1	1,2	0,1
Mato Grosso	9,3	6,9	(-) 2,5	1,2	1,2	0,0	1,5	1,4	(-) 0,1	1,8	1,6	(-) 0,2
Goiás	6,7	7,0	0,2	2,7	2,5	(-) 0,2	2,4	2,3	(-) 0,0	2,7	2,6	(-) 0,1
Distrito Federal	0,3	0,2	(-) 0,1	1,0	1,0	(-) 0,1	5,7	5,8	0,0	4,2	4,1	(-) 0,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Analisando as maiores variações na distribuição estadual do valor adicionado bruto da Agropecuária, verifica-se que São Paulo foi responsável por 11,3% do total, passando da terceira para a segunda colocação e ampliando sua participação que, em 2009, era de 9,4%. Segundo a PAM - 2010, o Estado era o principal produtor de importantes culturas que apresentaram aumento no valor bruto da produção em 2010, como cana-de-açúcar, 15,9%, laranja, 35,8%, milho, 16,9%, café, 57,0% e banana, 102,5%. Em contrapartida, o Estado de Mato Grosso sofreu redução de 2,3 bilhões de reais no valor bruto da produção, sendo 1,8 bilhão devido à soja, cultura na qual se destaca por ser o maior produtor nacional, com 23,4% do total produzido no País.

Em relação à Indústria, em 2010 observou-se que as economias dos Estados de Minas Gerais e Pará foram as maiores responsáveis pela expansão, devido à Indústria extrativa. Minas Gerais passou a ser o segundo maior estado na geração do valor adicionado bruto industrial, ultrapassando o Rio de Janeiro.

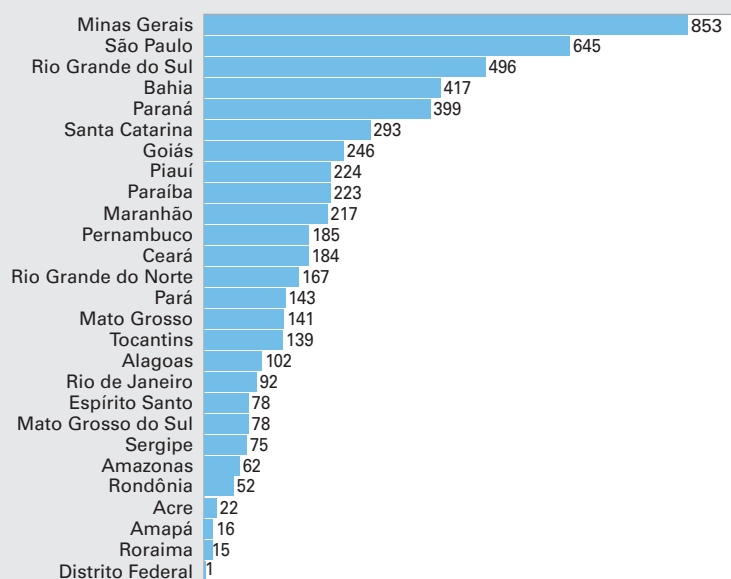
De modo geral, os estados brasileiros mantiveram o peso no setor de Serviços. Suaves movimentos positivos foram verificados nos Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul (0,2 ponto percentual) enquanto movimentos negativos foram registrados nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro (-0,2 ponto percentual). Pernambuco ganhou participação no segmento Comércio e serviços de manutenção e reparação, enquanto o Rio Grande do Sul ganhou participação no segmento Transporte, armazenagem e correio. São Paulo perdeu participação nos segmentos Administração, saúde e educação públicas e seguridade social; Atividades imobiliárias e aluguéis; e Serviços de informação. A perda de participação do Rio de Janeiro ocorreu em todos os segmentos dos Serviços, exceto Comércio e serviços de manutenção e reparação e Serviços de alojamento e alimentação.

Produto Interno Bruto dos Municípios

A malha municipal brasileira, em 2010, dividia a extensão territorial administrativamente em 5 565 municípios, que apresentavam uma grande diversidade de recursos naturais, variações climáticas e situações econômica, social e política contrastantes. Os Gráficos 1 e 2 apresentam a distribuição dos municípios no País por Unidades da Federação e por Grandes Regiões, respectivamente.

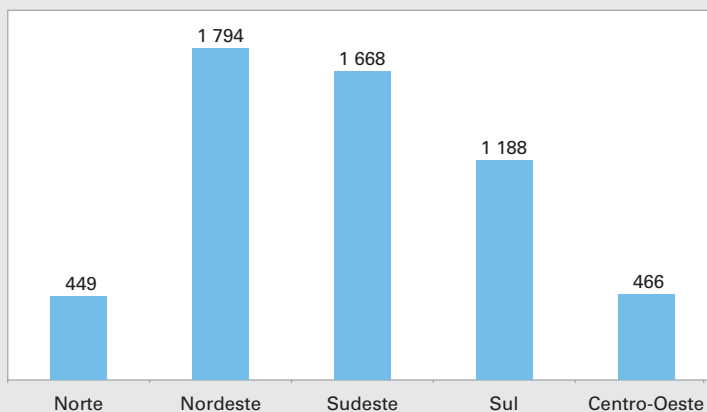
Os resultados apresentados a seguir seguem duas linhas de análise em relação ao PIB do País: a primeira avalia essencialmente a concentração, e a segunda, os movimentos dos municípios.

Gráfico 1 - Distribuição do número de municípios, segundo as Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2010



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Gráfico 2 - Distribuição do número de municípios, segundo as Grandes Regiões - 2010



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Análise da concentração do PIB

As informações do PIB dos Municípios permitem avaliar, entre outros aspectos, a concentração econômica no País. Em sequência, serão apresentados alguns resultados cujo propósito é mensurar a desigualdade ou concentração da renda gerada nos municípios brasileiros, quais sejam: a curva de Lorenz, o índice de Gini, a distribuição de frequência acumulada da renda, a concentração medida pela relação entre os municípios que geram as maiores rendas e os que geram as menores, a participação dos cinco municípios que geram as maiores rendas em relação à Unidade da Federação e a dependência econômica da Unidade da Federação em relação a sua capital.

Curva de Lorenz e índice de Gini¹¹

As curvas de Lorenz para o PIB e para o valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços evidenciam a desigualdade da economia nacional e estão representadas no Gráfico 3.

O índice de Gini para o PIB, no ano de 2010, foi de 0,86, enquanto para o valor adicionado bruto da Agropecuária, Indústria e Serviços foi de 0,57, 0,90 e 0,87, respectivamente. Estes coeficientes mantiveram-se praticamente inalterados desde 2004. No que

diz respeito à concentração, a Agropecuária é a atividade econômica que apresentou o menor grau, na medida em que sua curva de Lorenz situou-se acima das demais. O inverso ocorre com as atividades de Serviços e Indústria, cujas curvas situaram-se abaixo daquela da Agropecuária, evidenciando grande concentração. Como os Serviços pesam aproximadamente $\frac{2}{3}$ do valor adicionado bruto total (em 2010, a Agropecuária registrou R\$ 171 177 milhões; a Indústria, R\$ 905 852 milhões; e os Serviços, R\$ 2 150 151 milhões), a curva de Lorenz do PIB estava bem próxima da curva desta atividade. A atividade industrial, representada pela curva mais à direita, denota grande concentração. Consta no Anexo 2 o índice de Gini por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, para o ano de 2010.

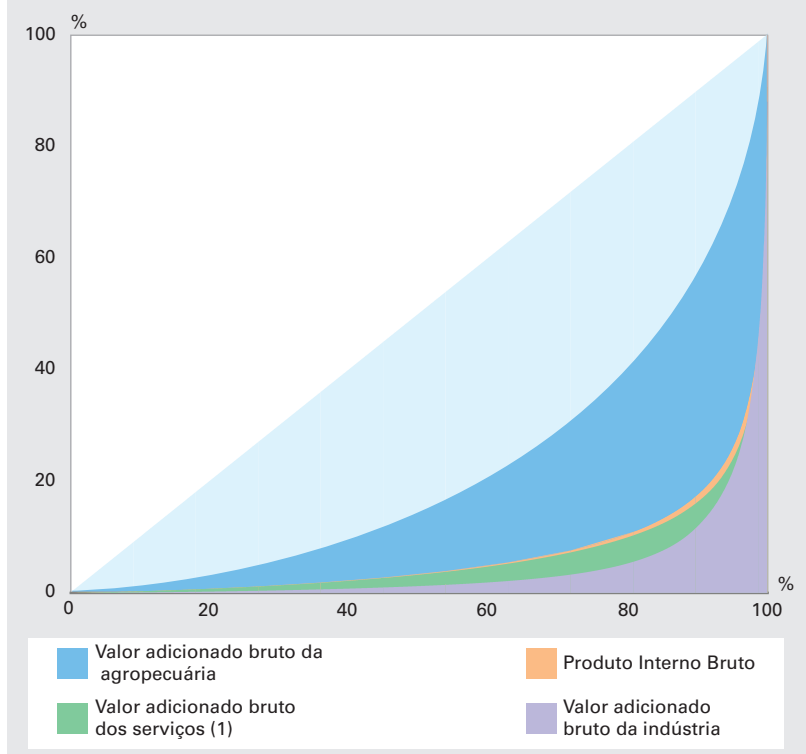
Em 2010, apenas os Estados do Amazonas e de São

Paulo apresentaram índice de Gini superior ao nacional, 0,88 e 0,87, respectivamente. Os menores indicadores, entre 0,60 e 0,70, foram observados nos Estados de Rondônia, Acre, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

O Cartograma 1 apresenta a distribuição do PIB dos Municípios por classes. Ressalta-se que o tamanho da área geográfica não deve influenciar a interpretação dos resultados. Os municípios com as maiores áreas estão localizados na Região Norte, enquanto os municípios das Regiões Sudeste e Sul são menores, o que torna a área bastante fragmentada. O Gráfico 1, com o número de municípios por Unidades da Federação, auxilia a análise espacial.

¹¹ O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus. Para maiores detalhes, ver **Glossário**, ao final da publicação.

Gráfico 3 - Curva de Lorenz do Produto Interno Bruto, do valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços - Brasil - 2010

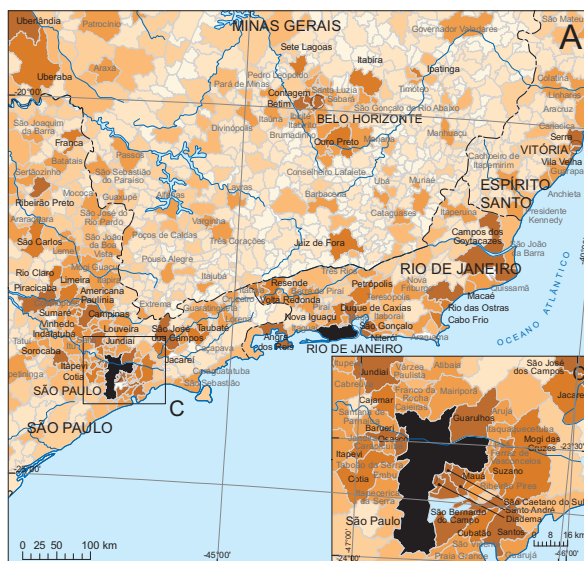
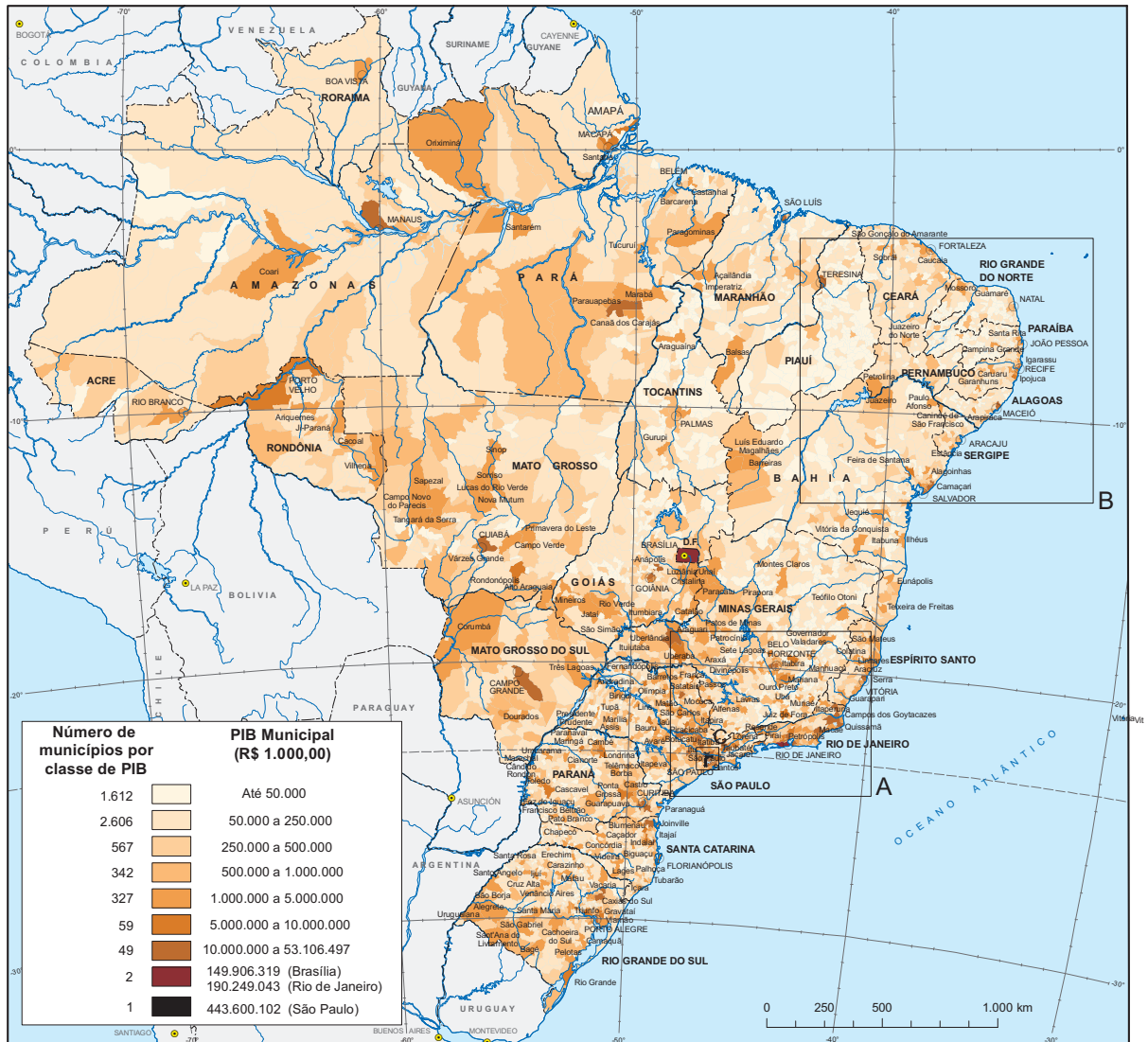


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

(1) Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Cartograma 1 - Produto Interno Bruto municipal e número de municípios em cada classe - 2010



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Distribuição do número de municípios, segundo as faixas de participação relativa no PIB

A distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹² no PIB do País, está apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no Produto Interno Bruto total do Brasil - 2006-2010

Faixas de participação relativa no Produto Interno Bruto total do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulado	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população		Dos municípios	Da população
2006 (1)						
Até 25%	5	0,1	12,7	5	0,1	12,7
De 25% a 50%	45	0,8	17,4	50	0,9	30,1
De 50% a 75%	251	4,5	23,7	301	5,4	53,9
De 75% a 95%	1 911	34,3	31,4	2 212	39,8	85,2
De 95% a 99%	2 003	36,0	11,4	4 215	75,8	96,6
De 99% a 100%	1 349	24,2	3,4	5 564	100,0	100,0
2007 (1)						
Até 25%	5	0,1	12,9	5	0,1	12,9
De 25% a 50%	44	0,8	17,4	49	0,9	30,3
De 50% a 75%	247	4,4	23,7	296	5,3	54,0
De 75% a 95%	1 924	34,6	31,0	2 220	39,9	85,0
De 95% a 99%	2 004	36,0	11,5	4 224	75,9	96,5
De 99% a 100%	1 340	24,1	3,5	5 564	100,0	100,0
2008 (1)						
Até 25%	6	0,1	13,5	6	0,1	13,5
De 25% a 50%	45	0,8	17,0	51	0,9	30,5
De 50% a 75%	251	4,5	23,2	302	5,4	53,7
De 75% a 95%	1 958	35,2	31,5	2 260	40,6	85,2
De 95% a 99%	1 991	35,8	11,4	4 251	76,4	96,6
De 99% a 100%	1 313	23,6	3,4	5 564	100,0	100,0
2009 (1)						
Até 25%	5	0,1	12,6	5	0,1	12,6
De 25% a 50%	47	0,8	18,3	52	0,9	30,9
De 50% a 75%	258	4,6	23,3	310	5,6	54,2
De 75% a 95%	1 970	35,4	31,3	2 280	41,0	85,6
De 95% a 99%	1 985	35,7	11,1	4 265	76,6	96,7
De 99% a 100%	1 300	23,4	3,3	5 565	100,0	100,0
2010 (2)						
Até 25%	6	0,1	13,7	6	0,1	13,7
De 25% a 50%	48	0,9	17,0	54	1,0	30,7
De 50% a 75%	255	4,6	23,4	309	5,6	54,1
De 75% a 95%	1 943	34,9	31,4	2 252	40,5	85,4
De 95% a 99%	1 988	35,7	11,3	4 240	76,2	96,7
De 99% a 100%	1 325	23,8	3,3	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) População do Censo Demográfico 2010, dados sujeitos a revisão.

¹² Sendo a participação relativa no PIB do País ordenada de forma decrescente.

Verifica-se que, em 2010, a renda gerada por seis municípios correspondeu a aproximadamente 25,0% de toda a geração de renda do País e que esses municípios representavam 13,7% da população. Agregando a renda de 54 municípios, alcançou-se, aproximadamente, a metade do PIB nacional e 30,7% da população. No mesmo ano, nota-se que os 1 325 municípios que pertenciam à última faixa de participação relativa responderam por aproximadamente 1,0% do PIB e concentraram 3,3% da população. Nesta faixa, estavam 75,0% dos municípios do Piauí, 61,4% dos municípios da Paraíba, 50,9% dos municípios do Rio Grande do Norte e 48,9% dos municípios do Tocantins. Estes números mostram não só a concentração da geração interna da renda como também a difusão espacial na produção desta renda.

A Tabela 4, por sua vez, demonstra a posição dos seis maiores municípios, todos capitais, em relação ao PIB, bem como a participação relativa do PIB e da população.

Tabela 4 - Posição dos seis maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto e participação relativa do Produto Interno Bruto e da população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição de 2010 - 2006-2010

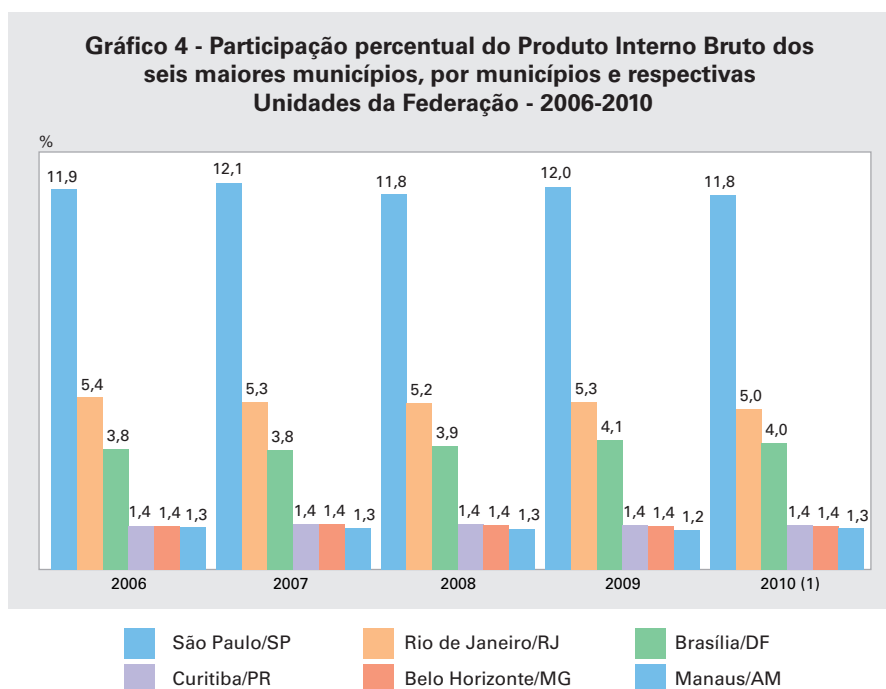
Municípios e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição de 2010	Posição dos seis maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto					Participação relativa em 2010 (%)	
	2006	2007	2008	2009	2010 (1)	Produto Interno Bruto	População (2)
São Paulo/SP	1	1	1	1	1	11,8	5,9
Rio de Janeiro/RJ	2	2	2	2	2	5,0	3,3
Brasília/DF	3	3	3	3	3	4,0	1,3
Curitiba/PR	5	5	4	4	4	1,4	0,9
Belo Horizonte/MG	4	4	5	5	5	1,4	1,2
Manaus/AM	6	6	6	6	6	1,3	0,9

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População do Censo Demográfico 2010.

De modo geral, não ocorreu alteração significativa entre os maiores municípios na série.

O Gráfico 4 destaca os seis municípios responsáveis por aproximadamente 25% do PIB em 2010 e apresenta a evolução da participação percentual em relação ao País de 2006 a 2010. Todos os seis Municípios eram Capitais e tradicionalmente identificados como concentradores da atividade de Serviços – Intermediação financeira, comércio e administração pública, exceto o Município de Manaus (Amazonas) cuja economia tinha equilíbrio entre as atividades de Indústria (Indústrias de transformação) e de Serviços.



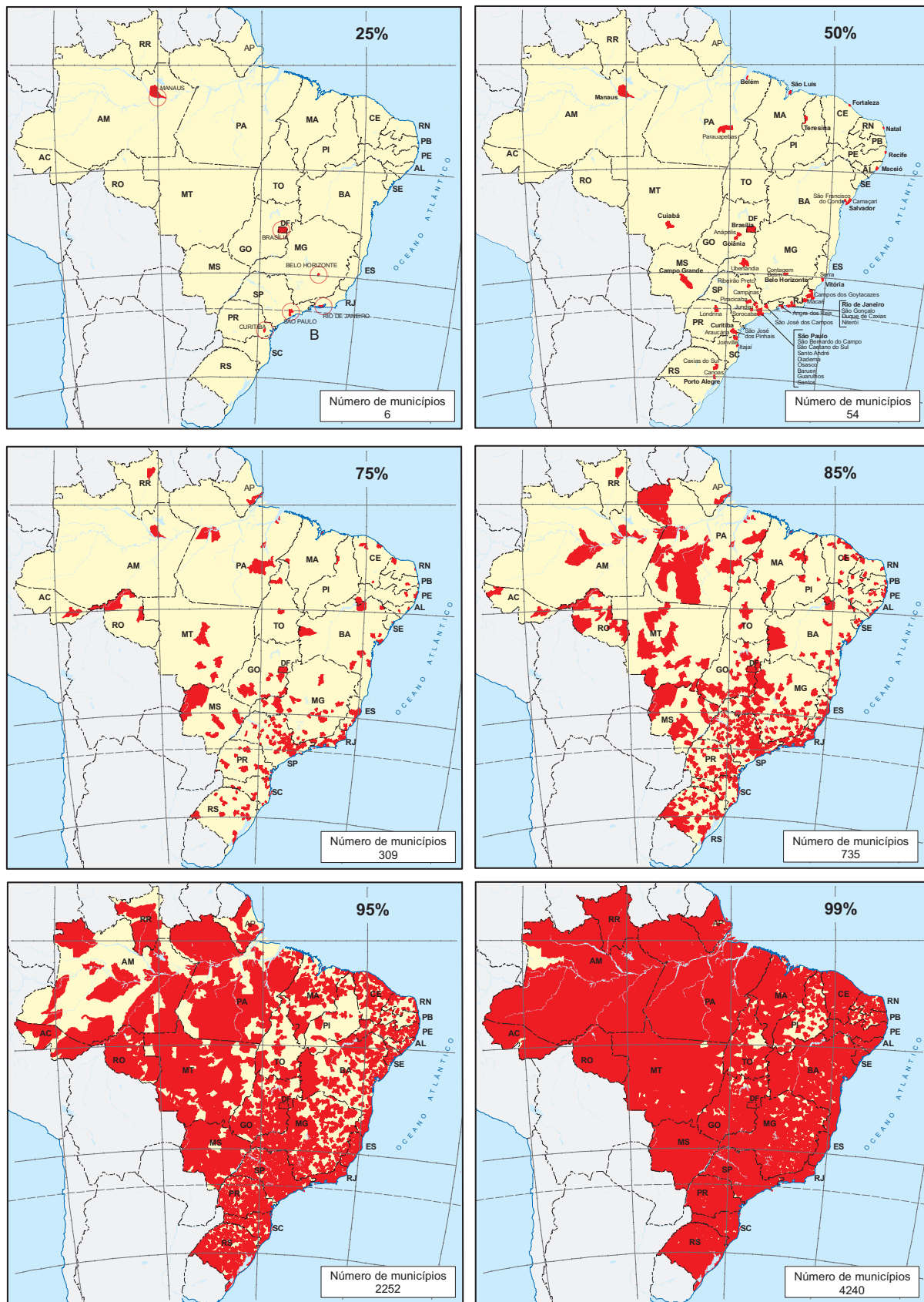
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
 (1) Dados sujeitos a revisão.

Excluindo-se os Municípios das Capitais, 11 municípios destacaram-se por gerarem individualmente mais de 0,5% do PIB, agregando 8,6% da renda do País. Esses municípios, com grande integração entre a Indústria e os Serviços, eram: Guarulhos (São Paulo), Campinas (São Paulo) e Osasco (São Paulo), que geravam, individualmente, 1,0%; São Bernardo do Campo (São Paulo), 0,9%; Betim (Minas Gerais), 0,8%; Barueri (São Paulo), Santos (São Paulo), Duque de Caxias (Rio de Janeiro) e Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), que geravam 0,7% individualmente; São José dos Campos (São Paulo), 0,6%; e Jundiaí (São Paulo) 0,5%. Estes dados também podem ser observados na Tabela de Resultados 1.

Em 2010, a Região Norte era composta por 449 municípios. Agregando-se o PIB dos seis municípios com as maiores economias (o que representava 1,3% do total de municípios da região), chegava-se a, aproximadamente, 50,0% da renda nela gerada, sendo que $\frac{1}{4}$ concentrava-se no Município de Manaus (Amazonas). Ao reproduzir a análise para as demais Grandes Regiões, verificou-se que a renda de 21 dos 1 794 municípios nordestinos (o que correspondia a 1,2% do total de municípios da região) agregava metade da renda ali gerada. Por outro lado, a Região Sudeste era formada por 1 668 municípios e com apenas 15 (o que representava 0,9% do total de municípios da região) obtinha-se a metade da renda regional. A Região Sul do País era composta por 1 188 municípios e chegava-se a 50% do PIB agregando-se a renda das 27 (2,3% do total de municípios da região) maiores economias municipais. Brasília (Distrito Federal) gerava 42,8% do PIB da Região Centro-Oeste e, nesta região, havia 466 municípios. Estes dados podem ser observados na Tabela de Resultados 7.

O Cartograma 2 mostra a distribuição acumulada do PIB dos Municípios e permite identificar, espacialmente, a distribuição dos municípios apontados na Tabela 3.

Cartograma 2 - Participação dos municípios no Produto Interno Bruto nacional - 2010

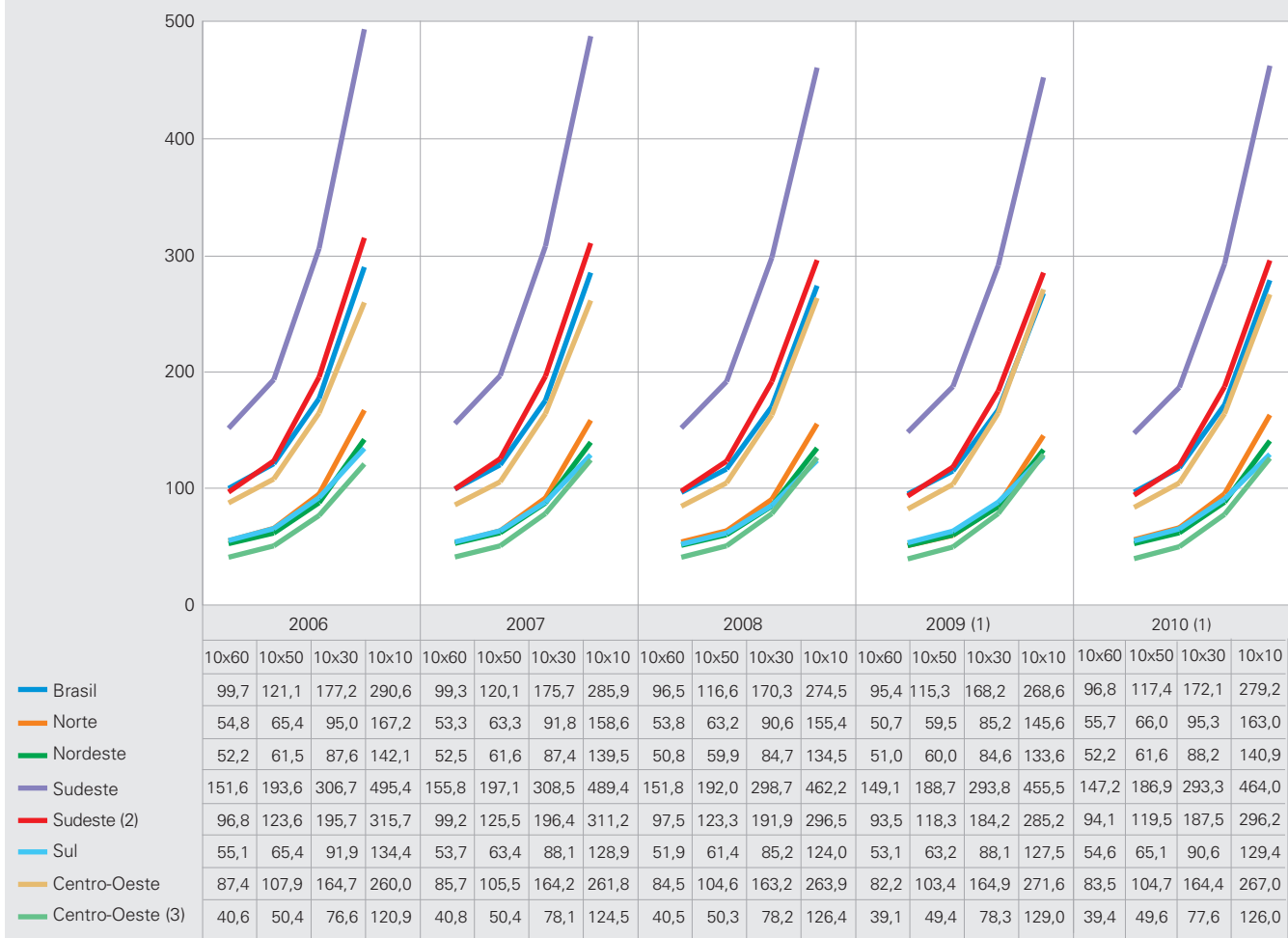


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Indicador de concentração

O Gráfico 5 apresenta um indicador de concentração calculado pela relação entre a média do PIB dos 10,0% dos municípios que mais contribuíram e a média de 60,0%, 50,0%, 30,0% e 10,0% dos municípios com menor contribuição para o PIB nacional¹³.

Gráfico 5 - Relação entre a média do PIB dos 10% dos municípios com os maiores PIBs e a média do PIB dos 60%, 50%, 30% e 10% dos municípios com os menores PIBs, segundo as Grandes Regiões - 2006-2010



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. (1) Dados sujeitos a revisão. (2) Excluídos os Municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro. (3) Excluída Brasília.

¹³ Os municípios foram ordenados decrescentemente em relação ao PIB. Em seguida, agregou-se o PIB dos 10% dos municípios que mais contribuíram para o total e calculou-se a média. Este é o numerador do índice. Cada denominador é composto pela média da agregação do PIB dos 60%, 50%, 30% e 10% dos municípios com menor contribuição no PIB.

O referido indicador para o Brasil revelou que, em 2010, a média dos 10,0% dos municípios com maior PIB geraram 96,8 vezes mais renda que a média dos 60,0% dos municípios com menor PIB. De forma análoga, é possível realizar a interpretação dos mesmos indicadores com bases de comparação da média dos 50,0%, 30,0% e 10,0% dos municípios com menor PIB.

A Região Sudeste apresentou os maiores indicadores ao longo da série. Em destaque, observou-se que, excluindo-se os Municípios de São Paulo (São Paulo) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), o cálculo do indicador da região continuou alto, o maior entre todas as Grandes Regiões, evidenciando concentração do PIB na Região Sudeste. Em outro extremo, as Regiões Nordeste, Norte e Sul apresentaram os menores coeficientes de dispersão. Na Região Centro-Oeste, ficou evidente a concentração devido a Brasília (Distrito Federal).

Participação dos cinco maiores PIB municipais por Unidades da Federação

A Tabela 5 apresenta os cinco maiores PIB municipais por Unidades da Federação, em 2010, e retrata o quanto cada um desses municípios representava em relação ao respectivo PIB estadual. De maneira geral, pode-se observar que, na maioria dos estados das Regiões Norte e Nordeste, os cinco maiores PIB municipais concentravam mais do que 50% do PIB estadual. As exceções foram os Estados do Tocantins e da Bahia, com 47,7% e 46,4%, respectivamente. A Região Sudeste não apresentou padrão específico, sendo que os cinco maiores PIB municipais do Espírito Santo e do Rio de Janeiro concentravam, aproximadamente, 65% do PIB dos seus estados. Nas Regiões Sul e Centro-Oeste do País, essa concentração não alcançava 50%, exceto o Estado de Mato Grosso do Sul, que apresentou concentração de 56,2%.

Os Estados do Amazonas e do Amapá, onde os cinco maiores PIB municipais participavam com 87,4% de seus respectivos PIB estaduais, apresentaram as maiores concentrações espaciais de renda do País, seguidos pelo Estado de Roraima, com 85,3%. Em outro extremo, encontravam-se os Estados de Minas Gerais, 35,6%, Rio Grande do Sul, 35,7%, Santa Catarina, 37,9%, e Mato Grosso, 39,8%, com as menores concentrações de renda.

Tabela 5 - Participação relativa da população, Produto Interno Bruto total e participações relativa e acumulada, segundo as Unidades da Federação e os cinco principais municípios - 2010

(continua)

Unidades da Federação e seus cinco principais municípios	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	Produto Interno Bruto		
		Total (1 000 R\$)	Participações	
			Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
Rondônia (52 municípios)	50,5			
Porto Velho		7 522 929	31,9	31,9
Ji-Paraná		1 686 400	7,2	39,1
Vilhena		1 415 220	6,0	45,1
Ariquemes		1 293 436	5,5	50,6
Cacoal		1 168 442	5,0	55,5
Acre (22 municípios)	71,0			
Rio Branco		4 311 124	50,9	50,9
Cruzeiro do Sul		834 876	9,8	60,7
Sena Madureira		393 483	4,6	65,4
Tarauacá		291 011	3,4	68,8
Feijó		264 531	3,1	71,9
Amazonas (62 municípios)	61,8			
Manaus		48 598 153	81,3	81,3
Coari		1 376 424	2,3	83,6
Itacoatiara		955 695	1,6	85,2
Parintins		675 415	1,1	86,3
Manacapuru		624 168	1,0	87,4
Roraima (15 municípios)	79,6			
Boa Vista		4 659 977	73,5	73,5
Rorainópolis		238 153	3,8	77,3
Caracaraí		181 307	2,9	80,1
Mucajá		165 198	2,6	82,7
Alto Alegre		164 155	2,6	85,3
Pará (143 municípios)	31,0			
Belém		17 987 323	23,1	23,1
Parauapebas		15 918 216	20,4	43,6
Ananindeua		3 669 747	4,7	48,3
Marabá		3 601 647	4,6	52,9
Barcarena		3 550 233	4,6	57,5
Amapá (16 municípios)	86,2			
Macapá		5 215 130	63,1	63,1
Santana		1 242 259	15,0	78,1
Laranjal do Jari		355 747	4,3	82,4
Oiapoque		236 269	2,9	85,3
Porto Grande		172 454	2,1	87,4
Tocantins (139 municípios)	38,0			
Palmas		3 927 446	22,8	22,8
Araguaína		1 922 814	11,2	33,9
Gurupi		1 102 899	6,4	40,3
Porto Nacional		670 913	3,9	44,2
Miracema do Tocantins		595 154	3,5	47,7
Maranhão (217 municípios)	24,4			
São Luís		17 915 048	39,6	39,6
Imperatriz		2 119 619	4,7	44,3
Açailândia		1 307 215	2,9	47,2
Balsas		1 102 443	2,4	49,6
Timon		817 392	1,8	51,4

Tabela 5 - Participação relativa da população, Produto Interno Bruto total e participações relativa e acumulada, segundo as Unidades da Federação e os cinco principais municípios - 2010

(continuação)

Unidades da Federação e seus cinco principais municípios	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	Produto Interno Bruto		
		Total (1 000 R\$)	Participações	
			Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
Piauí (224 municípios)	35,6			
Teresina		10 539 378	47,8	47,8
Parnaíba		947 088	4,3	52,1
Picos		700 303	3,2	55,2
Florianópolis		542 896	2,5	57,7
Uruçuá		443 393	2,0	59,7
Ceará (184 municípios)	40,5			
Fortaleza		37 106 309	47,7	47,7
Maracanaú		4 100 336	5,3	52,9
Caucaia		2 597 520	3,3	56,3
Sobral		2 348 207	3,0	59,3
Juazeiro do Norte		1 959 969	2,5	61,8
Rio Grande do Norte (167 municípios)	43,1			
Natal		11 997 401	37,1	37,1
Mossoró		3 496 776	10,8	47,9
Parnamirim		2 350 562	7,3	55,2
Guamaré		1 197 835	3,7	58,9
São Gonçalo do Amarante		953 855	2,9	61,8
Paraíba (223 municípios)	36,8			
João Pessoa		9 805 587	30,7	30,7
Campina Grande		4 336 824	13,6	44,3
Cabedelo		2 460 910	7,7	52,0
Santa Rita		1 246 777	3,9	55,9
Bayeux		698 617	2,2	58,1
Pernambuco (185 municípios)	31,2			
Recife		30 032 003	31,6	31,6
Ipojuca		9 095 145	9,6	41,1
Jaboatão dos Guararapes		8 359 552	8,8	49,9
Cabo de Santo Agostinho		4 476 233	4,7	54,6
Petrolina		3 149 160	3,3	57,9
Alagoas (102 municípios)	41,6			
Maceió		12 114 090	49,3	49,3
Arapiraca		1 881 363	7,7	57,0
Marechal Deodoro		759 253	3,1	60,0
São Miguel dos Campos		609 592	2,5	62,5
Coruripe		539 063	2,2	64,7
Sergipe (75 municípios)	41,0			
Aracaju		8 751 494	36,6	36,6
Nossa Senhora do Socorro		1 804 869	7,5	44,1
Canindé de São Francisco		1 326 773	5,5	49,7
Estância		1 029 449	4,3	54,0
Laranjeiras		960 709	4,0	58,0
Bahia (417 municípios)	25,6			
Salvador		36 744 670	23,8	23,8
Camaçari		13 379 554	8,7	32,5
São Francisco do Conde		9 848 259	6,4	38,9
Feira de Santana		7 433 139	4,8	43,7
Candeias		4 204 817	2,7	46,4
Minas Gerais (853 municípios)	22,8			
Belo Horizonte		51 661 760	14,7	14,7
Betim		28 297 360	8,1	22,8
Contagem		18 539 693	5,3	28,0
Uberlândia		18 286 904	5,2	33,2
Juiz de Fora		8 314 431	2,4	35,6

Tabela 5 - Participação relativa da população, Produto Interno Bruto total e participações relativa e acumulada, segundo as Unidades da Federação e os cinco principais municípios - 2010

(conclusão)

Unidades da Federação e seus cinco principais municípios	Participação relativa da população dos cinco principais municípios no total da população da Unidade da Federação (%)	Produto Interno Bruto		
		Total (1 000 R\$)	Participações	
			Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
Espírito Santo (78 municípios)	43,3			
Vitória		24 969 295	30,4	30,4
Serra		12 703 017	15,5	45,9
Vila Velha		6 978 690	8,5	54,4
Cariacica		4 904 147	6,0	60,3
Anchieta		4 185 736	5,1	65,4
Rio de Janeiro (92 municípios)	52,1			
Rio de Janeiro		190 249 043	46,7	46,7
Duque de Caxias		26 496 845	6,5	53,2
Campos dos Goytacazes		25 313 179	6,2	59,5
Macaé		11 267 976	2,8	62,2
Niterói		11 214 103	2,8	65,0
São Paulo (645 municípios)	36,3			
São Paulo		443 600 102	35,6	35,6
Guarulhos		37 139 404	3,0	38,5
Campinas		36 688 629	2,9	41,5
Osasco		36 389 080	2,9	44,4
São Bernardo do Campo		35 578 586	2,9	47,2
Paraná (399 municípios)	28,7			
Curitiba		53 106 497	24,4	24,4
São José dos Pinhais		13 690 888	6,3	30,7
Araucária		12 371 028	5,7	36,4
Londrina		9 936 563	4,6	41,0
Maringá		8 263 628	3,8	44,8
Santa Catarina (293 municípios)	25,2			
Joinville		18 473 990	12,1	12,1
Itajaí		15 235 108	10,0	22,1
Florianópolis		9 806 534	6,4	28,5
Blumenau		8 950 141	5,9	34,4
Jaraguá do Sul		5 259 384	3,4	37,9
Rio Grande do Sul (496 municípios)	24,5			
Porto Alegre		43 038 100	17,0	17,0
Canoas		16 547 966	6,6	23,6
Caxias do Sul		15 692 359	6,2	29,8
Rio Grande		7 737 855	3,1	32,9
Gravataí		7 081 795	2,8	35,7
Mato Grosso do Sul (78 municípios)	51,7			
Campo Grande		13 875 046	31,9	31,9
Dourados		3 543 858	8,1	40,0
Corumbá		3 248 681	7,5	47,5
Três Lagoas		2 821 909	6,5	54,0
Ponta Porã		968 521	2,2	56,2
Mato Grosso (141 municípios)	36,9			
Cuiabá		11 051 628	18,5	18,5
Rondonópolis		5 094 937	8,5	27,1
Várzea Grande		3 449 445	5,8	32,9
Primavera do Leste		2 073 040	3,5	36,4
Sorriso		2 067 137	3,5	39,8
Goiás (246 municípios)	39,2			
Goiânia		24 445 744	25,1	25,1
Anápolis		10 059 557	10,3	35,4
Aparecida de Goiânia		5 148 640	5,3	40,6
Rio Verde		4 160 501	4,3	44,9
Catalão		3 970 852	4,1	49,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Municípios das Capitais

Com relação à participação das capitais na economia brasileira, em 2010, o Município de São Paulo (São Paulo) ocupava a primeira posição em termos de contribuição ao PIB do País, enquanto Palmas (Tocantins) ocupava o último lugar. A Tabela 6 mostra o PIB das capitais e a posição da capital em relação ao estado e ao Brasil. Pode-se observar que Florianópolis (Santa Catarina) era a única capital que não ocupava a primeira posição em seu estado. Em Santa Catarina, o maior município em toda série, de 1999 a 2010, foi Joinville, o mais populoso do estado, que faz parte do polo metal-mecânico catarinense, enquanto o segundo maior município em relação ao PIB catarinense, em 2010, foi Itajaí.

Tabela 6 - Produto Interno Bruto dos Municípios das Capitais, por posição em relação às Capitais, à Unidade da Federação e ao Brasil, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2010

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Produto Interno Bruto			
	Valor (1 000 R\$)	Posição em relação		
		Às Capitais	À Unidade da Federação	Ao Brasil
São Paulo/SP	443 600 102	1º	1º	1º
Rio de Janeiro/RJ	190 249 043	2º	1º	2º
Brasília/DF	149 906 319	3º	1º	3º
Curitiba/PR	53 106 497	4º	1º	4º
Belo Horizonte/MG	51 661 760	5º	1º	5º
Manaus/AM	48 598 153	6º	1º	6º
Porto Alegre/RS	43 038 100	7º	1º	7º
Fortaleza/CE	37 106 309	8º	1º	9º
Salvador/BA	36 744 670	9º	1º	10º
Recife/PE	30 032 003	10º	1º	14º
Vitória/ES	24 969 295	11º	1º	20º
Goiânia/GO	24 445 744	12º	1º	21º
Belém/PA	17 987 323	13º	1º	27º
São Luís/MA	17 915 048	14º	1º	28º
Campo Grande/MS	13 875 046	15º	1º	36º
Maceió/AL	12 114 090	16º	1º	41º
Natal/RN	11 997 401	17º	1º	42º
Cuiabá/MT	11 051 628	18º	1º	46º
Teresina/PI	10 539 378	19º	1º	49º
Florianópolis/SC	9 806 534	20º	3º	55º
João Pessoa/PB	9 805 587	21º	1º	56º
Aracaju/SE	8 751 494	22º	1º	65º
Porto Velho/RO	7 522 929	23º	1º	72º
Macapá/AP	5 215 130	24º	1º	104º
Boa Vista/RR	4 659 977	25º	1º	121º
Rio Branco/AC	4 311 124	26º	1º	131º
Palmas/TO	3 927 446	27º	1º	147º

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Calculou-se a participação do PIB de cada capital em relação ao PIB do País e em relação ao PIB da respectiva Unidade da Federação. Estes resultados estão apresentados nos Quadros 1 e 2, respectivamente. Mantiveram-se as mesmas cores para as Unidades da Federação que pertencem a uma mesma região geográfica.

Quadro 1 - Participação relativa do Produto Interno Bruto em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2006-2010

2006	2007	2008	2009	2010 (1)
São Paulo/SP 11,9	São Paulo/SP 12,1	São Paulo/SP 11,8	São Paulo/SP 12,0	São Paulo/SP 11,8
Rio de Janeiro/RJ 5,4	Rio de Janeiro/RJ 5,3	Rio de Janeiro/RJ 5,2	Rio de Janeiro/RJ 5,3	Rio de Janeiro/RJ 5,0
Brasília/DF 3,8	Brasília/DF 3,8	Brasília/DF 3,9	Brasília/DF 4,1	Brasília/DF 4,0
Belo Horizonte/MG 1,4	Belo Horizonte/MG 1,4	Curitiba/PR 1,4	Curitiba/PR 1,4	Curitiba/PR 1,4
Curitiba/PR 1,4	Curitiba/PR 1,4	Belo Horizonte/MG 1,4	Belo Horizonte/MG 1,4	Belo Horizonte/MG 1,4
Manaus/AM 1,3	Manaus/AM 1,3	Manaus/AM 1,3	Manaus/AM 1,2	Manaus/AM 1,3
Porto Alegre/RS 1,3	Porto Alegre/RS 1,3	Porto Alegre/RS 1,2	Porto Alegre/RS 1,1	Porto Alegre/RS 1,1
Salvador/BA 1,0	Salvador/BA 1,0	Salvador/BA 1,0	Salvador/BA 1,0	Fortaleza/CE 1,0
Fortaleza/CE 0,9	Fortaleza/CE 0,9	Fortaleza/CE 0,9	Fortaleza/CE 1,0	Salvador/BA 1,0
Recife/PE 0,8	Recife/PE 0,8	Vitória/ES 0,8	Recife/PE 0,8	Recife/PE 0,8
Vitória/ES 0,7	Vitória/ES 0,7	Recife/PE 0,7	Goiânia/GO 0,7	Vitória/ES 0,7
Goiânia/GO 0,7	Goiânia/GO 0,7	Goiânia/GO 0,6	Vitória/ES 0,6	Goiânia/GO 0,6
Belém/PA 0,5	Belém/PA 0,5	Belém/PA 0,5	Belém/PA 0,5	Belém/PA 0,5
São Luís/MA 0,5	São Luís/MA 0,5	São Luís/MA 0,5	São Luís/MA 0,5	São Luís/MA 0,5
Campo Grande/MS 0,3	Campo Grande/MS 0,3	Campo Grande/MS 0,3	Campo Grande/MS 0,4	Campo Grande/MS 0,4
Natal/RN 0,3	Maceió/AL 0,3	Maceió/AL 0,3	Natal/RN 0,3	Maceió/AL 0,3
Maceió/AL 0,3	Natal/RN 0,3	Cuiabá/MT 0,3	Maceió/AL 0,3	Natal/RN 0,3
Cuiabá/MT 0,3	Cuiabá/MT 0,3	Natal/RN 0,3	Cuiabá/MT 0,3	Cuiabá/MT 0,3
Florianópolis/SC 0,3	Florianópolis/SC 0,3	Florianópolis/SC 0,3	Teresina/PI 0,3	Teresina/PI 0,3
Teresina/PI 0,3	João Pessoa/PB 0,3	João Pessoa/PB 0,3	João Pessoa/PB 0,3	Florianópolis/SC 0,3
João Pessoa/PB 0,3	Teresina/PI 0,2	Teresina/PI 0,2	Florianópolis/SC 0,3	João Pessoa/PB 0,3
Aracaju/SE 0,2	Aracaju/SE 0,2	Aracaju/SE 0,2	Aracaju/SE 0,2	Aracaju/SE 0,2
Porto Velho/RO 0,2	Porto Velho/RO 0,2	Porto Velho/RO 0,2	Porto Velho/RO 0,2	Porto Velho/RO 0,2
Macapá/AP 0,1	Macapá/AP 0,1	Macapá/AP 0,1	Macapá/AP 0,1	Macapá/AP 0,1
Boa Vista/RR 0,1	Rio Branco/AC 0,1	Boa Vista/RR 0,1	Boa Vista/RR 0,1	Boa Vista/RR 0,1
Rio Branco/AC 0,1	Boa Vista/RR 0,1	Rio Branco/AC 0,1	Rio Branco/AC 0,1	Rio Branco/AC 0,1
Palmas/TO 0,1	Palmas/TO 0,1	Palmas/TO 0,1	Palmas/TO 0,1	Palmas/TO 0,1

■ Norte
 ■ Nordeste
 ■ Sudeste
 ■ Sul
 ■ Centro-Oeste

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Brasília (Distrito Federal) e as capitais de São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Rio Grande do Sul, Pará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Rondônia, Amapá e Tocantins permaneceram nas mesmas posições durante todo o período de 2006 a 2010. Os movimentos entre as demais capitais foram sempre suaves, sendo que, em relação a 2009, houve ganho de posição de Fortaleza (Ceará), Vitória (Espírito Santo), Maceió (Alagoas) e Florianópolis (Santa Catarina) em relação a Salvador (Bahia), Goiânia (Goiás), Natal (Rio Grande do Norte) e João Pessoa (Paraíba), respectivamente.

Em 2010, a participação das capitais na composição do PIB nacional foi a menor desde o início da série, em 1999. O conjunto das capitais brasileiras representava 34,0% da renda nacional, sendo que as capitais da Região Norte foram responsáveis por 2,4% desse total; as da Região Nordeste, por 4,6%; as da Região Sudeste, 18,8%; as da Região Sul, 2,8%; e as da Região Centro-Oeste, 5,3%.

O Quadro 2 mostra a dependência dos estados das Regiões Norte e Nordeste de suas respectivas capitais. O Estado de Santa Catarina era o mais autônomo, tendo sua capital, Florianópolis, contribuído, em 2010, com 6,4%, enquanto o Estado do Amazonas era o mais dependente, uma vez que sua capital, Manaus, contribuiu com mais de 81,0% para o PIB do estado, em toda a série. As capitais do Rio Grande do Sul, Bahia e Acre perderam participação em seus respectivos estados em todos os anos no período de 2006 a 2010.

Quadro 2 - Participação relativa do Produto Interno Bruto em relação ao Produto Interno Bruto da Unidade da Federação, segundo a posição ocupada pelas Capitais - 2006-2010

2006		2007		2008		2009		2010 (1)	
Brasília/DF	100,0	Brasília/DF	100,0	Brasília/DF	100,0	Brasília/DF	100,0	Brasília/DF	100,0
Manaus/AM	81,2	Manaus/AM	81,8	Manaus/AM	81,2	Manaus/AM	81,6	Manaus/AM	81,3
Boa Vista/RR	71,3	Boa Vista/RR	72,8	Boa Vista/RR	73,2	Boa Vista/RR	73,1	Boa Vista/RR	73,5
Macapá/AP	64,0	Macapá/AP	63,4	Macapá/AP	63,3	Macapá/AP	63,1	Macapá/AP	63,1
Rio Branco/AC	53,8	Rio Branco/AC	52,8	Rio Branco/AC	52,7	Rio Branco/AC	51,9	Rio Branco/AC	50,9
Fortaleza/CE	48,2	Fortaleza/CE	48,6	Fortaleza/CE	47,9	Maceió/AL	48,3	Maceió/AL	49,3
Teresina/PI	46,8	Maceió/AL	47,8	Maceió/AL	46,9	Rio de Janeiro/RJ	48,2	Teresina/PI	47,8
Rio de Janeiro/RJ	46,5	Rio de Janeiro/RJ	47,2	Rio de Janeiro/RJ	46,3	Fortaleza/CE	47,7	Fortaleza/CE	47,7
Maceió/AL	46,2	Teresina/PI	46,2	Teresina/PI	44,8	Teresina/PI	45,7	Rio de Janeiro/RJ	46,7
São Luís/MA	39,1	São Luís/MA	38,8	São Luís/MA	38,2	São Luís/MA	38,4	São Luís/MA	39,6
Aracaju/SE	37,2	Aracaju/SE	37,1	São Paulo/SP	35,6	Natal/RN	37,1	Natal/RN	37,1
Natal/RN	36,0	São Paulo/SP	35,8	Natal/RN	34,8	Aracaju/SE	35,9	Aracaju/SE	36,6
São Paulo/SP	35,2	Natal/RN	35,0	Aracaju/SE	34,6	São Paulo/SP	35,9	São Paulo/SP	35,6
Recife/PE	33,0	Recife/PE	33,2	Vitória/ES	33,1	Porto Velho/RO	32,6	Porto Velho/RO	31,9
Campo Grande/MS	32,1	Campo Grande/MS	31,8	Recife/PE	31,9	Campo Grande/MS	32,0	Campo Grande/MS	31,9
Vitória/ES	31,2	Vitória/ES	31,7	Campo Grande/MS	31,6	Recife/PE	31,5	Recife/PE	31,6
João Pessoa/PB	29,9	João Pessoa/PB	30,4	João Pessoa/PB	29,8	João Pessoa/PB	30,0	João Pessoa/PB	30,7
Porto Velho/RO	28,8	Porto Velho/RO	29,1	Porto Velho/RO	28,3	Vitória/ES	29,6	Vitória/ES	30,4
Belém/PA	28,2	Belém/PA	28,0	Belém/PA	26,1	Belém/PA	28,4	Goiânia/GO	25,1
Goiânia/GO	27,9	Goiânia/GO	27,4	Goiânia/GO	25,8	Goiânia/GO	25,0	Curitiba/PR	24,4
Salvador/BA	25,0	Salvador/BA	24,4	Salvador/BA	24,2	Salvador/BA	24,2	Salvador/BA	23,8
Curitiba/PR	23,6	Curitiba/PR	23,6	Curitiba/PR	24,2	Curitiba/PR	24,1	Belém/PA	23,1
Cuiabá/MT	20,4	Palmas/TO	20,4	Palmas/TO	20,0	Palmas/TO	20,3	Palmas/TO	22,8
Palmas/TO	20,1	Porto Alegre/RS	19,0	Porto Alegre/RS	18,0	Cuiabá/MT	17,1	Cuiabá/MT	18,5
Porto Alegre/RS	19,2	Cuiabá/MT	18,5	Cuiabá/MT	16,8	Porto Alegre/RS	17,1	Porto Alegre/RS	17,0
Belo Horizonte/MG	15,1	Belo Horizonte/MG	15,9	Belo Horizonte/MG	15,0	Belo Horizonte/MG	15,6	Belo Horizonte/MG	14,7
Florianópolis/SC	7,1	Florianópolis/SC	6,8	Florianópolis/SC	6,6	Florianópolis/SC	6,4	Florianópolis/SC	6,4

■ Norte
 ■ Nordeste
 ■ Sudeste
 ■ Sul
 ■ Centro-Oeste

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Movimentos mais expressivos entre os municípios

As análises seguintes têm como foco os movimentos mais expressivos da economia, considerando o biênio 2009-2010. São apresentados os ganhos e as perdas na participação relativa entre os municípios com maior participação no PIB e os movimentos mais significativos de posição no País. Em síntese, os principais movimentos observados em 2010 estão vinculados às *commodities*. Os baixos preços das *commodities* agrícolas impactaram principalmente os municípios produtores de soja, ocasionando perda de participação no País, enquanto os altos preços das *commodities* minerais, principalmente do minério de ferro, resultaram em que municípios produtores ganhassem participação.

A análise de ganhos e perdas na participação percentual do PIB de 2010 em relação a 2009 foi realizada considerando os municípios que geravam pelo menos 0,5% do PIB nacional. A Tabela 7 apresenta os 23 municípios que se enquadravam nessa categoria.

Tabela 7 - Participação relativa e diferença absoluta do Produto Interno Bruto, segundo os municípios com pelo menos 0,5% do Produto Interno Bruto e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2006-2010

Municípios com pelo menos 0,5% do Produto Interno Bruto e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Produto Interno Bruto					Diferença absoluta 2009/2010 (%)
	Participação relativa (%)					
	2006	2007	2008	2009	2010 (1)	
Vitória/ES	0,7	0,7	0,8	0,6	0,7	0,1
São Bernardo do Campo/SP	0,9	0,9	1,0	0,9	0,9	0,1
Campos dos Goytacazes/RJ	1,0	0,8	1,0	0,6	0,7	0,0
Manaus/AM	1,3	1,3	1,3	1,2	1,3	0,0
Santos/SP	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,0
Recife/PE	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,0
Jundiaí/SP	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0
Fortaleza/CE	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	0,0
Porto Alegre/RS	1,3	1,3	1,2	1,1	1,1	0,0
Curitiba/PR	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	0,0
Campinas/SP	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
Belo Horizonte/MG	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	0,0
Osasco/SP	0,8	0,9	1,0	1,0	1,0	0,0
Goiânia/GO	0,7	0,7	0,6	0,7	0,6	0,0
Guarulhos/SP	1,1	1,0	1,1	1,0	1,0	0,0
Betim/MG	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0
São José dos Campos/SP	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,0
Salvador/BA	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0
Duque de Caxias/RJ	0,9	1,1	0,6	0,8	0,7	-0,1
Brasília/DF	3,8	3,8	3,9	4,1	4,0	-0,1
Barueri/SP	1,1	1,0	0,9	0,8	0,7	-0,1
Rio de Janeiro/RJ	5,4	5,3	5,2	5,3	5,0	-0,2
São Paulo/SP	11,9	12,1	11,8	12,0	11,8	-0,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Em Vitória (Espírito Santo), a variação positiva na participação deveu-se principalmente à atividade extrativa mineral. Em 2010, ocorreu forte recuperação da produção de pelotas de minério de ferro, fato que influenciou, também, no aumento de participação do segmento energia.

Em São Bernardo do Campo (São Paulo), destacava-se a indústria automotiva e demais ramos industriais ligados a esta cadeia produtiva, além da indústria de artigos de perfumaria e cosmético. Estes segmentos foram os principais responsáveis pelo ganho de participação do município.

No Município de São Paulo (São Paulo), os segmentos Indústria de transformação e Comércio e serviços de manutenção e reparação foram os principais responsáveis pela perda de participação.

A queda de participação do Município do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) ocorreu principalmente em função da Indústria de transformação, no segmento fabricação de máquinas e equipamentos utilizados na extração mineral e na construção. O Município do Rio de Janeiro também perdeu participação devido ao ganho da atividade extrativa mineral, que não é típica da capital carioca.

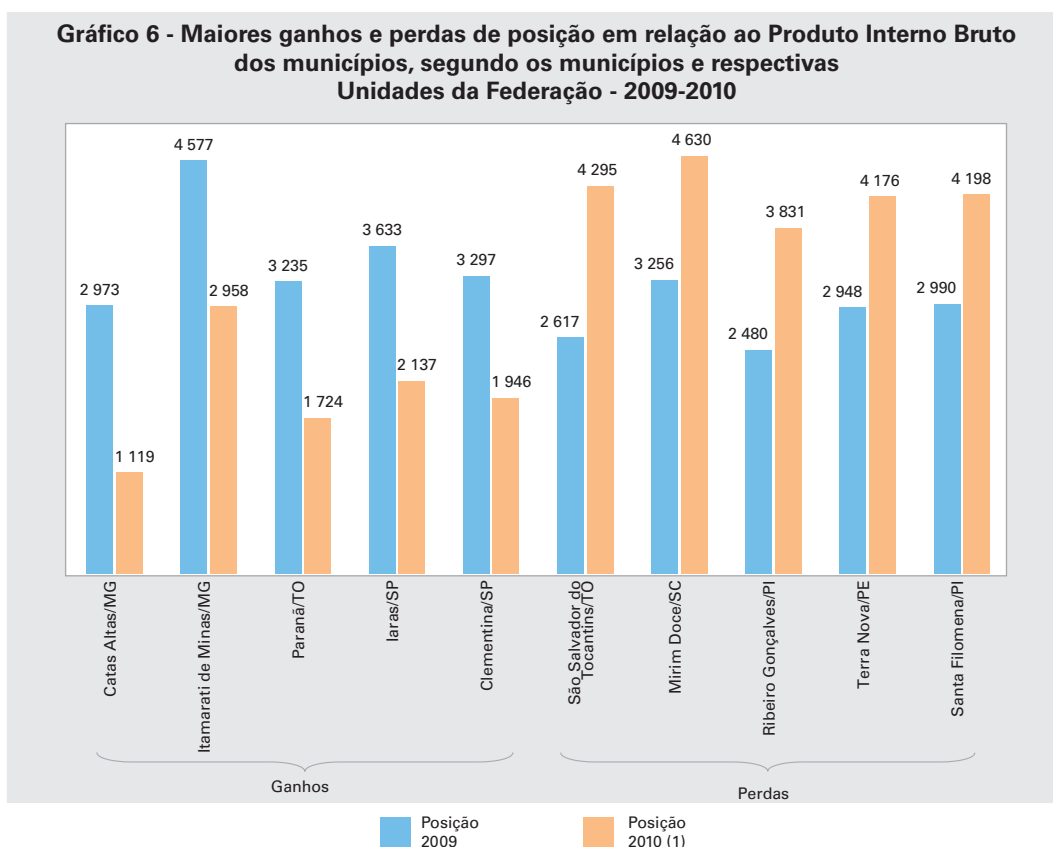
Barueri (São Paulo) perdeu participação em 2010 principalmente em função dos segmentos Comércio e serviços de manutenção e reparação e Indústria de transformação.

Segundo as Contas Regionais do Brasil, em 2010, os Serviços geravam 93,2% da economia do Distrito Federal. Nesse ano, o segmento que mais pesava era Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, 54,4%, que perdeu 0,9 ponto percentual de participação em relação ao ano anterior.

A perda de participação do Município de Duque de Caxias (Rio de Janeiro) ocorreu devido, principalmente, à queda do segmento comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo.

A análise dos maiores ganhos e perdas de posição dos municípios no País, no biênio 2009-2010, foi realizada considerando-se todos os municípios brasileiros e está ilustrada no Gráfico 6.

No município mineiro de Catas Altas, as operações de extração de minério de ferro registraram crescimento contínuo desde 2006. Ao final de 2008, em razão da crise, as atividades de algumas minas foram suspensas. Em 2010, o alto preço do minério provocou aumento substancial da produção. Itamarati de Minas (Minas Gerais), impulsionado principalmente pela retomada do mercado interno, retomou suas atividades de extração da bauxita – principal matéria prima para a fabricação de alumínio. Em Paranã (Tocantins), o ganho de posição foi consequência do início de operação de uma usina de geração de energia. O aumento de produção de frutas cítricas impactou a economia de Iaras (São Paulo) e o comércio foi responsável pelo ganho de posição de Clementina (São Paulo).



A perda de posição do Município de São Salvador do Tocantins (Tocantins) foi decorrente do encerramento das obras de uma usina hidroelétrica no município vizinho de Paranã, citado anteriormente, enquanto a queda do Município de Mirim Doce (Santa Catarina) foi ocasionada pelo segmento construção civil. O Município de Ribeiro Gonçalves (Piauí) registrou acentuada queda na produção de milho e arroz devido à escassez de chuvas. Essa queda também foi verificada no Município de Santa Filomena (Piauí), além da redução da área plantada de algodão herbáceo. No Município de Terra Nova (Pernambuco), ocorreu declínio no setor agropecuário devido tanto à quantidade produzida quanto ao preço da cebola. Este fato impulsionou negativamente vários setores de atividades que eram integrados com a atividade agrícola.

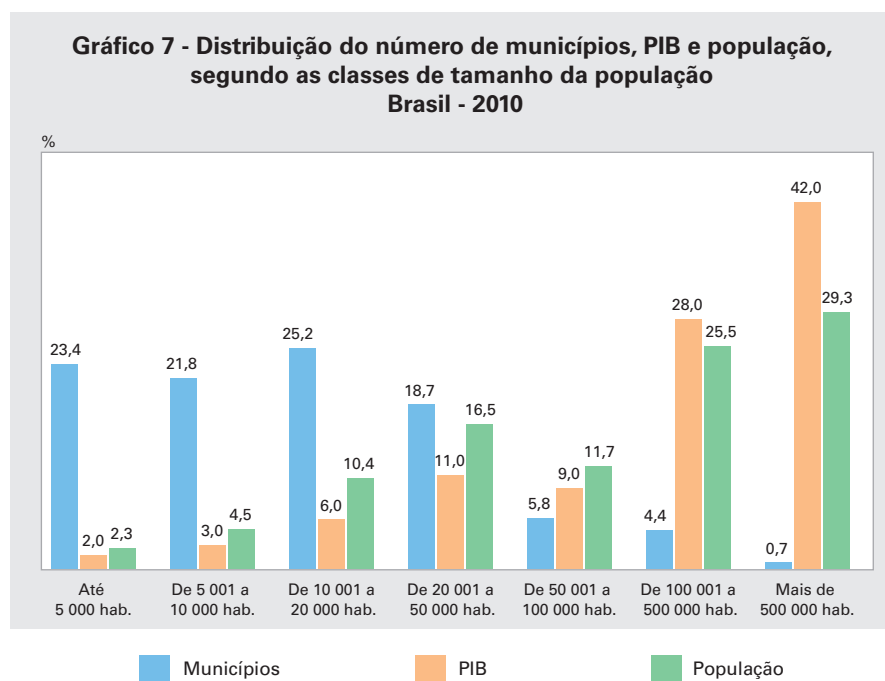
PIB per capita

O PIB *per capita* de cada município foi estimado pelo quociente entre o valor do PIB do município e a sua população residente, expressa nos primeiros resultados do Censo Demográfico 2010, divulgados e enviados ao Tribunal de Contas da União - TCU¹⁴ em 29 de novembro de 2010.

¹⁴ A população atribuída ao Município de Uruará (Pará) foi 44 720 habitantes. Desse modo o total da população é o mesmo utilizado nas Contas Regionais do Brasil – 2010.

É relevante salientar que nem toda a renda gerada no município é apropriada por sua população residente, uma vez que a geração da renda e o consumo não são necessariamente realizados em um mesmo município. O Cartograma 3 foi construído de maneira a permitir a comparação entre o PIB *per capita* dos municípios e o PIB *per capita* brasileiro que, em 2010, foi de R\$ 19 766,33. Desse modo, os tons de amarelo foram atribuídos aos municípios com PIB *per capita* inferior ao nacional e os tons de verde designados para representar os municípios com PIB *per capita* superior ao nacional; quanto mais distante do valor nacional o município se encontrava, mais forte era a tonalidade.

O Gráfico 7 mostra a distribuição do número de municípios, o PIB e a população residente segundo faixas de população. As duas últimas faixas de população, isto é, os 283 municípios com mais de 100 000 habitantes, geraram aproximadamente 70% de toda a renda do País. Os 3 915 municípios com até 20 000 mil habitantes foram responsáveis por menos de 10% da renda.



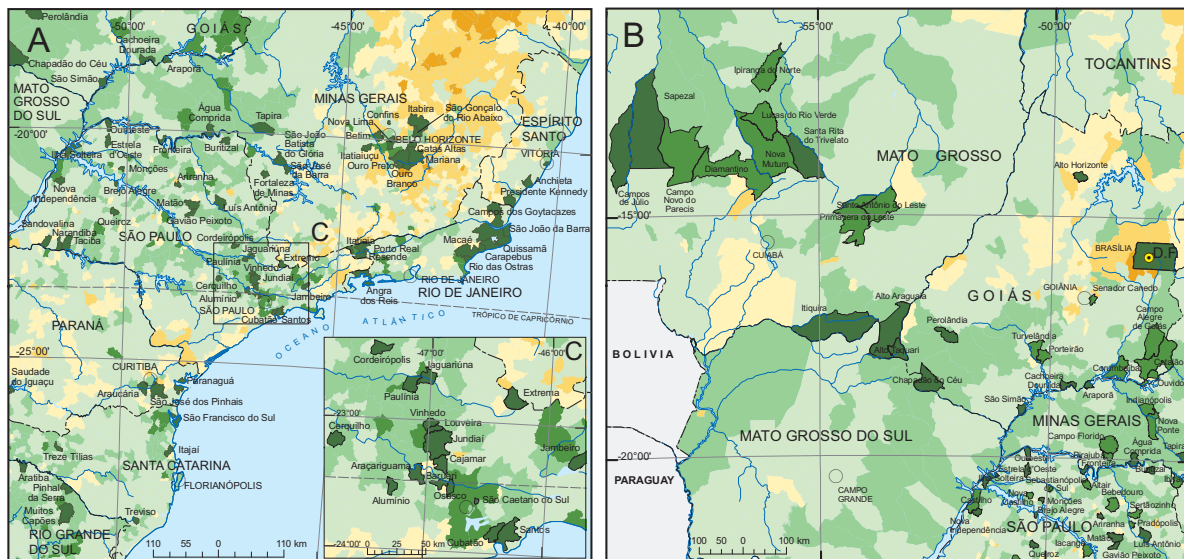
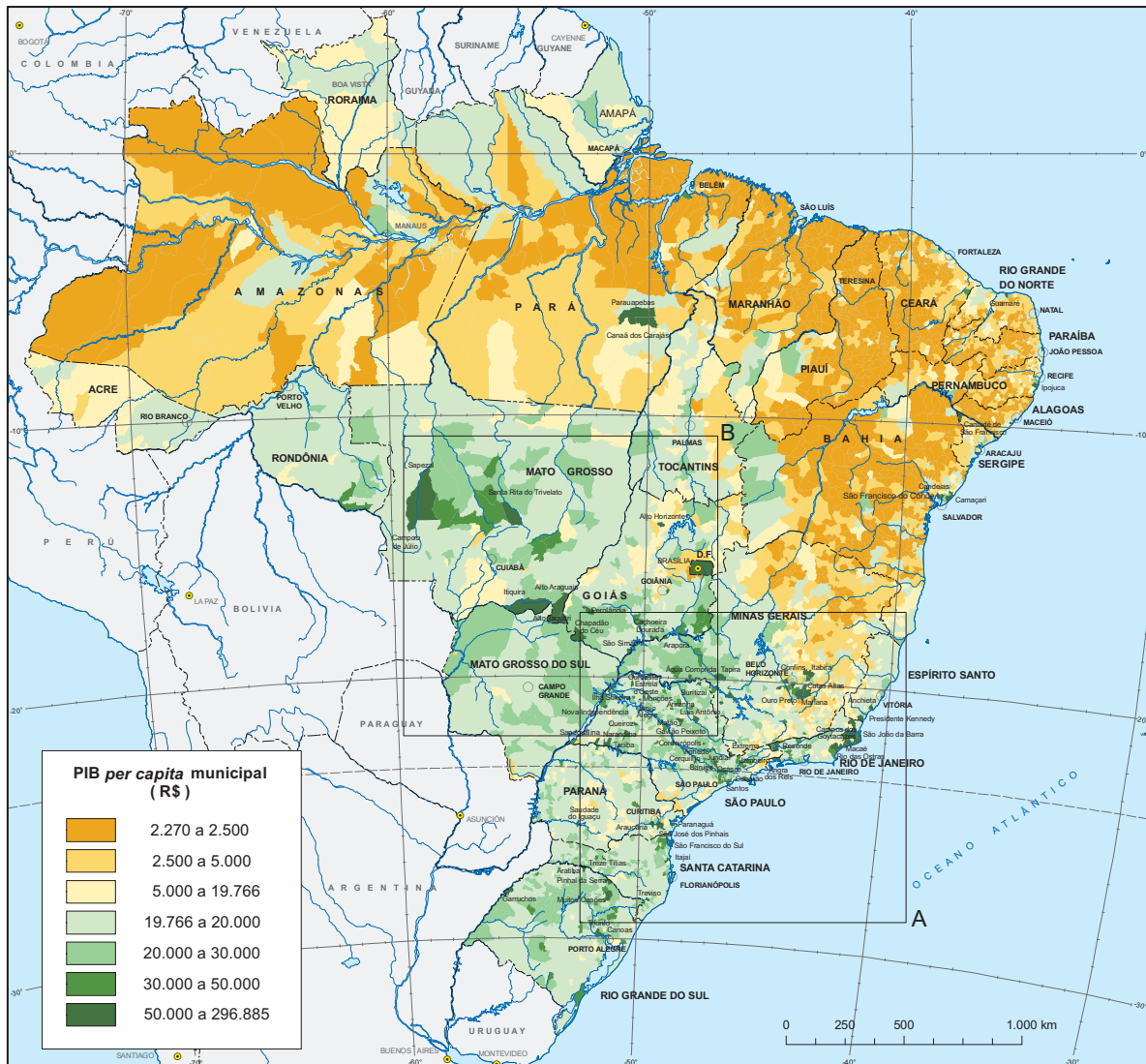
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. População do Censo Demográfico 2010.

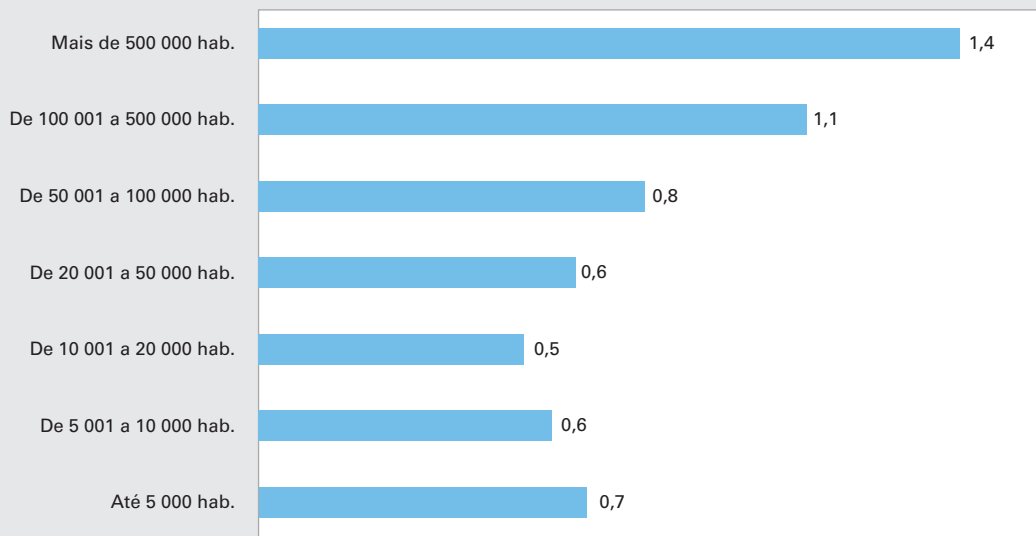
O Gráfico 8 apresenta a razão entre o PIB *per capita* de cada faixa e o nacional, segundo as faixas de população em 2010.

Cartograma 3 - Produto Interno Bruto *per capita* municipal - 2010



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Gráfico 8 - Razão entre o PIB *per capita* de cada classe e o nacional, segundo as classes de tamanho da população - Brasil - 2010



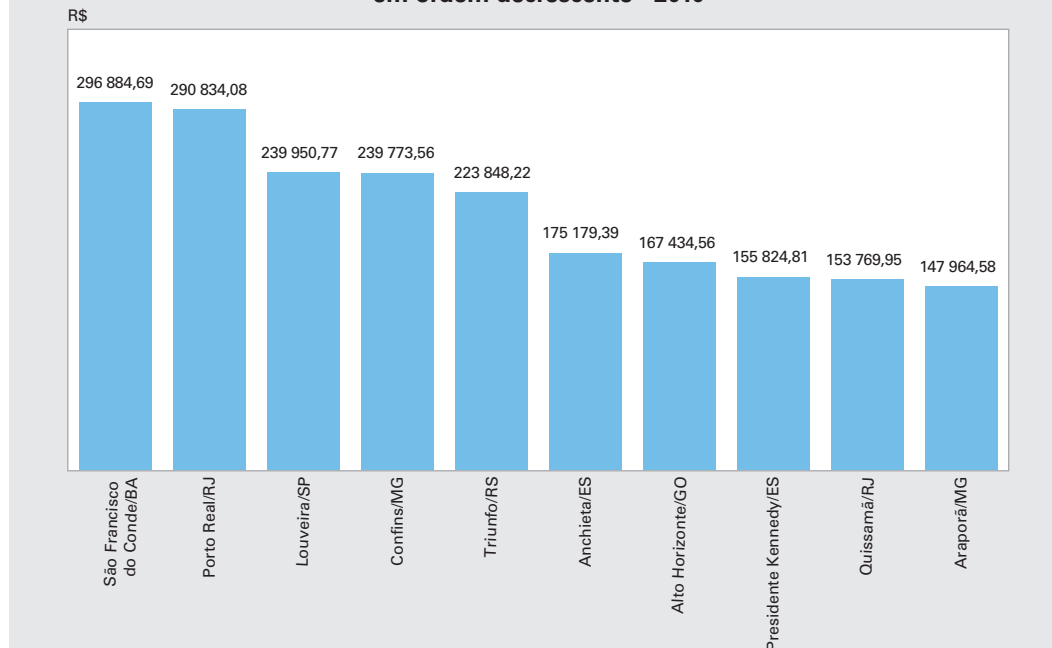
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. População do Censo Demográfico 2010.

O Gráfico 9 apresenta os Municípios com os dez maiores PIB *per capita*, segundo os Municípios e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente em 2010.

Gráfico 9 - Municípios com os dez maiores Produto Interno Bruto *per capita*, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2010



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. População do Censo Demográfico 2010.

Em comum, observa-se que esses municípios possuíam baixa densidade demográfica. São Francisco do Conde (Bahia) abrigava a segunda maior refinaria em capacidade instalada de refino do País. No Município de Porto Real (Rio de Janeiro), situava-se uma indústria automobilística. Louveira (São Paulo) concentrava centros de distribuição de grandes empresas. Confins (Minas Gerais) ganhou posição desde 2006 com a transferência da maior parte dos voos do aeroporto em Belo Horizonte para o aeroporto internacional situado no município. O Município de Triunfo (Rio Grande do Sul), pertencente à Região Metropolitana de Porto Alegre, era sede de um polo petroquímico importante. Anchieta (Espírito Santo) caracterizava-se pela pelotização e sinterização de minério de ferro. O Município de Alto Horizonte (Goiás) produzia e beneficiava sulfeto de cobre. Presidente Kennedy (Espírito Santo) e Quissamã (Rio de Janeiro) eram municípios produtores de petróleo. O Município de Araporã (Minas Gerais), localizado na região do Triângulo Mineiro, possuía a maior hidrelétrica do seu estado, com capacidade instalada de 2 082 megawatts. Estes dados também podem ser observados na Tabela de Resultados 2.

O menor PIB *per capita*, em 2010, foi R\$ 2 269,82, verificado no município paraense de Currealinho. Este município, localizado no arquipélago do Marajó, sustentava-se pela transferência de recursos federais: a administração pública participou com 61,0% do valor adicionado bruto total. Outras atividades importantes no município eram construção civil, pesca e agricultura extrativista. O município era habitado por extrativistas tradicionais, onde a agricultura de subsistência, a criação de animais de pequeno porte e o extrativismo eram enraizados no modo de vida e na cultura. Segundo a pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS 2010, os principais produtos alimentícios explorados, em quantidade, eram o açaí e o palmito.

O PIB *per capita* de cada um dos 556 municípios de menor PIB *per capita*, isto é, os 10,0% dos menores municípios em relação ao PIB *per capita*, foi inferior a R\$ 4 067,63. Entre esses municípios, estavam 59,4% dos municípios do Piauí, 51,2% do Maranhão, 44,8% do Pará, 35,3% do Ceará, 34,3% de Alagoas e 25,7% da Bahia.

Na Tabela 8, está apresentado o PIB *per capita* dos Municípios das Capitais, em ordem decrescente. Nota-se que, apesar de Vitória ter o PIB *per capita* mais alto entre as capitais, correspondendo a 3,9 vezes o PIB *per capita* brasileiro, foi o terceiro maior no Estado do Espírito Santo, atrás dos Municípios de Anchieta e Presidente Kennedy.

Aplicando o indicador relativo ao Gráfico 5 à variável PIB *per capita*, constata-se que o PIB *per capita* dos 10,0% dos municípios com os maiores PIB *per capita* foi 5,4 vezes maior do que o PIB *per capita* dos 60,0% dos municípios com os menores PIB *per capita*. Em todos os cortes, os indicadores das Regiões Norte e Centro-Oeste são os maiores e ficam muito próximos. Na medida em que o corte dos menores diminui, a variabilidade cresce. As Regiões Sul e Nordeste apresentavam os menores indicadores entre as regiões em todos os segmentos. Esses resultados estão apresentados no Gráfico 10.

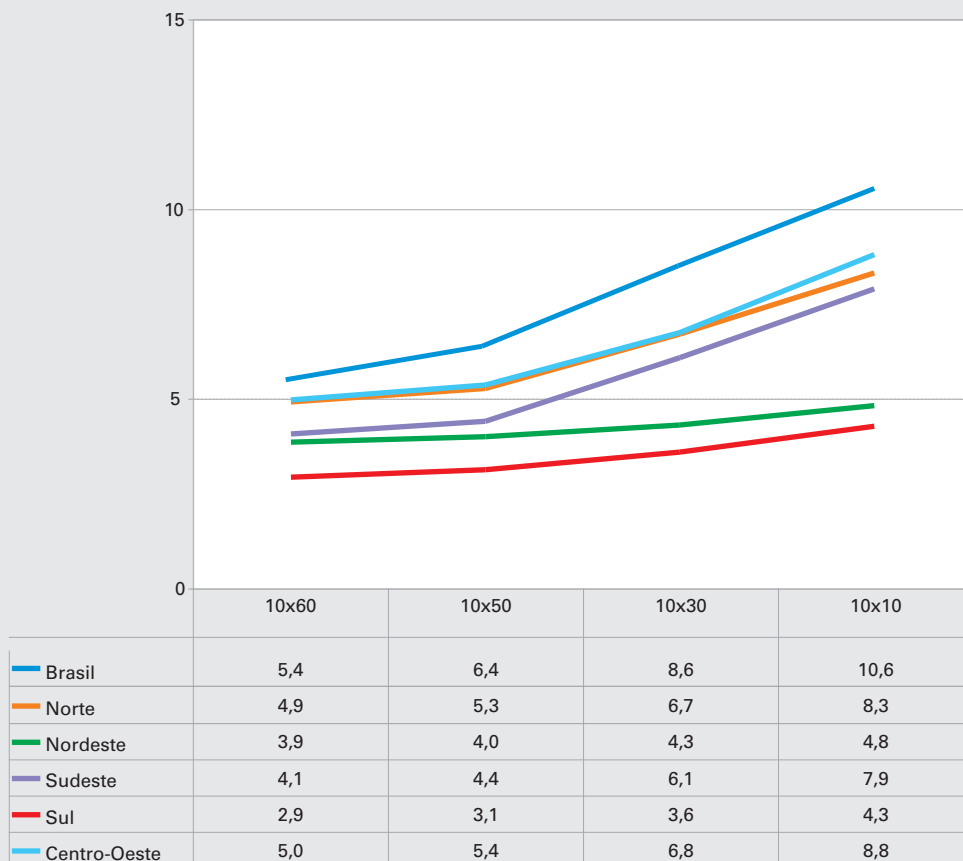
Tabela 8 - Produto Interno Bruto *per capita*, por posição em relação às Capitais, à Unidade da Federação e ao Brasil, com indicação da população e do coeficiente entre o Produto Interno Bruto *per capita* dos Municípios das Capitais e o do Brasil, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2010

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (1)				População (1 000 hab.) (2)	Coeficiente entre o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> dos Municípios das Capitais e o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> do Brasil
	Valor (R\$)	Posição em relação				
		Às Capitais	À Unidade da Federação	Ao Brasil		
Vitória/ES	76 721,66	1	3	45	325	3,9
Brasília/DF	58 489,46	2	1	69	2 563	3,0
São Paulo/SP	39 450,87	3	46	141	11 244	2,0
Porto Alegre/RS	30 524,80	4	41	277	1 410	1,5
Curitiba/PR	30 400,49	5	14	282	1 747	1,5
Rio de Janeiro/RJ	30 088,24	6	20	288	6 323	1,5
Manaus/AM	26 961,15	7	1	386	1 803	1,4
Florianópolis/SC	23 282,20	8	53	541	421	1,2
Belo Horizonte/MG	21 748,25	9	78	646	2 375	1,1
Cuiabá/MT	20 044,67	10	36	766	551	1,0
Recife/PE	19 540,20	11	5	811	1 537	1,0
Goiânia/GO	18 777,09	12	39	892	1 302	1,0
São Luís/MA	17 703,61	13	3	1 024	1 012	0,9
Porto Velho/RO	17 636,36	14	9	1 036	427	0,9
Campo Grande/MS	17 625,73	15	30	1 039	787	0,9
Palmas/TO	17 203,23	16	13	1 107	228	0,9
Boa Vista/RR	16 393,48	17	1	1 226	284	0,8
Aracaju/SE	15 328,30	18	9	1 417	571	0,8
Fortaleza/CE	15 161,47	19	6	1 446	2 447	0,8
Natal/RN	14 925,65	20	8	1 488	804	0,8
Salvador/BA	13 728,08	21	23	1 749	2 677	0,7
João Pessoa/PB	13 552,73	22	5	1 810	724	0,7
Macapá/AP	13 106,21	23	4	1 908	398	0,7
Maceió/AL	12 989,48	24	2	1 946	933	0,7
Teresina/PI	12 940,66	25	6	1 963	814	0,7
Belém/PA	12 921,64	26	8	1 969	1 392	0,7
Rio Branco/AC	12 838,52	27	5	2 000	336	0,7

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População do Censo Demográfico 2010.

Gráfico 10 - Relação entre o PIB per capita dos 10% dos municípios com os maiores PIBs per capita e o PIB per capita dos 60%, 50%, 30% e 10% dos municípios com os menores PIBs per capita, segundo as Grandes Regiões - 2010



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. População do Censo Demográfico 2010.

A dispersão da renda, em conjunto com as medidas de posição e de assimetria apresentadas na Tabela 9, permitem distinguir as diferenças regionais em relação à distribuição da renda do País.

Tabela 9 - Distribuição do Produto Interno Bruto *per capita* pelos quartis, segundo as Grandes Regiões - 2010

Grandes Regiões	Distribuição do Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)					Coeficiente de assimetria de Bowley
	Mínimo	Quartis			Máximo	
		1º quartil	2º quartil	3º quartil		
Brasil	2 269,82	5 193,04	9 817,90	15 458,95	296 884,69	0,10
Norte	2 269,82	4 870,34	7 955,01	11 635,92	103 403,99	0,09
Nordeste	2 404,20	4 017,31	4 657,45	5 719,68	296 884,69	0,25
Sudeste	3 593,19	8 078,00	12 096,85	17 465,56	290 834,08	0,14
Sul	5 869,16	12 248,78	15 303,75	20 167,24	223 848,22	0,23
Centro-Oeste	4 242,15	9 891,32	13 041,95	18 081,19	167 434,56	0,23

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

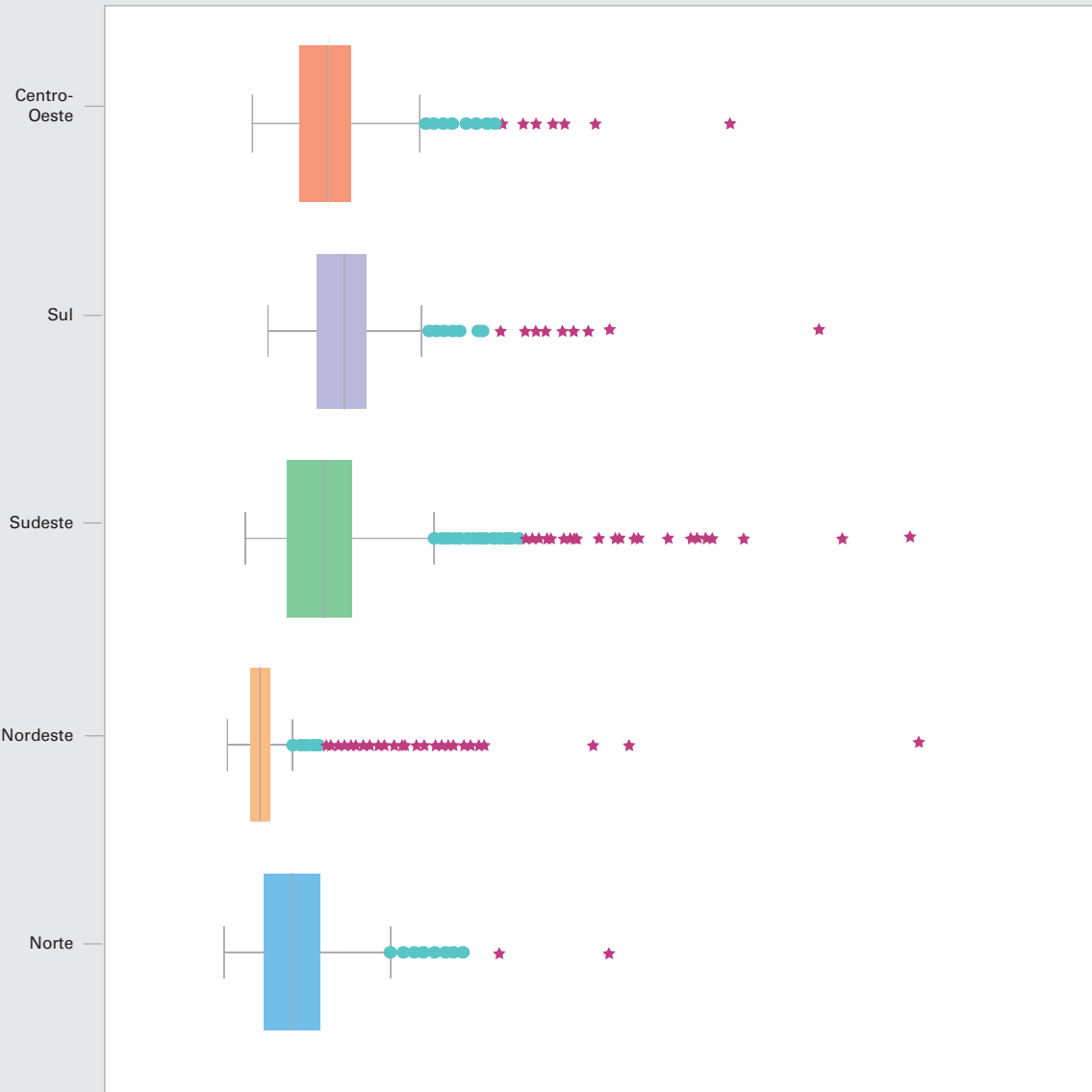
Nota: Dados sujeitos a revisão.

O PIB *per capita* brasileiro, em 2010, era de R\$ 19 766,33, muito superior ao valor mediano, que era de R\$ 9 817,90, indicando uma distribuição muito assimétrica. A Região Sul possuía a maior mediana da renda *per capita* entre todas as Grandes Regiões do País e a renda *per capita* mediana era superior a uma vez e meia a mediana da renda nacional. Os quartis das Regiões Norte e Nordeste eram sempre menores do que os obtidos para o Brasil, ao contrário do observado nas demais regiões. A Região Nordeste possuía os menores valores para os três quartis da distribuição. Apenas 25,0% dos municípios da Região Nordeste possuíam PIB *per capita* superior a R\$ 5 719,68 e esse valor era menor que o valor mínimo encontrado entre os municípios da Região Sul. Todas as regiões apresentaram coeficientes de assimetria positivos, indicando que grande parcela dos municípios possuía PIB *per capita* baixo e uma parcela menor, PIB *per capita* elevado.

O Gráfico 11 apresenta o *Box Plot*¹⁵ do PIB *per capita* para cada uma das Grandes Regiões. Este gráfico permite visualizar os resultados da Tabela 9. Optou-se por utilizar uma transformação na escala com a finalidade de facilitar a visualização da distribuição do PIB *per capita* entre as regiões. Para cada uma delas, todos os valores superiores ao terceiro quartil mais uma vez e meia a diferença interquartílica são considerados valores atípicos e foram representados com a cor verde, e os valores superiores ao terceiro quartil mais três vezes a diferença interquartílica são considerados pontos extremos e foram representados com a cor vinho. Desse modo, o conjunto de pontos verdes e vinhos representavam 2,7% dos municípios da Região Norte; 8,8% dos municípios da Região Nordeste; 5,7% dos municípios da Região Sudeste; 3,3% dos municípios da Região Sul; e 5,6% dos municípios da Região Centro-Oeste.

¹⁵ Para construir este desenho esquemático, considera-se um retângulo onde estão representados a mediana e os quartis (q1 e q3). A partir do retângulo, para a direita, segue uma linha até o ponto que não exceda o limite superior, $q3 + 1,5 \times (q3 - q1)$. A diferença $q3 - q1$ é chamada diferença interquartílica. Do mesmo modo, para a esquerda, segue uma linha até o ponto que não exceda o limite inferior, $q1 - 1,5 \times (q3 - q1)$.

Gráfico 11 - Distribuição do Produto Interno Bruto *per capita* dos municípios, segundo as Grandes Regiões - 2010



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

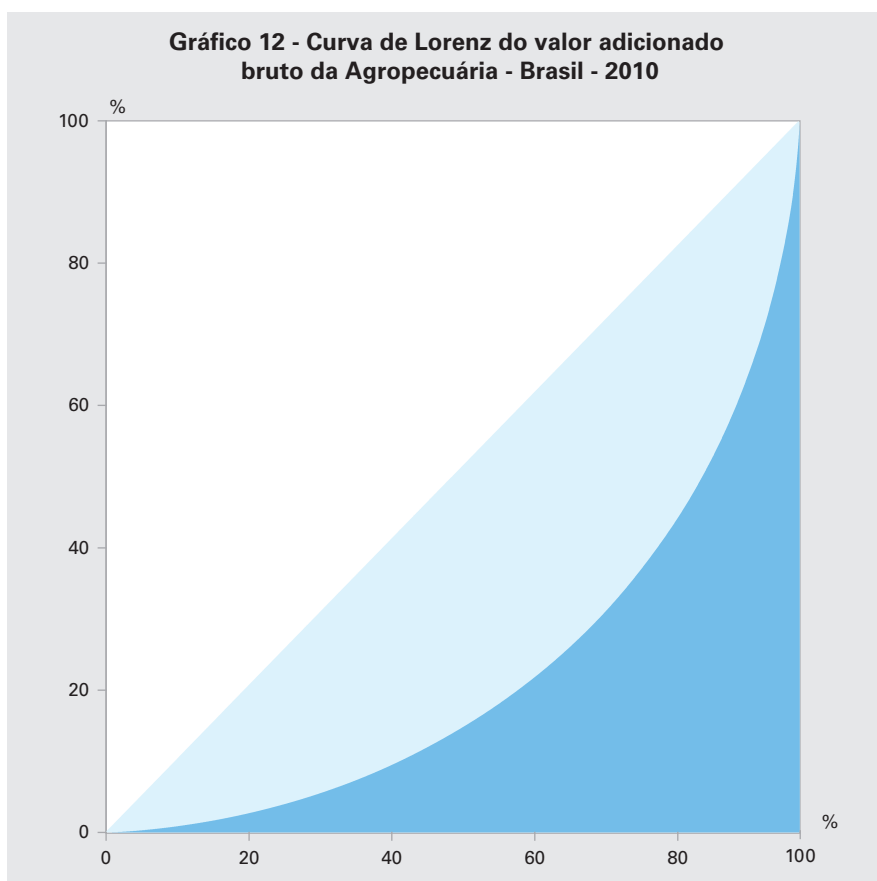
Valor adicionado bruto dos principais setores de atividade econômica

A seguir, destacam-se alguns resultados do valor adicionado bruto dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços. Apesar de estar inserido no setor de Serviços, analisa-se posteriormente o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social. Para cada setor de atividade, é apresentada a curva de Lorenz, o índice de Gini, a distribuição de frequência acumulada e os ganhos e as perdas mais expressivos na participação percentual do País.

Valor adicionado bruto da Agropecuária

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Agropecuária evidencia a concentração deste setor na economia nacional. Ressalta-se que a atividade Agropecuária, quando comparada aos demais setores de atividade econômica, foi a menos concentrada. O Gráfico 12 apresenta a curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Agropecuária. O índice de Gini no Brasil, em 2010, para essa atividade, foi de 0,57. O índice de Gini mais alto foi observado nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Goiás (0,60), enquanto o mais baixo, no Amapá (0,28).

Considerando o ano anterior, o Estado do Mato Grosso foi o que apresentou significativo decréscimo, passando de 0,53, em 2009, para 0,47, em 2010, o menor coeficiente em toda a série.

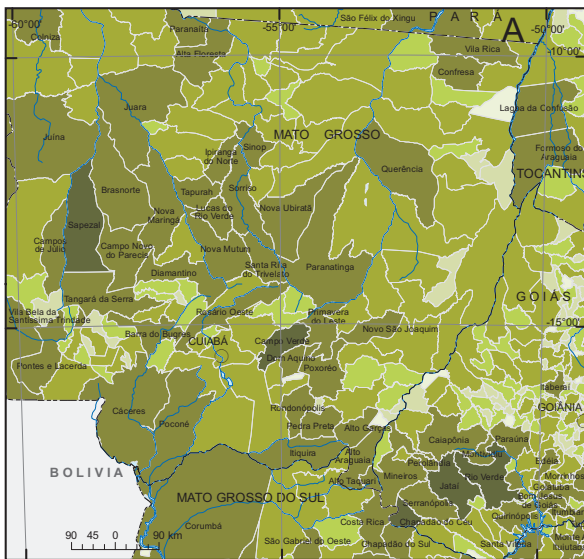
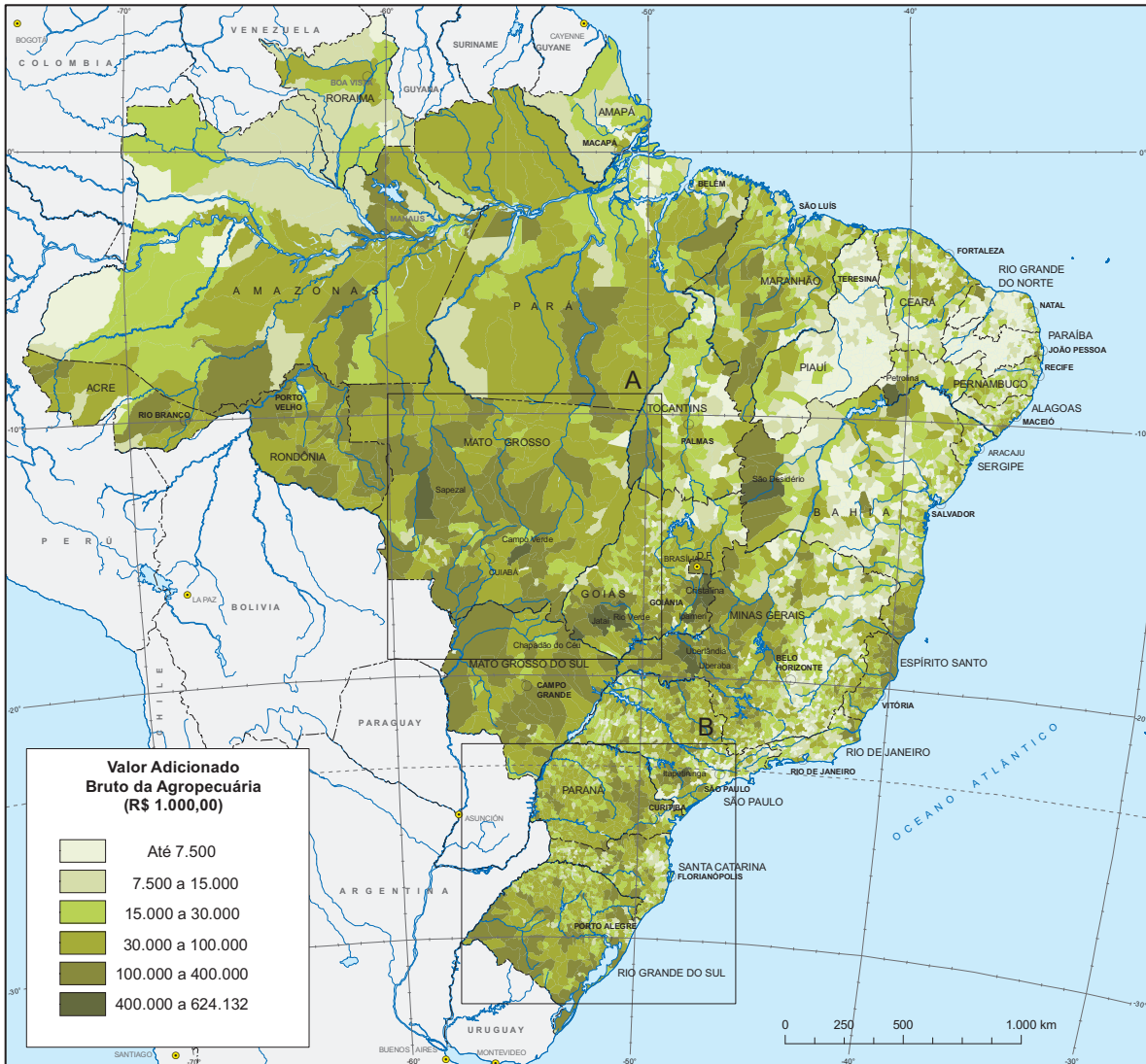


Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 4 mostra que os municípios de Mato Grosso e os do oeste baiano concentravam os maiores valores adicionados da Agropecuária. Nos Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, cerca de 29,0% e 25,0%, respectivamente, dos municípios encontravam-se nas duas maiores faixas. Também se observa que as áreas com menor valor adicionado bruto da Agropecuária estavam localizadas nos Estados da Paraíba, onde 83,0% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição; Piauí, 81,2%; e Rio Grande do Norte, 72,5%.

Cartograma 4 - Valor adicionado bruto da Agropecuária municipal - 2010



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A Tabela 10 retrata a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹⁶ no valor adicionado bruto da Agropecuária do País, para os anos de 2006 a 2010. Observa-se que, em 2010, 213 municípios agregavam aproximadamente 25,0% do valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil e 725 municípios, que pertenciam à última faixa, agregavam apenas 1,0% do valor adicionado bruto da Agropecuária. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária podem ser observados na Tabela de Resultados 3.

Tabela 10 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil - 2006-2010

Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população		Dos municípios	Da população
2006 (1)						
Até 25%	221	4,0	10,1	221	4,0	10,1
De 25% a 50%	559	10,0	18,7	780	14,0	28,8
De 50% a 75%	1 127	20,3	25,6	1 907	34,3	54,4
De 75% a 95%	2 022	36,3	26,4	3 929	70,6	80,8
De 95% a 99%	1 003	18,0	10,4	4 932	88,6	91,2
De 99% a 100%	632	11,4	8,8	5 564	100,0	100,0
2007 (1)						
Até 25%	202	3,6	9,1	202	3,6	9,1
De 25% a 50%	548	9,8	17,4	750	13,5	26,5
De 50% a 75%	1 109	19,9	25,2	1 859	33,4	51,7
De 75% a 95%	2 010	36,1	28,4	3 869	69,5	80,1
De 95% a 99%	1 018	18,3	10,7	4 887	87,8	90,8
De 99% a 100%	677	12,2	9,2	5 564	100,0	100,0
2008 (1)						
Até 25%	187	3,4	7,8	187	3,4	7,8
De 25% a 50%	537	9,7	12,9	724	13,0	20,7
De 50% a 75%	1 100	19,8	22,5	1 824	32,8	43,2
De 75% a 95%	2 045	36,8	35,7	3 869	69,5	78,9
De 95% a 99%	1 038	18,7	11,6	4 907	88,2	90,5
De 99% a 100%	657	11,8	9,5	5 564	100,0	100,0
2009 (1)						
Até 25%	188	3,4	7,7	188	3,4	7,7
De 25% a 50%	528	9,5	16,1	716	12,9	23,8
De 50% a 75%	1 118	20,1	28,1	1 834	33,0	51,9
De 75% a 95%	2 046	36,8	27,0	3 880	69,7	78,9
De 95% a 99%	1 030	18,5	11,9	4 910	88,2	90,7
De 99% a 100%	655	11,8	9,3	5 565	100,0	100,0
2010 (2)						
Até 25%	213	3,8	9,6	213	3,8	9,6
De 25% a 50%	528	9,5	15,3	741	13,3	25,0
De 50% a 75%	1 084	19,5	20,3	1 825	32,8	45,3
De 75% a 95%	1 994	35,8	32,8	3 819	68,6	78,0
De 95% a 99%	1 021	18,3	12,1	4 840	87,0	90,1
De 99% a 100%	725	13,0	9,9	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) População do Censo Demográfico 2010, dados sujeitos a revisão.

¹⁶ Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto da Agropecuária do País ordenada de forma decrescente.

Na Tabela 11, foram destacados os 19 municípios com os maiores valores adicionados brutos da Agropecuária, que, juntos, representavam, aproximadamente, 5,0% do total em 2010.

Tabela 11 - Valor adicionado bruto da Agropecuária e participações relativa e acumulada, segundo os municípios que agregavam 5% do valor adicionado bruto da Agropecuária e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2010

Municípios que agregavam 5% do valor adicionado bruto da Agropecuária e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Valor adicionado bruto da Agropecuária		
	Total (1 000 R\$)	Participações	
		Relativa (%)	Relativa acumulada (%)
Cristalina/GO	624 132	0,4	0,4
Petrolina/PE	620 359	0,4	0,7
São Desidério/BA	559 611	0,3	1,1
Uberaba/MG	551 237	0,3	1,4
Rio Verde/GO	547 022	0,3	1,7
Jataí/GO	537 015	0,3	2,0
Itapetininga/SP	466 353	0,3	2,3
Campo Verde/MT	466 311	0,3	2,6
Chapadão do Céu/GO	443 736	0,3	2,8
Ipameri/GO	419 444	0,2	3,1
Uberlândia/MG	414 884	0,2	3,3
Sapezal/MT	400 983	0,2	3,5
Unai/MG	395 620	0,2	3,8
Patrocínio/MG	378 013	0,2	4,0
Primavera do Leste/MT	358 672	0,2	4,2
Brasília/DF	334 930	0,2	4,4
Barreiras/BA	328 725	0,2	4,6
Mineiros/GO	325 423	0,2	4,8
Sorriso/MT	322 987	0,2	5,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

O Município de Cristalina (Goiás) foi o que obteve o maior valor adicionado da atividade Agropecuária no País em 2010. O município possuía agricultura diversificada: nas lavouras permanentes, caracterizou-se por ser grande produtor de café e nas lavouras temporárias, pela produção de trigo, feijão e alho. Em relação ao ano anterior, ganhou participação em consequência da valorização dos preços dos principais produtos cultivados no município.

No Município de Petrolina (Pernambuco), localizado no Sertão Nordestino, evidenciava-se a alta qualidade de produção de frutas, cultivada nos perímetros irrigados. Em 2010, era o maior produtor de uva, goiaba e manga, em valor de produção, do Brasil. A alta qualidade no cultivo de frutas, além de direcionar grande parte da produção para as exportações, fez com que os preços, em sua maioria, fossem maiores que a média nacional.

O município baiano de São Desidério, localizado no extremo oeste do estado, foi o maior produtor de algodão herbáceo do País, segundo a PAM 2010, e, também, grande produtor de milho, soja e feijão. A agricultura irrigada tem sido a principal base da economia do município, que possui condições climáticas favoráveis e uma das maiores e mais ricas bacias hidrográficas da Região Nordeste. Em 2010, observou-se pequena perda na participação, pois, enquanto as culturas do arroz e milho diminuíram a área plantada, a soja e o algodão, apesar do ganho na área plantada, perderam em valor de produção, em função dos baixos preços das *commodities* e também pelo excesso de chuvas na região.

Uberaba (Minas Gerais) pertence à região do Triângulo Mineiro e tem a maior parte da sua produção vegetal concentrada na lavoura temporária. Apresentou as maiores produções estaduais de milho e cana-de-açúcar, a segunda maior produção estadual de soja, assim como a terceira de batata-inglesa e tomate. A produção de laranja foi a sexta maior do estado e o principal cultivo da lavoura permanente do município. Na pecuária, evidenciaram-se os efetivos de aves, bovinos, suínos e as produções de ovos e leite.

No Município de Rio Verde (Goiás), a atividade Agropecuária estava integrada com as agroindústrias do ramo alimentício. O destaque, nas lavouras temporárias, foi a produção de soja, milho e sorgo. Na pecuária, o município se destacou na produção de aves, suínos e bovinos. A utilização de tecnologias avançadas e a profissionalização do produtor convergiram na disseminação das técnicas de cultivo e na melhoria do processo produtivo. Houve perda de participação em relação ao ano de 2009 em função da redução no valor da produção de soja, milho, sorgo e aves.

No ano de 2010, o Município de Jataí (Goiás) destacou-se na produção de cereais para grãos, como milho, soja e sorgo. Na pecuária, destacou-se a criação de bovinos, suínos e aves e a produção de leite. O município é cortado por importantes rodovias responsáveis pelo escoamento da produção de grãos. O ganho de participação em relação ao ano anterior decorreu do aumento tanto da produção de cana-de-açúcar como dos rebanhos de suínos e bovinos.

Segundo a PAM 2010, o Município de Itapetininga (São Paulo) era um dos 20 municípios com as maiores produções de frutíferas do País.

O Município de Campo Verde (Mato Grosso), localizado na região sudeste do estado, tinha economia baseada na produção agropecuária, sendo a soja e o algodão os principais produtos. Na pecuária, tinha a maior produção de aves do estado, a segunda produção de ovos e também era um importante produtor de suínos. A

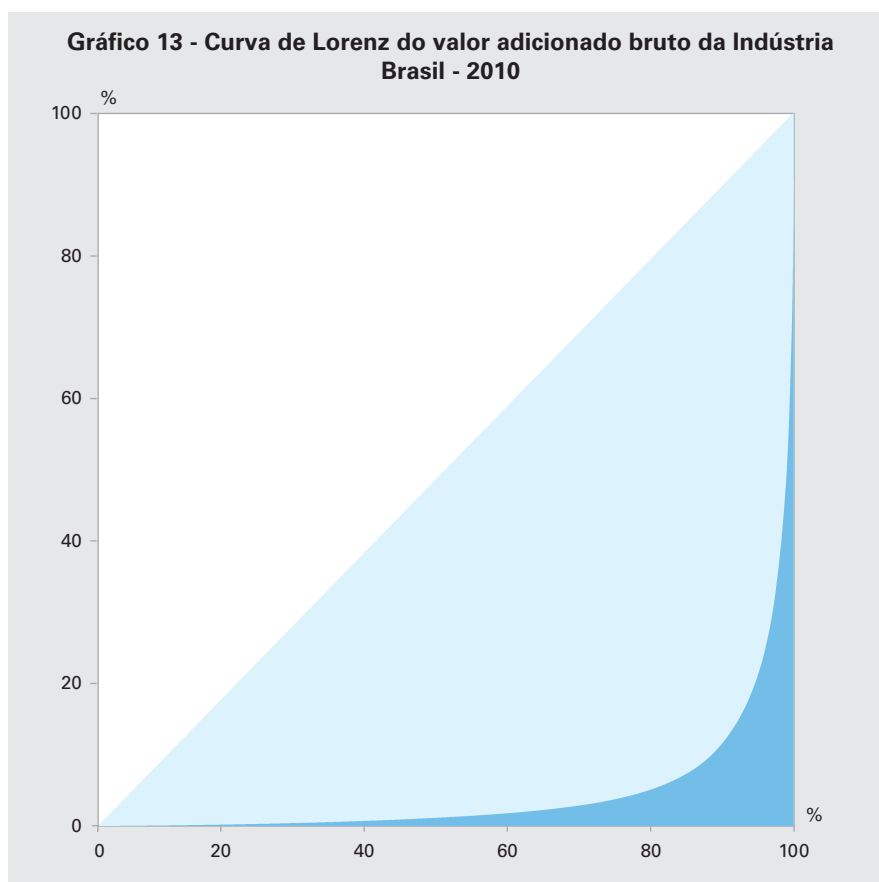
Agropecuária estava completamente integrada com a Indústria e os Serviços, já que as indústrias do município eram responsáveis pelo beneficiamento da produção agropecuária e o setor de Serviços era voltado à comercialização da sua produção, de insumos, máquinas e equipamentos, representação comercial e armazéns gerais.

O Município de Chapadão do Céu (Goiás) tinha a produção agrícola direcionada principalmente para a agricultura, especialmente o segmento das lavouras temporárias. Destacou-se pela produção de cereais para grãos: milho, sorgo, soja, girassol e algodão herbáceo. Merece destaque também o cultivo de cana-de-açúcar. Neste município, estava instalada uma indústria de produção de etanol e açúcar, que iniciou suas operações no ano de 2009. Foi observado ganho de participação em relação ao ano de 2009 em decorrência do aumento da produção de cana-de-açúcar e da valorização dos preços do algodão herbáceo.

Os maiores acréscimos na participação relativa do valor adicionado bruto da Agropecuária foram verificados nos Municípios de Petrolina (Pernambuco) e Ipameri (Goiás). Em Petrolina, o aumento da produção de frutas e a valorização da uva levou o município a ter o maior valor adicionado bruto da produção gerado por frutíferas. Em Ipameri, o ganho foi devido aos cultivos de café, cana-de-açúcar e alho e à criação de bovinos. Os maiores decréscimos na participação relativa ocorreram nos municípios mato-grossenses de Sapezal e de Sorriso. Segundo a PAM 2010, ocorreu redução no valor adicionado bruto da produção, principalmente, em função das volumosas safras do Brasil, Estados Unidos e Argentina, que geraram um excesso de oferta no mercado internacional, e também pela atuação comercial da China, que vem renovando e ampliando os seus estoques estratégicos, com vistas a aumentar o seu poder de barganha como grande importador do grão. Tais fatos derrubaram os preços internos da soja e, conjugados à desvalorização do dólar, causaram impacto negativo na renda dos sojicultores nacionais.

Valor adicionado bruto da Indústria

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Indústria evidencia a concentração deste setor na economia nacional. Cumpre atentar para o fato da atividade industrial, quando comparada às demais atividades, ser a que apresenta a maior concentração: o índice de Gini no Brasil, em 2010, para essa atividade, foi de 0,90. Esse índice permaneceu praticamente inalterado ao longo de toda a série. O Gráfico 13 apresenta a curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Indústria. Os maiores índices de Gini, por Unidades da Federação, pertenciam aos Estados do Amazonas (0,96) e Pará (0,91) e, os menores, aos Estados de Rondônia (0,76), Mato Grosso do Sul (0,77), Amapá (0,77) e Acre (0,78). Em 2010, observou-se que pela primeira vez o índice do Estado do Pará ficou acima do índice do Brasil.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

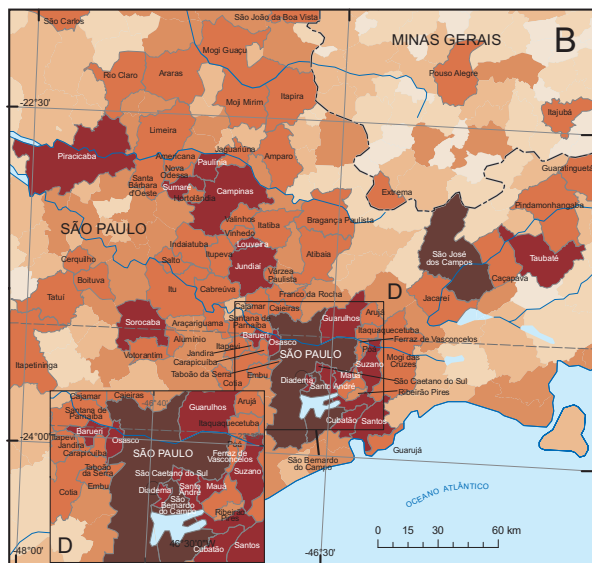
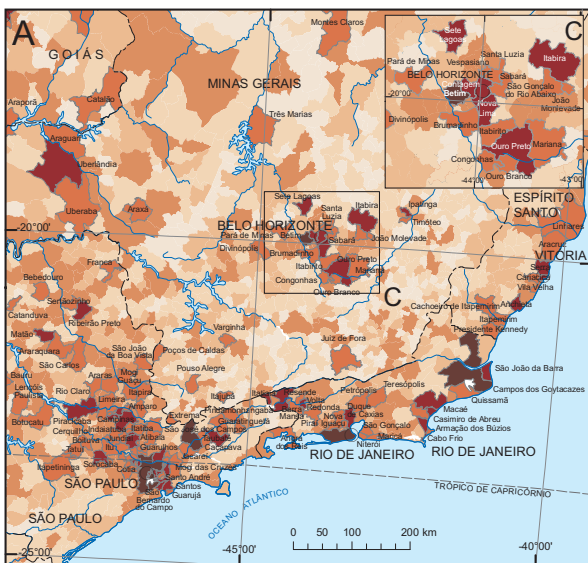
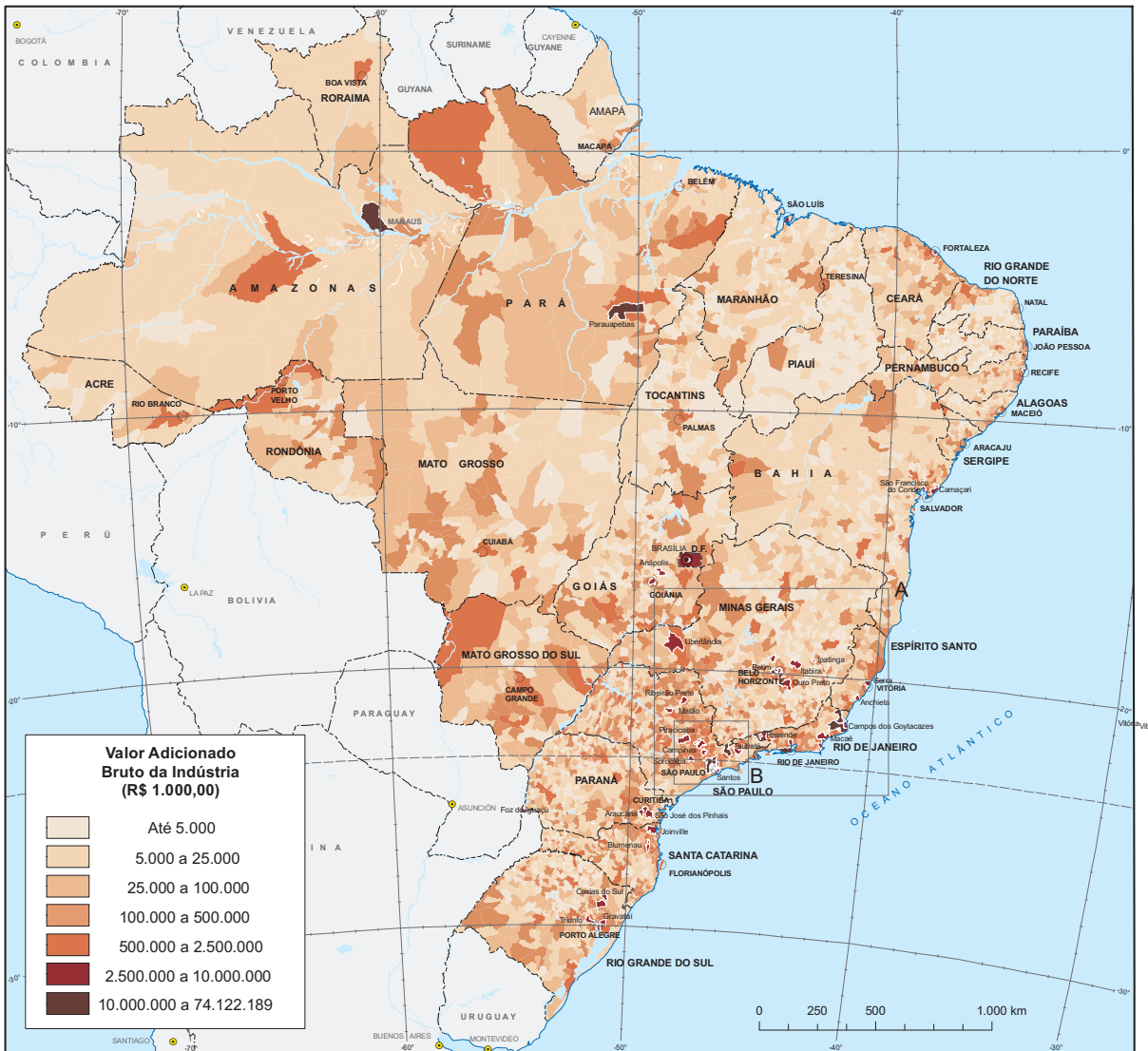
Nota: Dados sujeitos a revisão.

O Cartograma 5 mostra que os municípios dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo possuíam alto valor adicionado bruto industrial, com aproximadamente 25,0% e 14,4% dos municípios, respectivamente, nas três maiores faixas da distribuição. Também se observa que as áreas com menor valor adicionado bruto da Indústria estavam localizadas nos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde mais de 60,0% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição.

A Tabela 12 mostra a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa¹⁷ no valor adicionado bruto da Indústria do País, para os anos de 2006 a 2010. Pode-se destacar que, em 2010, apenas 12 municípios concentravam aproximadamente $\frac{1}{4}$ do valor adicionado bruto da Indústria e esta faixa concentrava 14,8% da população brasileira.

¹⁷ Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do País ordenada de forma decrescente.

Cartograma 5 - Valor adicionado bruto da Indústria municipal - 2010



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

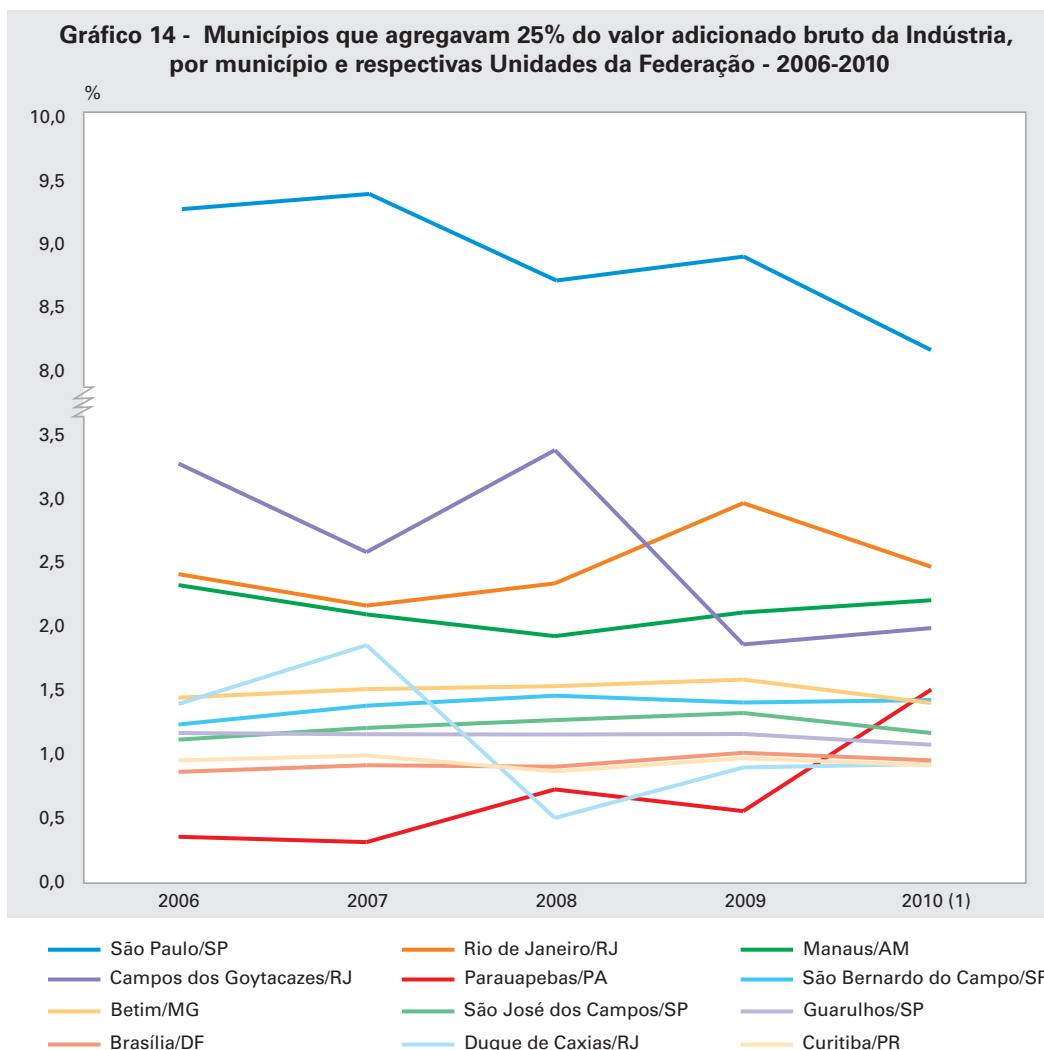
Tabela 12 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do Brasil - 2006-2010

Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto da Indústria do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulado	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população		Dos municípios	Da população
2006 (1)						
Até 25%	10	0,2	13,4	10	0,2	13,4
De 25% a 50%	47	0,8	14,7	57	1,0	28,1
De 50% a 75%	170	3,1	18,4	227	4,1	46,5
De 75% a 95%	948	17,0	25,4	1 175	21,1	72,0
De 95% a 99%	1 886	33,9	18,7	3 061	55,0	90,6
De 99% a 100%	2 503	45,0	9,4	5 564	100,0	100,0
2007 (1)						
Até 25%	10	0,2	13,4	10	0,2	13,4
De 25% a 50%	49	0,9	14,8	59	1,1	28,2
De 50% a 75%	170	3,1	18,7	229	4,1	46,9
De 75% a 95%	961	17,3	25,4	1 190	21,4	72,4
De 95% a 99%	1 910	34,3	18,4	3 100	55,7	90,7
De 99% a 100%	2 464	44,3	9,3	5 564	100,0	100,0
2008 (1)						
Até 25%	11	0,2	13,4	11	0,2	13,4
De 25% a 50%	49	0,9	14,5	60	1,1	27,9
De 50% a 75%	169	3,0	18,6	229	4,1	46,5
De 75% a 95%	963	17,3	25,7	1 192	21,4	72,2
De 95% a 99%	1 862	33,5	18,1	3 054	54,9	90,3
De 99% a 100%	2 510	45,1	9,7	5 564	100,0	100,0
2009 (1)						
Até 25%	11	0,2	14,2	11	0,2	14,2
De 25% a 50%	51	0,9	14,8	62	1,1	29,0
De 50% a 75%	180	3,2	18,8	242	4,3	47,8
De 75% a 95%	1 020	18,3	25,4	1 262	22,7	73,2
De 95% a 99%	1 924	34,6	18,2	3 186	57,3	91,4
De 99% a 100%	2 379	42,7	8,6	5 565	100,0	100,0
2010 (2)						
Até 25%	12	0,2	14,8	12	0,2	14,8
De 25% a 50%	53	1,0	13,9	65	1,2	28,6
De 50% a 75%	185	3,3	19,6	250	4,5	48,2
De 75% a 95%	1 030	18,5	25,2	1 280	23,0	73,4
De 95% a 99%	1 931	34,7	18,2	3 211	57,7	91,6
De 99% a 100%	2 354	42,3	8,4	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) População do Censo Demográfico 2010, dados sujeitos a revisão.

Em 2010, com 65 municípios, chegou-se à metade do valor adicionado bruto da Indústria e a 28,6% da população. No mesmo ano, pode-se notar que 2 354 municípios, que pertenciam à última faixa, responderam por 1,0% do valor adicionado bruto da Indústria e concentraram 8,4% da população. Estes números representam a grande concentração da Indústria no Território Nacional. O Gráfico 14 apresenta a participação dos maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto industrial no período de 2006 a 2010. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto da Indústria podem ser observados na Tabela de Resultados 4.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência Manaus - SUFRAMA.
 (1) Dados sujeitos a revisão.

Como mencionado anteriormente, em 2010, a Indústria ganhou participação no valor adicionado bruto no País e o principal incremento, tanto em quantidade, quanto em preço, veio do segmento Indústria extrativa. Conseqüentemente, os municípios cujas economias estavam vinculadas às *commodities* minerais tiveram ganho de participação superior aos demais municípios com indústria diversificada.

Em 2010, o Município de São Paulo (São Paulo) manteve-se como o principal polo industrial do País, com participação relativa de 8,2%. O Município do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) ocupava a segunda colocação nesse *ranking*, com 2,5%.

A participação do valor adicionado bruto industrial de Manaus (Amazonas), onde está localizado o parque industrial do estado, manteve-se em torno de 2,0% em toda a série. Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro) permaneceu na quarta colocação no *ranking* industrial do País, com participação relativa de 2,0%. Como observado anteriormente, esse município concentrava as atividades de exploração de petróleo e gás natural e ganhou participação no valor adicionado bruto industrial do País em função da alta do preço do barril de petróleo¹⁸.

¹⁸ Segundo a U.S. Energy Information Administration - EIA, o preço médio do barril de petróleo, em 2009, foi de 61,79 dólares e, em 2010, 79,53 dólares, representando um aumento de 28,7%.

Parauapebas (Pará), onde se situavam grandes empreendimentos na área de mineração, com a extração de minério de ferro e de manganês, em 2010, foi beneficiado pelo aumento de preços no mercado internacional, resultando no ganho de 1,0 ponto percentual na participação, passando a gerar 1,5% do valor adicionado bruto industrial nacional.

São Bernardo do Campo (São Paulo) gerou 1,4% do valor adicionado bruto da Indústria do País. Destacou-se na indústria automotiva e demais ramos industriais ligados a essa cadeia produtiva, além da indústria de artigos de perfumaria e cosméticos.

Betim (Minas Gerais), localizado na região central, município-polo de desenvolvimento industrial do seu estado, era sede de montadora de automóveis, uma rede de produção de autopeças e tinha uma dinâmica associada ao bom desempenho das áreas de bens de consumo duráveis no seu entorno. O refino de derivados de petróleo também era uma atividade importante na Indústria de transformação do município. Além dessas atividades, possuía grandes indústrias nos segmentos de química, metal-mecânica e siderurgia. Destacavam-se a fabricação e montagem de estruturas de aço e a fundição de ferro e cabeçotes de alumínio, entre outras atividades. Em 2010, agregava 1,4% do valor adicionado bruto industrial do Brasil.

São José dos Campos (São Paulo), município basicamente industrial, foi fortemente influenciado pela indústria aeroespacial, que tem como característica apresentar movimentos cíclicos. Isso pode ser observado em toda a série. As demais indústrias do município contribuíram para suavizar esses movimentos. O Município de Guarulhos (São Paulo) possuía indústria diversificada, com destaque para os segmentos metal-mecânico, farmacêutico, de máquinas e equipamentos e material elétrico. Esses dois municípios paulistas agregavam 1,2% e 1,1%, respectivamente, ao valor adicionado bruto industrial do País, em 2010.

Segundo a análise das Contas Regionais 2010, o valor adicionado bruto industrial do Distrito Federal¹⁹ foi responsável por 6,5% do valor adicionado bruto total do setor. O segmento industrial de maior peso era a construção civil, que pesava 64% do valor adicionado bruto da Indústria, em 2010.

Duque de Caxias (Rio de Janeiro) ocupava a 11ª posição na série. O refino de derivados de petróleo era uma das principais atividades na Indústria de transformação do município.

A Indústria de transformação é a principal responsável pelo alto valor adicionado bruto do Município de Curitiba (Paraná), principalmente nos segmentos automotivo e de máquinas e equipamentos para agricultura.

Na Tabela 13, é apresentado o valor adicionado bruto industrial dos 30 municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto industrial nacional, em 2010.

As variações positivas verificadas nos Municípios de Parauapebas (Pará) e Itabira (Minas Gerais) decorreram do aumento da produção de minério de ferro.

¹⁹ Ressalte-se que os resultados do Distrito Federal são produzidos pelas Contas Regionais do Brasil.

Tabela 13 - Participação relativa e diferença absoluta do valor adicionado bruto da Indústria, segundo os municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto da Indústria e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2006-2010

Municípios com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto da Indústria e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Valor adicionado bruto da Indústria					Diferença absoluta 2009/2010 (%)
	Participação relativa (%)					
	2006	2007	2008	2009	2010 (1)	
Parauapebas/PA	0,4	0,3	0,7	0,6	1,5	1,0
Itabira/MG	0,3	0,2	0,3	0,2	0,6	0,4
Joinville/SC	0,8	0,7	0,7	0,7	0,9	0,2
Vitória/ES	0,5	0,6	0,7	0,4	0,6	0,2
Campos dos Goytacazes/RJ	3,3	2,6	3,4	1,9	2,0	0,1
Manaus/AM	2,3	2,1	1,9	2,1	2,2	0,1
Caxias do Sul/RS	0,5	0,5	0,6	0,6	0,7	0,0
São Francisco do Conde/BA	0,6	0,6	0,3	0,5	0,6	0,0
Duque de Caxias/RJ	1,4	1,9	0,5	0,9	0,9	0,0
Jundiaí/SP	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,0
Contagem/MG	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
Porto Alegre/RS	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
São Bernardo do Campo/SP	1,2	1,4	1,5	1,4	1,4	0,0
Salvador/BA	0,6	0,5	0,5	0,6	0,6	(-) 0,0
São José dos Pinhais/PR	0,6	0,5	0,6	0,7	0,7	(-) 0,0
Belo Horizonte/MG	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	(-) 0,0
Santo André/SP	0,6	0,7	0,6	0,6	0,5	(-) 0,1
Fortaleza/CE	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	(-) 0,1
Campinas/SP	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	(-) 0,1
Curitiba/PR	1,0	1,0	0,9	1,0	0,9	(-) 0,1
Sorocaba/SP	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	(-) 0,1
Brasília/DF	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	(-) 0,1
Guarulhos/SP	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	(-) 0,1
Araucária/PR	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	(-) 0,1
São José dos Campos/SP	1,1	1,2	1,3	1,3	1,2	(-) 0,2
Canoas/RS	0,5	0,5	0,7	0,8	0,6	(-) 0,2
Betim/MG	1,5	1,5	1,5	1,6	1,4	(-) 0,2
Camaçari/BA	0,9	0,9	1,0	1,2	0,9	(-) 0,2
Rio de Janeiro/RJ	2,4	2,2	2,3	3,0	2,5	(-) 0,5
São Paulo/SP	9,3	9,4	8,7	8,9	8,2	(-) 0,7

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

O crescimento observado em Joinville (Santa Catarina) ocorreu em função da grande quantidade de novas empresas instaladas no período. O município possuía indústria diversificada e era conhecido pelo metalúrgico e de ferramentaria.

A variação na participação relativa do Município de Vitória (Espírito Santo) deveu-se à recuperação da produção de pelotas de minério de ferro nesse ano. Influenciada pela rápida expansão da demanda, a produção alcançou nível recorde.

O decréscimo da participação relativa do valor adicionado bruto da Indústria nos grandes municípios industriais, em 2010, foi atribuído à forte recuperação dos preços das *commodities* minerais. Isso pode ter tido consequência a queda de participação nos Municípios de São Paulo (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) e Betim (Minas Gerais).

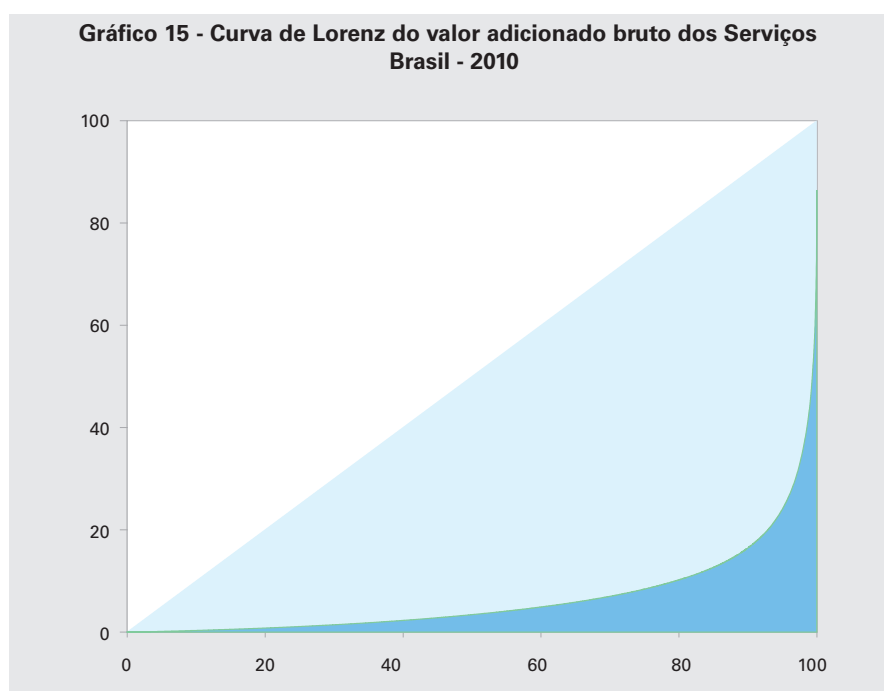
No Município de Camaçari (Bahia), localizado na Região Metropolitana de Salvador, a pequena queda de participação foi decorrente dos segmentos de produtos químicos e petroquímicos, fabricação de celulose e defensivos agrícolas.

O setor do refino foi o principal responsável pela queda de participação do Município de Canoas (Rio Grande do Sul).

Valor adicionado bruto dos Serviços

A curva de Lorenz para o valor adicionado bruto dos Serviços ficou bem próxima à do PIB. O índice de Gini, no Brasil, em 2010, para essa atividade, foi de 0,87. Em toda a série, o único índice, por Unidades da Federação, maior do que o do País pertencia ao Estado de São Paulo (0,88). O menor índice foi do Estado do Acre 0,69. Salienta-se a concentração dessa atividade no Município do Rio de Janeiro. O índice de Gini do Estado do Rio de Janeiro foi de 0,83 e, excluindo-se o município da capital, passou a ser 0,68, o menor entre todos os estados.

O Gráfico 15 apresenta a curva de Lorenz para os Serviços. A atividade responsável pela maior dispersão é a Administração, saúde e educação públicas e seguridade social e será detalhada a seguir.



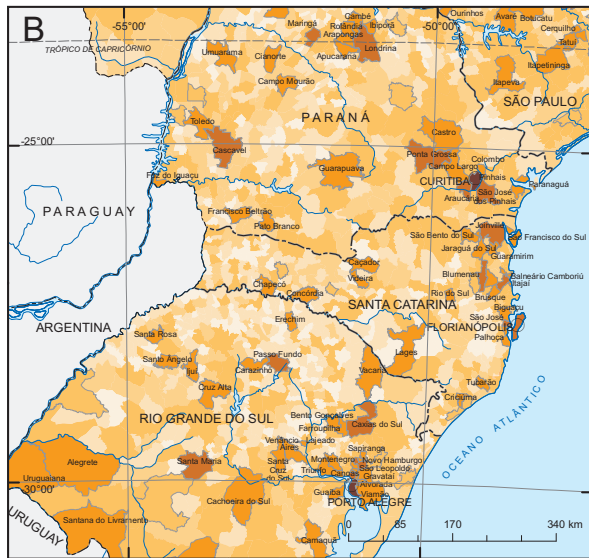
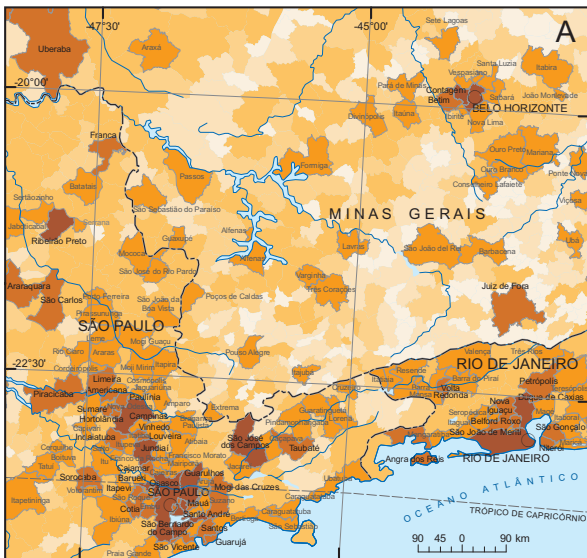
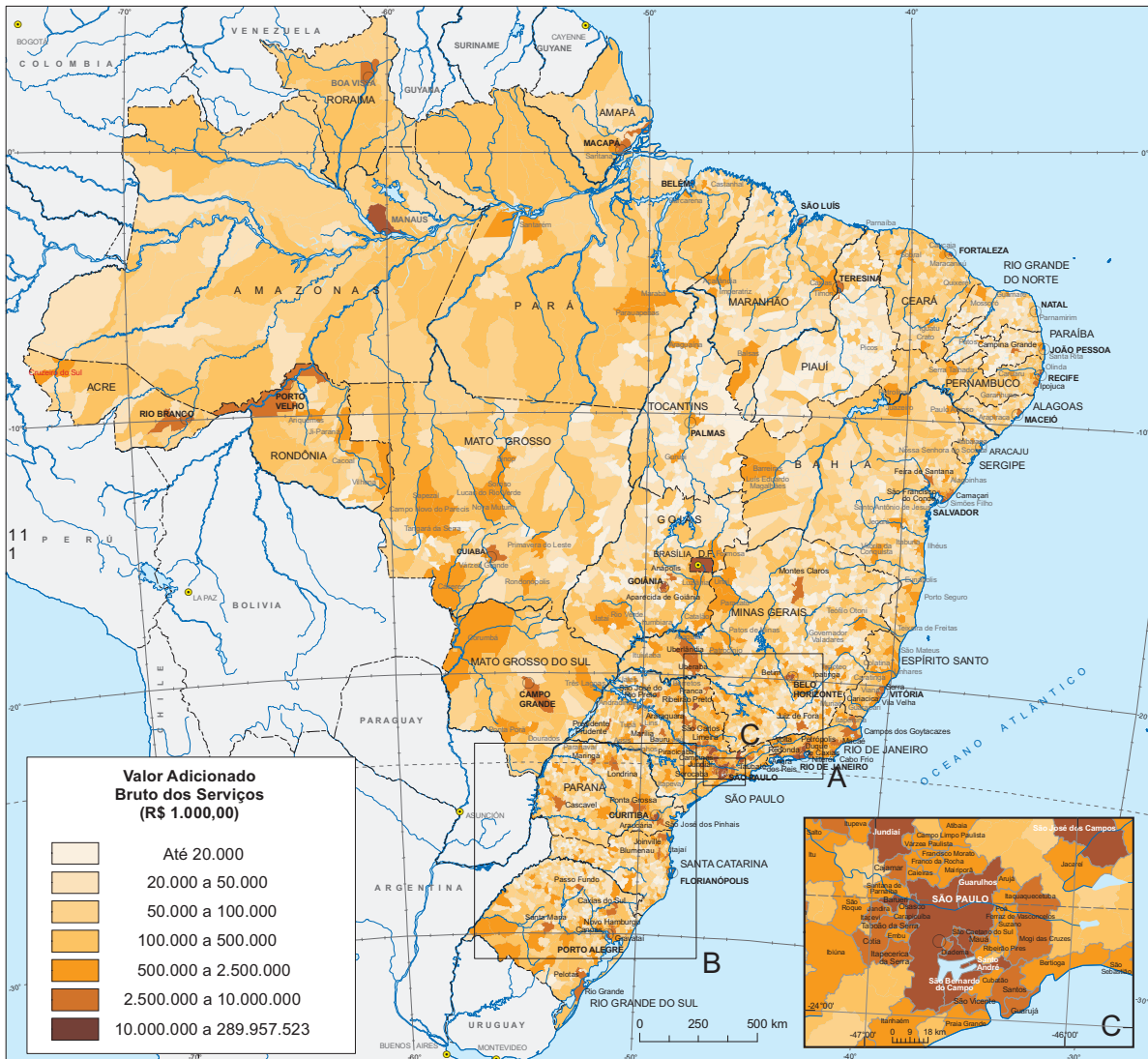
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

O Cartograma 6 mostra que os municípios do Estado do Rio de Janeiro possuíam valor adicionado bruto dos Serviços elevado, com 47,3% dos municípios nas três maiores faixas da distribuição. Nos Estados do Piauí e Tocantins, mais de 49,0% dos municípios encontravam-se na faixa inferior da distribuição.

Cartograma 6 - Valor adicionado bruto dos Serviços municipal - 2010



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A Tabela 14 retrata a distribuição do número de municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa²⁰ no valor adicionado bruto dos Serviços do País, de 2006 a 2010. Ao longo da série, não houve modificação na composição dos municípios que agregavam até 25,0% do valor adicionado bruto dos Serviços, sendo, esses dois municípios, São Paulo (São Paulo) e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro). Esta faixa concentrava 9,2% da população brasileira em 2010.

Tabela 14 - Número de municípios e participações relativa e acumulada dos municípios e da população, segundo as faixas de participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do Brasil - 2006-2010

Faixas de participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do Brasil	Número de municípios	Participação relativa (%)		Número de municípios acumulado	Participação relativa acumulada (%)	
		Dos municípios	Da população		Dos municípios	Da população
2006 (1)						
Até 25%	2	0,0	9,2	2	0,0	9,2
De 25% a 50%	34	0,6	18,6	36	0,6	27,8
De 50% a 75%	217	3,9	24,4	253	4,5	52,2
De 75% a 95%	1 900	34,1	33,6	2 153	38,7	85,8
De 95% a 99%	2 061	37,0	11,3	4 214	75,7	97,1
De 99% a 100%	1 350	24,3	2,9	5 564	100,0	100,0
2007 (1)						
Até 25%	2	0,0	9,2	2	0,0	9,2
De 25% a 50%	33	0,6	18,6	35	0,6	27,9
De 50% a 75%	210	3,8	24,0	245	4,4	51,9
De 75% a 95%	1 900	34,1	33,6	2 145	38,6	85,5
De 95% a 99%	2 077	37,3	11,4	4 222	75,9	97,0
De 99% a 100%	1 342	24,1	3,0	5 564	100,0	100,0
2008 (1)						
Até 25%	2	0,0	9,0	2	0,0	9,0
De 25% a 50%	35	0,6	19,2	37	0,7	28,2
De 50% a 75%	218	3,9	23,8	255	4,6	52,0
De 75% a 95%	1 932	34,7	33,8	2 187	39,3	85,9
De 95% a 99%	2 064	37,1	11,2	4 251	76,4	97,1
De 99% a 100%	1 313	23,6	2,9	5 564	100,0	100,0
2009 (1)						
Até 25%	2	0,0	9,0	2	0,0	9,0
De 25% a 50%	36	0,6	19,5	38	0,7	28,5
De 50% a 75%	223	4,0	24,1	261	4,7	52,6
De 75% a 95%	1 938	34,8	33,6	2 199	39,5	86,1
De 95% a 99%	2 051	36,9	11,0	4 250	76,4	97,1
De 99% a 100%	1 315	23,6	2,9	5 565	100,0	100,0
2010 (2)						
Até 25%	2	0,0	9,2	2	0,0	9,2
De 25% a 50%	38	0,7	19,3	40	0,7	28,5
De 50% a 75%	224	4,0	23,9	264	4,7	52,4
De 75% a 95%	1 939	34,8	33,9	2 203	39,6	86,3
De 95% a 99%	2 045	36,7	10,9	4 248	76,3	97,2
De 99% a 100%	1 317	23,7	2,8	5 565	100,0	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

(1) População estimada para 1º de julho, série revisada. (2) População do Censo Demográfico 2010, dados sujeitos a revisão.

²⁰ Sendo a participação relativa no valor adicionado bruto dos Serviços do País ordenada de forma decrescente.

Em 2010, com 40 municípios, chegava-se à metade do valor adicionado bruto dos Serviços e a 28,5% da população. No mesmo ano, pode-se notar que 1 317 municípios que pertenciam à última faixa respondiam por 1,0% do valor adicionado bruto dos Serviços e concentravam 2,8% da população. Os 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto dos Serviços podem ser observados na Tabela de Resultados 5.

Na Tabela 15, é apresentado o valor adicionado bruto dos Serviços para as capitais brasileiras.

Tabela 15 - Valor adicionado bruto dos Serviços total, participação relativa e posição dos municípios, segundo os Municípios das Capitais e as respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição - 2010

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem de posição	Valor adicionado bruto dos Serviços		
	Total (1 000 R\$)	Participação relativa (%)	Posição dos municípios
São Paulo/SP	289 957 523	13,5	1º
Rio de Janeiro/RJ	125 204 629	5,8	2º
Brasília/DF	124 179 105	5,8	3º
Belo Horizonte/MG	35 832 196	1,7	4º
Curitiba/PR	34 424 237	1,6	5º
Porto Alegre/RS	30 311 931	1,4	6º
Salvador/BA	25 247 079	1,2	8º
Fortaleza/CE	25 126 638	1,2	9º
Recife/PE	20 486 369	1,0	11º
Manaus/AM	18 931 987	0,9	13º
Goiânia/GO	16 827 098	0,8	15º
Belém/PA	12 600 397	0,6	18º
Vitória/ES	11 502 400	0,5	20º
São Luís/MA	11 319 596	0,5	21º
Campo Grande/MS	9 032 998	0,4	28º
Natal/RN	8 487 905	0,4	31º
Maceió/AL	8 084 010	0,4	34º
Cuiabá/MT	7 294 932	0,3	39º
Florianópolis/SC	7 131 334	0,3	41º
Teresina/PI	6 963 142	0,3	43º
João Pessoa/PB	6 242 825	0,3	47º
Aracaju/SE	6 146 282	0,3	49º
Porto Velho/RO	4 974 124	0,2	59º
Macapá/AP	4 407 561	0,2	66º
Boa Vista/RR	3 550 084	0,2	77º
Rio Branco/AC	2 935 143	0,1	101º
Palmas/TO	2 452 605	0,1	118º

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: 1. Dados sujeitos a revisão.

2. Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

A concentração dos Serviços nas capitais era bastante alta, chegando a totalizar 40,0% em 2010. Dos 40 municípios que agregavam metade do valor adicionado bruto dos Serviços, 18 correspondiam a capitais.

Realizando um corte nos municípios que representavam pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços do País, em 2010, obteve-se 21 municípios. A Tabela 16 mostra a participação destes municípios de 2006 a 2010 e a diferença absoluta dessa participação entre os anos de 2010 e 2009.

Tabela 16 - Participação relativa e diferença absoluta do valor adicionado bruto dos Serviços, segundo os municípios que participavam com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços e as respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2006-2010

Municípios que participavam com pelo menos 0,5% do valor adicionado bruto dos Serviços e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Participação no valor adicionado bruto dos Serviços (%)					Diferença absoluta 2009/2010 (%)
	2006	2007	2008	2009	2010 (1)	
Recife/PE	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	0,1
Fortaleza/CE	1,1	1,1	1,1	1,1	1,2	0,1
Brasília/DF	5,6	5,5	5,7	5,7	5,8	0,0
São Bernardo do Campo/SP	0,7	0,7	0,8	0,7	0,7	0,0
Belo Horizonte/MG	1,7	1,7	1,7	1,6	1,7	0,0
Porto Alegre/RS	1,6	1,6	1,5	1,4	1,4	0,0
Campinas/SP	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	0,0
Ribeirão Preto/SP	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,0
Guarulhos/SP	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	(-) 0,0
Vitória/ES	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	(-) 0,0
Goiânia/GO	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	(-) 0,0
São Luís/MA	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	(-) 0,0
Osasco/SP	1,0	1,2	1,3	1,2	1,2	(-) 0,0
Curitiba/PR	1,5	1,7	1,7	1,6	1,6	(-) 0,0
Manaus/AM	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	(-) 0,0
Belém/PA	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	(-) 0,1
São Paulo/SP	13,6	13,9	13,4	13,5	13,5	(-) 0,1
Salvador/BA	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	(-) 0,1
Barueri/SP	1,3	1,1	1,0	0,9	0,8	(-) 0,1
Duque de Caxias/RJ	0,9	0,9	0,7	0,8	0,7	(-) 0,1
Rio de Janeiro/RJ	6,3	6,2	6,1	6,0	5,8	(-) 0,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Em relação a 2009, os maiores ganhos de participação no valor adicionado bruto dos Serviços ocorreram em Recife (Pernambuco) e Fortaleza (Ceará): 0,1 ponto percentual em ambos. A capital do Estado do Rio de Janeiro foi a que mais perdeu participação, seguida dos municípios de Duque de Caxias (Rio de Janeiro) e Barueri (São Paulo): todas perderam 0,1 ponto percentual.

Recife sempre apresentou perfil econômico relacionado à atividade de Serviços. Em 2010, os segmentos de maior destaque foram: comércio, serviços médicos, serviços de informática e de engenharia, consultoria empresarial, ensino e pesquisa, e atividades ligadas ao turismo. A capital pernambucana apresentou incremento no valor adicionado bruto dos Serviços em função dos transportes, dos serviços prestados às empresas e demais serviços, do comércio e do setor financeiro. A retomada do crédito e o maior fluxo monetário no estado influenciaram positivamente a capital.

Fortaleza (Ceará) praticamente não possui zona rural, sendo o setor de Serviços o principal ramo de sua economia, notadamente o comércio, o turismo e a prestação de serviços às famílias e às empresas. Nesse contexto, devido à diversificação e expansão urbana, cresceram os grandes centros comerciais, responsáveis por transformações no espaço urbano não apenas dessa cidade como também de municípios vizinhos.

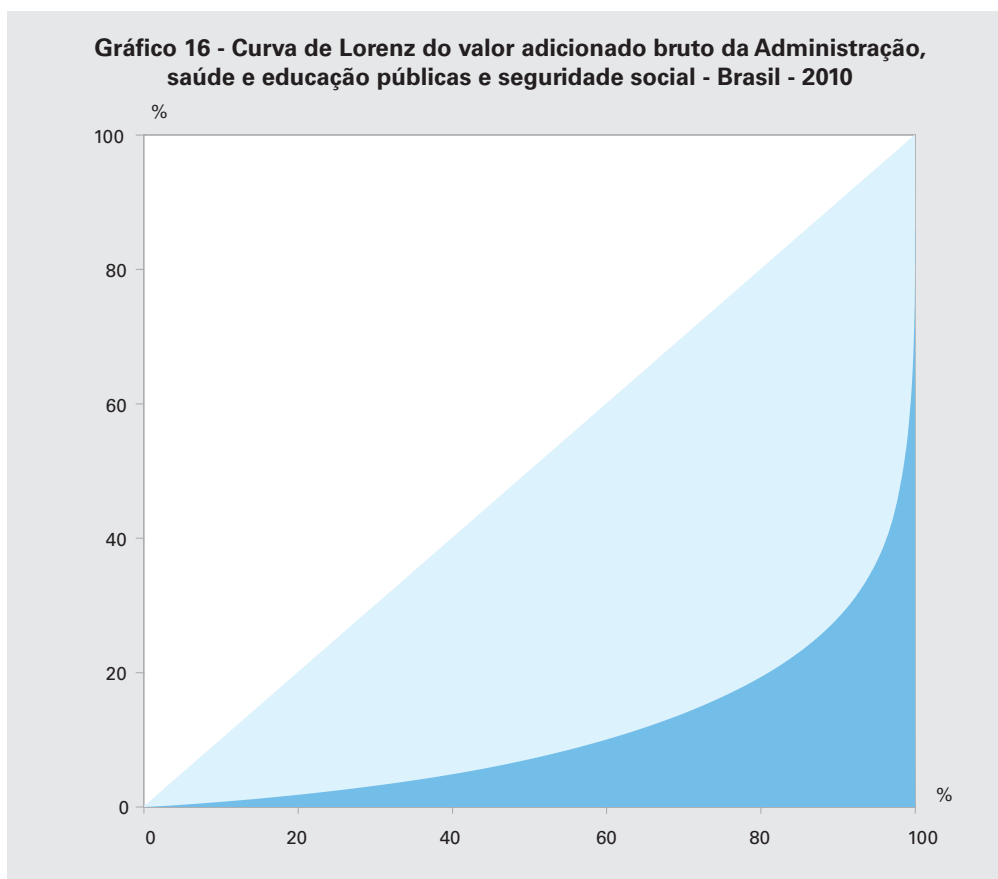
A capital do Rio de Janeiro acompanhou o movimento estadual, apresentando suaves perdas de participação em quase todos os subsetores. O Município de Duque de Caxias (Rio de Janeiro) perdeu participação em função da retração do segmento atacadista de produtos alimentícios, bebidas e fumo, e o município paulista de Barueri perdeu participação devido ao comércio.

Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social

Como mencionado anteriormente, a importância da atividade Administração, saúde e educação públicas e seguridade social na economia municipal pode ser aferida pela elevada participação no valor adicionado bruto de grande parte dos municípios. Por esse motivo, apesar do valor adicionado bruto dessa atividade estar inserido no valor adicionado bruto dos Serviços, analisado anteriormente, divulga-se o valor adicionado bruto desse segmento em destaque.

O valor adicionado bruto dessa atividade era mais concentrado do que o da Agropecuária, entretanto, quando comparado ao da Indústria e ao do total dos Serviços, era menos concentrado. O índice de Gini, no Brasil, para o valor adicionado bruto dessa atividade desde 2006, foi de 0,77. Os maiores índices, 0,79 e 0,77, pertenceram aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, enquanto os menores, aos Estados do Maranhão e Bahia, 0,55 em ambos.

O Gráfico 16 apresenta a curva de Lorenz para o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.



O Cartograma 7 mostra a distribuição da participação desse segmento nos municípios em relação ao PIB. Ressalta-se a importância da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social nas Regiões Norte e Nordeste do País.

Dos 5 565 municípios brasileiros, 1 980 (35,6%) tinham mais do que $\frac{1}{3}$ da sua economia dependente dessa atividade.

Em 2006, o peso do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no PIB do Brasil foi de 13,1%; em 2007, 13,3%; em 2008, 13,4%; em 2009, 14,1%; e, em 2010, 13,9%. A Tabela 17 apresenta, por Unidades da Federação, o percentual do número de municípios em que a participação desse segmento era superior a $\frac{1}{3}$ do PIB, em relação ao número de municípios na respectiva Unidade da Federação. Observa-se que os municípios com grande dependência da máquina administrativa na sua economia estavam localizados nas Regiões Norte e Nordeste do País.

Tabela 17 - Número de municípios com participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social superior a 1/3 do Produto Interno Bruto em relação ao número total de municípios da Unidade da Federação, segundo as respectivas Unidades da Federação - 2010

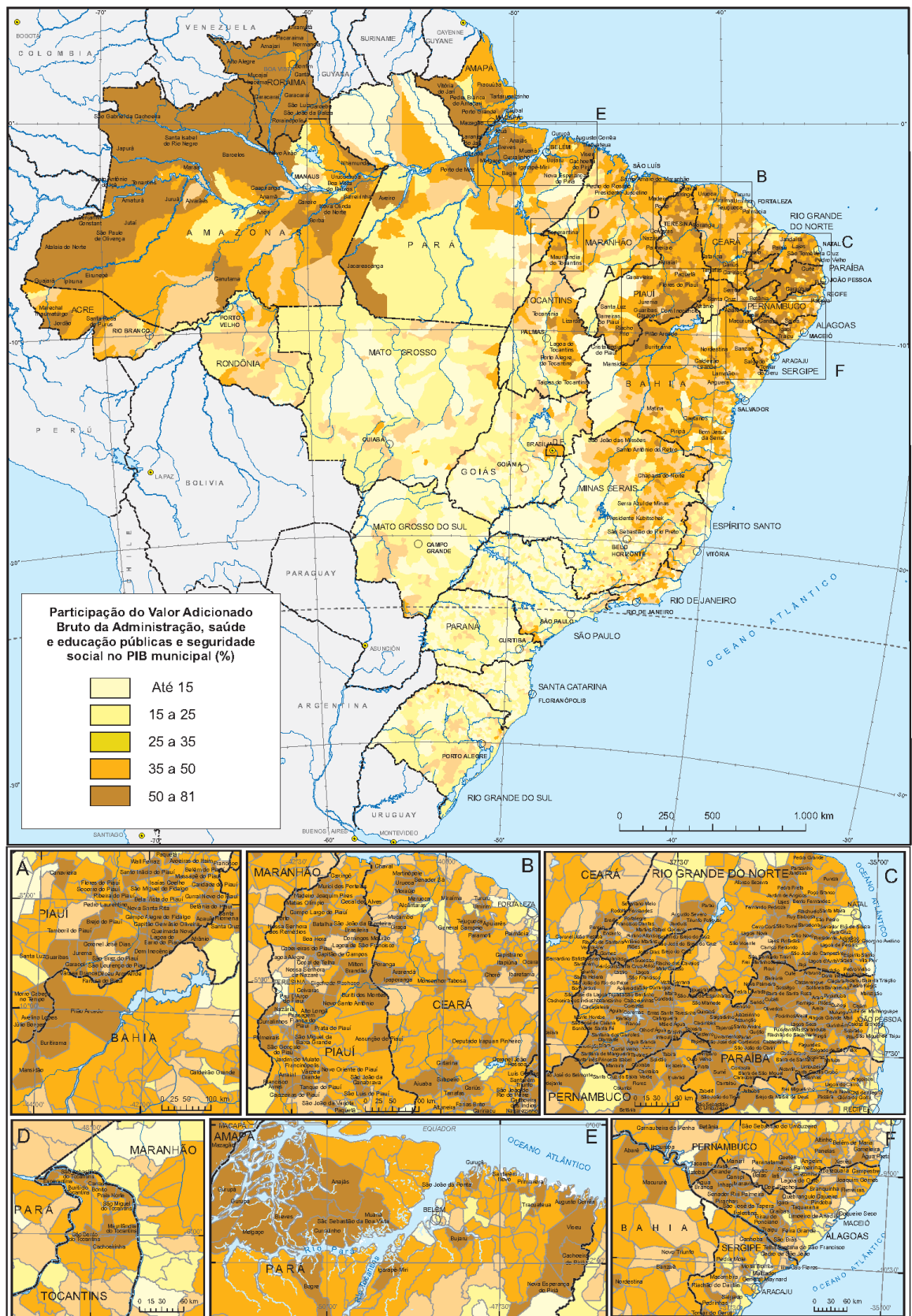
Unidades da Federação	Número de municípios com participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social superior a 1/3 do Produto Interno Bruto em relação ao número total de municípios da Unidade da Federação (%)
Rondônia	19,2
Acre	50,0
Amazonas	82,3
Roraima	100,0
Pará	61,5
Amapá	93,8
Tocantins	46,8
Maranhão	58,1
Piauí	90,2
Ceará	79,3
Rio Grande do Norte	84,4
Paraíba	94,2
Pernambuco	78,4
Alagoas	82,4
Sergipe	70,7
Bahia	64,7
Minas Gerais	27,5
Espírito Santo	26,9
Rio de Janeiro	43,5
São Paulo	1,9
Paraná	0,5
Santa Catarina	0,3
Rio Grande do Sul	2,2
Mato Grosso do Sul	5,1
Mato Grosso	4,3
Goiás	6,1
Distrito Federal	100,0

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão.

Três municípios apresentaram participação da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social em relação ao PIB superior a 70,0%, em 2010: Uiramutã (Roraima), 81,0%; Poço Dantas (Paraíba), 71,4%; e Areia de Baraúnas (Paraíba), 70,9%.

Cartograma 7 - Participação do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no Produto Interno Bruto municipal - 2010



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais; e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

A Administração, saúde e educação públicas e seguridade social registrou peso superior a 50% em todos os municípios de Roraima, com exceção apenas da capital, Boa Vista, com 40,1%. Seu peso ficou evidente, também, nos municípios do Estado do Amapá que, em 2010, foi superior a 41,0% em quase todos, com exceção de Serra do Navio. Neste município, onde a atividade industrial, em 2010, representou 44,3% em relação ao PIB, a participação do segmento foi de 20,0%. A Tabela de Resultados 6 apresenta a posição ocupada, em 2010, pelos 100 maiores municípios em relação ao valor adicionado bruto deste segmento.

Considerando-se as capitais, observa-se que o peso da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social foi inferior ao peso nacional em 15 delas, como pode ser notado na Tabela 18. Destacam-se as capitais com os menores pesos deste segmento em suas economias: Vitória (Espírito Santo), 4,8%; São Paulo (São Paulo), 5,8%; Curitiba (Paraná), 7,2%; e Manaus (Amazonas), 9,3%.

Tabela 18 - Participação do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social dos Municípios das Capitais em relação ao Produto Interno Bruto, e participação da população em relação ao Brasil e à Unidade da Federação, em ordem decrescente - 2006-2010

Municípios das Capitais e respectivas Unidades da Federação, em ordem decrescente	Participação do valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social no Produto Interno Bruto do município (%)					Participação da população em 2010 (%) (2)	
	2006	2007	2008	2009	2010 (1)	No Brasil	Na Unidade da Federação
Brasília/DF	49,0	48,3	47,3	49,0	48,4	1,3	100,0
Macapá/AP	39,4	38,9	40,4	40,1	42,3	0,2	59,5
Boa Vista/RR	39,7	39,7	38,8	38,9	40,1	0,1	63,0
Rio Branco/AC	27,7	26,7	26,0	26,0	26,8	0,2	45,8
Porto Velho/RO	23,6	22,0	22,1	19,6	21,2	0,2	27,3
João Pessoa/PB	17,9	16,8	17,8	17,6	18,9	0,4	19,2
Palmas/TO	19,5	19,3	18,8	18,5	18,6	0,1	16,5
Aracaju/SE	16,0	16,5	17,0	18,0	18,0	0,3	27,6
Natal/RN	16,2	17,8	18,0	17,5	17,3	0,4	25,4
Campo Grande/MS	16,8	16,9	16,8	16,3	16,3	0,4	32,1
Teresina/PI	13,8	15,4	14,7	14,4	14,5	0,4	26,1
Maceió/AL	13,9	13,4	14,7	14,5	14,4	0,5	29,9
Cuiabá/MT	12,0	12,7	13,1	12,8	13,7	0,3	18,2
Rio de Janeiro/RJ	13,0	13,1	13,2	13,2	13,7	3,3	39,5
Recife/PE	12,2	11,9	12,5	12,7	12,3	0,8	17,5
Belém/PA	11,2	11,9	12,0	12,2	12,3	0,7	18,3
Fortaleza/CE	12,2	11,9	12,3	12,4	12,0	1,3	29,0
Porto Alegre/RS	9,5	9,8	10,0	10,1	11,5	0,7	13,2
Florianópolis/SC	10,1	10,5	10,7	11,7	11,3	0,2	6,7
Goiânia/GO	10,5	10,6	11,0	10,4	11,3	0,7	21,7
Belo Horizonte/MG	9,8	9,9	10,7	10,5	10,4	1,2	12,1
Salvador/BA	9,6	10,0	10,1	10,0	10,2	1,4	19,1
São Luís/MA	7,5	8,3	8,0	9,2	10,0	0,5	15,4
Manaus/AM	9,1	8,8	9,1	9,5	9,3	0,9	51,8
Curitiba/PR	6,9	7,3	7,1	7,5	7,2	0,9	16,7
São Paulo/SP	5,5	5,8	6,0	6,2	5,8	5,9	27,3
Vitória/ES	4,2	4,5	4,1	5,2	4,8	0,2	9,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População do Censo Demográfico 2010.

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São Paulo/SP	1º	443 600 102	11,77	11,77
Rio de Janeiro/RJ	2º	190 249 043	5,05	16,81
Brasília/DF	3º	149 906 319	3,98	20,79
Curitiba/PR	4º	53 106 497	1,41	22,20
Belo Horizonte/MG	5º	51 661 760	1,37	23,57
Manaus/AM	6º	48 598 153	1,29	24,86
Porto Alegre/RS	7º	43 038 100	1,14	26,00
Guarulhos/SP	8º	37 139 404	0,99	26,98
Fortaleza/CE	9º	37 106 309	0,98	27,97
Salvador/BA	10º	36 744 670	0,97	28,94
Campinas/SP	11º	36 688 629	0,97	29,92
Osasco/SP	12º	36 389 080	0,97	30,88
São Bernardo do Campo/SP	13º	35 578 586	0,94	31,82
Recife/PE	14º	30 032 003	0,80	32,62
Betim/MG	15º	28 297 360	0,75	33,37
Barueri/SP	16º	27 752 428	0,74	34,11
Santos/SP	17º	27 616 035	0,73	34,84
Duque de Caxias/RJ	18º	26 496 845	0,70	35,54
Campos dos Goytacazes/RJ	19º	25 313 179	0,67	36,21
Vitória/ES	20º	24 969 295	0,66	36,88
Goiânia/GO	21º	24 445 744	0,65	37,53
São José dos Campos/SP	22º	24 117 145	0,64	38,16
Jundiaí/SP	23º	20 124 600	0,53	38,70
Contagem/MG	24º	18 539 693	0,49	39,19
Joinville/SC	25º	18 473 990	0,49	39,68
Uberlândia/MG	26º	18 286 904	0,49	40,17
Belém/PA	27º	17 987 323	0,48	40,64
São Luís/MA	28º	17 915 048	0,48	41,12
Santo André/SP	29º	17 258 468	0,46	41,58
Ribeirão Preto/SP	30º	17 004 019	0,45	42,03
Canoas/RS	31º	16 547 966	0,44	42,47
Sorocaba/SP	32º	16 127 236	0,43	42,89
Parauapebas/PA	33º	15 918 216	0,42	43,32
Caxias do Sul/RS	34º	15 692 359	0,42	43,73
Itajaí/SC	35º	15 235 108	0,40	44,14
Campo Grande/MS	36º	13 875 046	0,37	44,50
São José dos Pinhais/PR	37º	13 690 888	0,36	44,87
Camaçari/BA	38º	13 379 554	0,35	45,22
Serra/ES	39º	12 703 017	0,34	45,56
Araucária/PR	40º	12 371 028	0,33	45,89
Maceió/AL	41º	12 114 090	0,32	46,21
Natal/RN	42º	11 997 401	0,32	46,53
Macaé/RJ	43º	11 267 976	0,30	46,83
Diadema/SP	44º	11 254 523	0,30	47,12
Niterói/RJ	45º	11 214 103	0,30	47,42
Cuiabá/MT	46º	11 051 628	0,29	47,71
São Caetano do Sul/SP	47º	11 009 306	0,29	48,01
Piracicaba/SP	48º	10 931 268	0,29	48,30
Teresina/PI	49º	10 539 378	0,28	48,58
São Gonçalo/RJ	50º	10 340 756	0,27	48,85

Tabela 1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Angra dos Reis/RJ	51°	10 176 448	0,27	49,12
Anápolis/GO	52°	10 059 557	0,27	49,39
Londrina/PR	53°	9 936 563	0,26	49,65
São Francisco do Conde/BA	54°	9 848 259	0,26	49,91
Florianópolis/SC	55°	9 806 534	0,26	50,17
João Pessoa/PB	56°	9 805 587	0,26	50,43
Taubaté/SP	57°	9 778 529	0,26	50,69
Nova Iguaçu/RJ	58°	9 496 660	0,25	50,94
Volta Redonda/RJ	59°	9 170 922	0,24	51,19
Ipojuca/PE	60°	9 095 145	0,24	51,43
São José do Rio Preto/SP	61°	8 981 999	0,24	51,67
Blumenau/SC	62°	8 950 141	0,24	51,90
Louveira/SP	63°	8 914 891	0,24	52,14
Mogi das Cruzes/SP	64°	8 810 329	0,23	52,37
Aracaju/SE	65°	8 751 494	0,23	52,61
Jaboatão dos Guararapes/PE	66°	8 359 552	0,22	52,83
Juiz de Fora/MG	67°	8 314 431	0,22	53,05
Maringá/PR	68°	8 263 628	0,22	53,27
Paulínia/SP	69°	8 114 787	0,22	53,48
Sumaré/SP	70°	7 848 044	0,21	53,69
Rio Grande/RS	71°	7 737 855	0,21	53,90
Porto Velho/RO	72°	7 522 929	0,20	54,10
Feira de Santana/BA	73°	7 433 139	0,20	54,29
Bauru/SP	74°	7 423 744	0,20	54,49
Ipatinga/MG	75°	7 391 669	0,20	54,69
Mauá/SP	76°	7 352 093	0,20	54,88
Paranaguá/PR	77°	7 200 842	0,19	55,07
Uberaba/MG	78°	7 155 214	0,19	55,26
Gravatá/RS	79°	7 081 795	0,19	55,45
Petrópolis/RJ	80°	7 063 116	0,19	55,64
Itabira/MG	81°	7 039 688	0,19	55,82
Vila Velha/ES	82°	6 978 690	0,19	56,01
Foz do Iguaçu/PR	83°	6 760 175	0,18	56,19
Vinhedo/SP	84°	6 715 431	0,18	56,37
Limeira/SP	85°	6 712 375	0,18	56,54
Americana/SP	86°	6 659 418	0,18	56,72
Cabo Frio/RJ	87°	6 551 707	0,17	56,89
Resende/RJ	88°	6 417 157	0,17	57,06
Hortolândia/SP	89°	6 226 404	0,17	57,23
Cotia/SP	90°	6 212 597	0,16	57,39
Cubatão/SP	91°	6 199 086	0,16	57,56
Rio das Ostras/RJ	92°	6 121 512	0,16	57,72
Ponta Grossa/PR	93°	5 925 947	0,16	57,88
Matão/SP	94°	5 860 252	0,16	58,03
Indaiatuba/SP	95°	5 834 590	0,15	58,19
Triunfo/RS	96°	5 777 746	0,15	58,34
Suzano/SP	97°	5 759 762	0,15	58,49
Sete Lagoas/MG	98°	5 733 894	0,15	58,65
Jacareí/SP	99°	5 661 582	0,15	58,80
Cajamar/SP	100°	5 501 593	0,15	58,94

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Tabela 2 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto *per capita* e população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (1) (R\$)	População (2)
São Francisco do Conde/BA	1º	296 884,69	33 172
Porto Real/RJ	2º	290 834,08	16 574
Louveira/SP	3º	239 950,77	37 153
Confins/MG	4º	239 773,56	5 943
Triunfo/RS	5º	223 848,22	25 811
Anchieta/ES	6º	175 179,39	23 894
Alto Horizonte/GO	7º	167 434,56	4 505
Presidente Kennedy/ES	8º	155 824,81	10 315
Quissamã/RJ	9º	153 769,95	20 244
Araporã/MG	10º	147 964,58	6 233
São Gonçalo do Rio Abaixo/MG	11º	144 752,84	9 782
Jambeiro/SP	12º	132 124,54	5 350
Gavião Peixoto/SP	13º	117 542,02	4 420
Barueri/SP	14º	115 319,91	240 656
Ipojuca/PE	15º	112 924,25	80 542
Ariranha/SP	16º	108 967,30	8 547
São João da Barra/RJ	17º	106 348,05	32 767
Monções/SP	18º	106 316,06	2 134
Alumínio/SP	19º	106 304,18	16 845
Vinhedo/SP	20º	105 447,61	63 685
Araucária/PR	21º	103 777,70	119 207
Parauapebas/PA	22º	103 403,99	153 942
Paulínia/SP	23º	98 780,12	82 150
Chapadão do Céu/GO	24º	97 395,72	7 004
Guamaré/RN	25º	96 358,67	12 431
São Francisco do Sul/SC	26º	93 592,80	42 569
Sandovalina/SP	27º	90 398,23	3 699
Araçariguama/SP	28º	87 905,75	17 085
Saudade do Iguaçu/PR	29º	87 810,75	5 007
Nova Independência/SP	30º	86 909,00	3 072
Narandiba/SP	31º	86 268,81	4 289
Cajamar/SP	32º	85 810,87	64 113
Carapebus/RJ	33º	83 859,53	13 348
Itajaí/SC	34º	83 075,82	183 388
Tapira/MG	35º	82 790,99	4 102
Queiroz/SP	36º	82 333,68	2 808
Cordeirópolis/SP	37º	82 176,10	21 085
São Simão/GO	38º	80 892,14	17 086
Santa Rita do Trivelato/MT	39º	80 407,08	2 466
Campos de Júlio/MT	40º	78 780,92	5 019
Fortaleza de Minas/MG	41º	78 307,19	4 098
Ouroeste/SP	42º	78 105,78	8 406
Ouro Preto/MG	43º	78 013,26	70 227
Pinhal da Serra/RS	44º	76 834,61	2 130
Vitória/ES	45º	76 721,66	325 453
Matão/SP	46º	76 306,36	76 799
Betim/MG	47º	74 950,56	377 547
Alto Araguaia/MT	48º	74 247,43	15 670
São Caetano do Sul/SP	49º	73 605,89	149 571
Muitos Capões/RS	50º	72 353,72	2 977

Tabela 2 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto *per capita* e população, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(conclusão)			
Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (1) (R\$)	População (2)
Cerquilha/SP	51º	70 994,27	39 649
Perolândia/GO	52º	70 121,93	2 950
Jaguariúna/SP	53º	69 166,75	44 331
Extrema/MG	54º	68 951,91	28 564
Garruchos/RS	55º	68 672,25	3 233
Buritizal/SP	56º	67 308,30	4 055
Sapezal/MT	57º	67 202,78	18 080
Alto Taquari/MT	58º	66 247,90	8 100
Santos/SP	59º	65 790,53	419 757
Itabira/MG	60º	64 259,45	109 551
Catas Altas/MG	61º	64 028,31	4 839
Ouro Branco/MG	62º	62 201,08	35 260
Água Comprida/MG	63º	61 878,56	2 020
Brejo Alegre/SP	64º	61 059,99	2 573
Angra dos Reis/RJ	65º	60 119,62	169 270
Aratiba/RS	66º	59 575,17	6 568
Estrela d'Oeste/SP	67º	59 430,76	8 208
Luís Antônio/SP	68º	58 767,21	11 286
Brasília/DF	69º	58 489,46	2 562 963
Canaã dos Carajás/PA	70º	58 366,75	26 727
Rio das Ostras/RJ	71º	57 882,81	105 757
Fronteira/MG	72º	56 101,76	14 047
Camaçari/BA	73º	55 063,52	242 984
Campos dos Goytacazes/RJ	74º	54 607,81	463 545
Osasco/SP	75º	54 599,81	666 469
Macaé/RJ	76º	54 501,02	206 748
Jundiaí/SP	77º	54 353,94	370 251
Itatiaiuçu/MG	78º	53 894,92	9 938
Canindé de São Francisco/SE	79º	53 730,73	24 693
Resende/RJ	80º	53 565,13	119 801
Treze Tílias/SC	81º	52 981,03	6 342
Itiquira/MT	82º	52 845,80	11 493
Treviso/SC	83º	52 665,01	3 527
Taciba/SP	84º	52 288,24	5 714
Cubatão/SP	85º	52 182,18	118 797
São João Batista do Glória/MG	86º	52 093,26	6 890
São José dos Pinhais/PR	87º	51 960,20	263 488
Ilha Solteira/SP	88º	51 902,48	25 071
Mariana/MG	89º	51 832,18	54 179
São José da Barra/MG	90º	51 310,17	6 778
Nova Lima/MG	91º	51 293,35	81 162
Paranaguá/PR	92º	51 269,79	140 450
Canoas/RS	93º	51 070,03	324 025
Candeias/BA	94º	50 613,49	83 077
Cachoeira Dourada/GO	95º	50 209,38	8 267
Itupeva/SP	96º	48 975,26	44 825
Itatiaia/RJ	97º	48 855,42	28 852
Ipiranga do Norte/MT	98º	48 650,43	5 123
Casimiro de Abreu/RJ	99º	48 517,35	35 373
Ijaci/MG	100º	47 605,36	5 863

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

(1) Dados sujeitos a revisão. (2) População do Censo Demográfico 2010.

Tabela 3 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Agropecuária (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Cristalina/GO	1º	624 132	0,36	0,36
Petrolina/PE	2º	620 359	0,36	0,73
São Desidério/BA	3º	559 611	0,33	1,05
Uberaba/MG	4º	551 237	0,32	1,38
Rio Verde/GO	5º	547 022	0,32	1,70
Jataí/GO	6º	537 015	0,31	2,01
Itapetininga/SP	7º	466 353	0,27	2,28
Campo Verde/MT	8º	466 311	0,27	2,55
Chapadão do Céu/GO	9º	443 736	0,26	2,81
Ipameri/GO	10º	419 444	0,25	3,06
Uberlândia/MG	11º	414 884	0,24	3,30
Sapezal/MT	12º	400 983	0,23	3,53
Unai/MG	13º	395 620	0,23	3,77
Patrocínio/MG	14º	378 013	0,22	3,99
Primavera do Leste/MT	15º	358 672	0,21	4,20
Brasília/DF	16º	334 930	0,20	4,39
Barreiras/BA	17º	328 725	0,19	4,58
Mineiros/GO	18º	325 423	0,19	4,77
Sorriso/MT	19º	322 987	0,19	4,96
Paracatu/MG	20º	322 820	0,19	5,15
Juara/MT	21º	318 913	0,19	5,34
Castro/PR	22º	314 953	0,18	5,52
Alegrete/RS	23º	310 725	0,18	5,70
Santa Maria de Jetibá/ES	24º	302 603	0,18	5,88
Uruguaiana/RS	25º	301 180	0,18	6,06
Rio Brilhante/MS	26º	299 553	0,17	6,23
Porto Velho/RO	27º	297 986	0,17	6,41
Formosa do Rio Preto/BA	28º	289 396	0,17	6,57
Perdizes/MG	29º	286 126	0,17	6,74
São Raimundo das Mangabeiras/MA	30º	285 243	0,17	6,91
Diamantino/MT	31º	282 743	0,17	7,07
Itiquira/MT	32º	280 852	0,16	7,24
Campo Novo do Parecis/MT	33º	279 305	0,16	7,40
Corumbá/MS	34º	276 548	0,16	7,56
Araguari/MG	35º	271 422	0,16	7,72
São Mateus/ES	36º	270 997	0,16	7,88
Nova Mutum/MT	37º	268 150	0,16	8,04
Maracaju/MS	38º	265 937	0,16	8,19
Pinheiros/ES	39º	261 119	0,15	8,34
Linhares/ES	40º	260 893	0,15	8,50
João Pinheiro/MG	41º	260 611	0,15	8,65
Frutal/MG	42º	251 887	0,15	8,80
Coromandel/MG	43º	250 840	0,15	8,94
São Félix do Xingu/PA	44º	247 605	0,14	9,09
Rio Paranaíba/MG	45º	243 635	0,14	9,23
Sacramento/MG	46º	240 243	0,14	9,37
Luziânia/GO	47º	237 923	0,14	9,51
Parintins/AM	48º	236 666	0,14	9,65
Patos de Minas/MG	49º	236 322	0,14	9,78
Juazeiro/BA	50º	233 613	0,14	9,92

Tabela 3 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Agropecuária (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Telêmaco Borba/PR	51º	232 053	0,14	10,06
Dom Pedrito/RS	52º	230 112	0,13	10,19
Itacoatiara/AM	53º	227 839	0,13	10,32
Lucas do Rio Verde/MT	54º	227 482	0,13	10,46
Barra do Corda/MA	55º	226 096	0,13	10,59
Balsas/MA	56º	224 344	0,13	10,72
Manacapuru/AM	57º	223 902	0,13	10,85
Luís Eduardo Magalhães/BA	58º	222 052	0,13	10,98
Itaqui/RS	59º	221 299	0,13	11,11
Santa Vitória do Palmar/RS	60º	217 140	0,13	11,24
Morrinhos/GO	61º	215 175	0,13	11,36
Lagoa da Confusão/TO	62º	211 180	0,12	11,49
Mogi Guaçu/SP	63º	210 242	0,12	11,61
Conceição das Alagoas/MG	64º	209 318	0,12	11,73
São Borja/RS	65º	205 205	0,12	11,85
Presidente Figueiredo/AM	66º	204 584	0,12	11,97
Conceição da Barra/ES	67º	203 795	0,12	12,09
Pimenta Bueno/RO	68º	203 537	0,12	12,21
Pedra Preta/MT	69º	200 503	0,12	12,33
São Gabriel/RS	70º	195 192	0,11	12,44
Cacoal/RO	71º	191 891	0,11	12,55
Prata/MG	72º	191 386	0,11	12,66
Sidrolândia/MS	73º	190 933	0,11	12,77
Cruzeiro do Sul/AC	74º	189 826	0,11	12,89
Ibiá/MG	75º	189 814	0,11	13,00
Campos Novos/SC	76º	188 583	0,11	13,11
Cascavel/PR	77º	185 549	0,11	13,22
Costa Rica/MS	78º	183 158	0,11	13,32
Rondonópolis/MT	79º	181 061	0,11	13,43
Barretos/SP	80º	180 635	0,11	13,53
Cachoeira do Sul/RS	81º	179 427	0,10	13,64
Itapeva/SP	82º	178 939	0,10	13,74
Quirinópolis/GO	83º	178 107	0,10	13,85
Dourados/MS	84º	177 141	0,10	13,95
Tibagi/PR	85º	176 828	0,10	14,05
Cáceres/MT	86º	176 220	0,10	14,16
Toledo/PR	87º	176 145	0,10	14,26
Montividiu/GO	88º	176 030	0,10	14,36
Caiapônia/GO	89º	175 903	0,10	14,47
Lapa/PR	90º	174 870	0,10	14,57
Manicoré/AM	91º	172 256	0,10	14,67
Mafra/SC	92º	171 822	0,10	14,77
Catalão/GO	93º	171 581	0,10	14,87
Prado/BA	94º	170 988	0,10	14,97
Sant'Ana do Livramento/RS	95º	169 644	0,10	15,07
Guarapuava/PR	96º	169 581	0,10	15,17
Ponta Porã/MS	97º	169 370	0,10	15,27
São Miguel Arcanjo/SP	98º	169 366	0,10	15,36
Santarém/PA	99º	169 334	0,10	15,46
Ariquemes/RO	100º	168 469	0,10	15,56

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Tabela 4 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Indústria e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Indústria (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São Paulo/SP	1º	74 122 189	8,18	8,18
Rio de Janeiro/RJ	2º	22 461 765	2,48	10,66
Manaus/AM	3º	20 094 044	2,22	12,88
Campos dos Goytacazes/RJ	4º	18 119 035	2,00	14,88
Parauapebas/PA	5º	13 744 281	1,52	16,40
São Bernardo do Campo/SP	6º	12 997 217	1,43	17,83
Betim/MG	7º	12 796 716	1,41	19,25
São José dos Campos/SP	8º	10 652 608	1,18	20,42
Guarulhos/SP	9º	9 830 842	1,09	21,51
Brasília/DF	10º	8 720 980	0,96	22,47
Duque de Caxias/RJ	11º	8 456 113	0,93	23,40
Curitiba/PR	12º	8 372 993	0,92	24,33
Joinville/SC	13º	8 281 401	0,91	25,24
Camaçari/BA	14º	8 225 371	0,91	26,15
Campinas/SP	15º	7 477 487	0,83	26,97
Belo Horizonte/MG	16º	7 458 260	0,82	27,80
Fortaleza/CE	17º	6 799 312	0,75	28,55
Jundiaí/SP	18º	6 560 758	0,72	29,27
Caxias do Sul/RS	19º	6 099 212	0,67	29,95
São José dos Pinhais/PR	20º	6 054 901	0,67	30,61
Vitória/ES	21º	5 736 375	0,63	31,25
Salvador/BA	22º	5 713 763	0,63	31,88
Porto Alegre/RS	23º	5 596 433	0,62	32,50
Canoas/RS	24º	5 336 607	0,59	33,09
Itabira/MG	25º	5 314 000	0,59	33,67
São Francisco do Conde/BA	26º	5 277 272	0,58	34,26
Contagem/MG	27º	5 199 779	0,57	34,83
Sorocaba/SP	28º	4 999 944	0,55	35,38
Santo André/SP	29º	4 697 883	0,52	35,90
Araucária/PR	30º	4 662 397	0,51	36,41
Diadema/SP	31º	4 476 635	0,49	36,91
Uberlândia/MG	32º	4 391 142	0,48	37,39
Macaé/RJ	33º	4 389 094	0,48	37,88
Serra/ES	34º	4 360 208	0,48	38,36
Barueri/SP	35º	4 343 417	0,48	38,84
Rio das Ostras/RJ	36º	4 262 577	0,47	39,31
Recife/PE	37º	4 191 770	0,46	39,77
Ouro Preto/MG	38º	4 178 924	0,46	40,23
Taubaté/SP	39º	4 167 929	0,46	40,69
Triunfo/RS	40º	3 932 673	0,43	41,13
Foz do Iguaçu/PR	41º	3 902 713	0,43	41,56
Piracicaba/SP	42º	3 857 625	0,43	41,98
Goiânia/GO	43º	3 666 877	0,40	42,39
Ipatinga/MG	44º	3 664 154	0,40	42,79
São Caetano do Sul/SP	45º	3 600 565	0,40	43,19
Matão/SP	46º	3 559 153	0,39	43,58
Cabo Frio/RJ	47º	3 544 494	0,39	43,98
Volta Redonda/RJ	48º	3 539 591	0,39	44,37
Resende/RJ	49º	3 357 398	0,37	44,74
Gravataí/RS	50º	3 356 649	0,37	45,11

Tabela 4 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Indústria e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Indústria (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Anchieta/ES	51º	3 346 981	0,37	45,48
Anápolis/GO	52º	3 340 061	0,37	45,85
São Luís/MA	53º	3 232 336	0,36	46,20
Sumaré/SP	54º	3 071 877	0,34	46,54
Cubatão/SP	55º	3 064 242	0,34	46,88
Blumenau/SC	56º	3 041 798	0,34	47,22
Santos/SP	57º	3 033 275	0,33	47,55
Osasco/SP	58º	3 020 104	0,33	47,88
São João da Barra/RJ	59º	2 921 881	0,32	48,21
Ribeirão Preto/SP	60º	2 838 067	0,31	48,52
Louveira/SP	61º	2 744 181	0,30	48,82
Sete Lagoas/MG	62º	2 649 295	0,29	49,11
Suzano/SP	63º	2 602 319	0,29	49,40
Nova Lima/MG	64º	2 585 403	0,29	49,69
Mauá/SP	65º	2 579 526	0,28	49,97
Belém/PA	66º	2 525 862	0,28	50,25
Paulínia/SP	67º	2 516 956	0,28	50,53
Jaraguá do Sul/SC	68º	2 495 059	0,28	50,80
Mogi das Cruzes/SP	69º	2 453 850	0,27	51,08
Campo Grande/MS	70º	2 449 273	0,27	51,35
Jacareí/SP	71º	2 432 244	0,27	51,61
Petrópolis/RJ	72º	2 431 944	0,27	51,88
Sertãozinho/SP	73º	2 431 605	0,27	52,15
Pindamonhangaba/SP	74º	2 430 956	0,27	52,42
Limeira/SP	75º	2 394 662	0,26	52,68
Porto Real/RJ	76º	2 390 099	0,26	52,95
Americana/SP	77º	2 332 289	0,26	53,21
Tucuruí/PA	78º	2 284 373	0,25	53,46
Vinhedo/SP	79º	2 233 206	0,25	53,70
Maceió/AL	80º	2 223 941	0,25	53,95
João Pessoa/PB	81º	2 202 144	0,24	54,19
Indaiatuba/SP	82º	2 161 235	0,24	54,43
Uberaba/MG	83º	2 138 619	0,24	54,67
Mariana/MG	84º	2 036 229	0,22	54,89
Ipojuca/PE	85º	2 034 925	0,22	55,12
Jaboatão dos Guararapes/PE	86º	2 022 942	0,22	55,34
Cuiabá/MT	87º	2 021 391	0,22	55,56
Cabo de Santo Agostinho/PE	88º	2 007 219	0,22	55,78
Rio Grande/RS	89º	1 965 944	0,22	56,00
Rio Claro/SP	90º	1 956 428	0,22	56,22
Juiz de Fora/MG	91º	1 948 234	0,22	56,43
Teresina/PI	92º	1 942 925	0,21	56,65
Rondonópolis/MT	93º	1 919 179	0,21	56,86
Quissamã/RJ	94º	1 914 307	0,21	57,07
Barcarena/PA	95º	1 875 679	0,21	57,28
Angra dos Reis/RJ	96º	1 865 351	0,21	57,48
Ponta Grossa/PR	97º	1 860 290	0,21	57,69
Maracanaú/CE	98º	1 819 148	0,20	57,89
Cotia/SP	99º	1 808 796	0,20	58,09
Cajamar/SP	100º	1 800 373	0,20	58,29

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Tabela 5 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto dos Serviços e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto dos Serviços (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São Paulo/SP	1º	289 957 523	13,49	13,49
Rio de Janeiro/RJ	2º	125 204 629	5,82	19,31
Brasília/DF	3º	124 179 105	5,78	25,08
Belo Horizonte/MG	4º	35 832 196	1,67	26,75
Curitiba/PR	5º	34 424 237	1,60	28,35
Porto Alegre/RS	6º	30 311 931	1,41	29,76
Osasco/SP	7º	26 067 653	1,21	30,97
Salvador/BA	8º	25 247 079	1,17	32,15
Fortaleza/CE	9º	25 126 638	1,17	33,32
Guarulhos/SP	10º	20 827 395	0,97	34,28
Recife/PE	11º	20 486 369	0,95	35,24
Campinas/SP	12º	20 172 691	0,94	36,18
Manaus/AM	13º	18 931 987	0,88	37,06
Barueri/SP	14º	17 389 979	0,81	37,87
Goiânia/GO	15º	16 827 098	0,78	38,65
São Bernardo do Campo/SP	16º	15 579 904	0,72	39,37
Duque de Caxias/RJ	17º	14 921 760	0,69	40,07
Belém/PA	18º	12 600 397	0,59	40,65
Ribeirão Preto/SP	19º	12 139 139	0,56	41,22
Vitória/ES	20º	11 502 400	0,53	41,75
São Luís/MA	21º	11 319 596	0,53	42,28
Jundiaí/SP	22º	10 580 582	0,49	42,77
Contagem/MG	23º	10 241 290	0,48	43,25
Santo André/SP	24º	10 164 448	0,47	43,72
São José dos Campos/SP	25º	10 128 652	0,47	44,19
Betim/MG	26º	9 691 773	0,45	44,64
Uberlândia/MG	27º	9 259 246	0,43	45,07
Campo Grande/MS	28º	9 032 998	0,42	45,49
Canoas/RS	29º	8 810 618	0,41	45,90
Santos/SP	30º	8 613 315	0,40	46,30
Natal/RN	31º	8 487 905	0,39	46,70
Sorocaba/SP	32º	8 303 666	0,39	47,08
São Gonçalo/RJ	33º	8 180 538	0,38	47,46
Maceió/AL	34º	8 084 010	0,38	47,84
Joinville/SC	35º	8 057 682	0,37	48,21
Itajaí/SC	36º	8 021 826	0,37	48,59
Niterói/RJ	37º	7 923 713	0,37	48,96
Nova Iguaçu/RJ	38º	7 321 979	0,34	49,30
Cuiabá/MT	39º	7 294 932	0,34	49,64
Angra dos Reis/RJ	40º	7 138 510	0,33	49,97
Florianópolis/SC	41º	7 131 334	0,33	50,30
Caxias do Sul/RS	42º	7 048 634	0,33	50,63
Teresina/PI	43º	6 963 142	0,32	50,95
São José do Rio Preto/SP	44º	6 555 812	0,30	51,26
Londrina/PR	45º	6 462 315	0,30	51,56
Campos dos Goytacazes/RJ	46º	6 305 937	0,29	51,85
João Pessoa/PB	47º	6 242 825	0,29	52,14
Araucária/PR	48º	6 200 721	0,29	52,43
Aracaju/SE	49º	6 146 282	0,29	52,71
Serra/ES	50º	5 933 248	0,28	52,99

Tabela 5 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto dos Serviços e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto dos Serviços (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Maringá/PR	51º	5 568 678	0,26	53,25
Macaé/RJ	52º	5 479 411	0,25	53,50
Piracicaba/SP	53º	5 310 250	0,25	53,75
Bauru/SP	54º	5 216 594	0,24	53,99
Juiz de Fora/MG	55º	5 187 923	0,24	54,24
São José dos Pinhais/PR	56º	5 145 475	0,24	54,47
Diadema/SP	57º	5 109 242	0,24	54,71
Mogi das Cruzes/SP	58º	5 094 801	0,24	54,95
Porto Velho/RO	59º	4 974 124	0,23	55,18
Jaboatão dos Guararapes/PE	60º	4 941 681	0,23	55,41
Blumenau/SC	61º	4 876 176	0,23	55,64
Louveira/SP	62º	4 788 483	0,22	55,86
São Caetano do Sul/SP	63º	4 550 257	0,21	56,07
Feira de Santana/BA	64º	4 544 057	0,21	56,28
Ipojuca/PE	65º	4 484 327	0,21	56,49
Macapá/AP	66º	4 407 561	0,20	56,70
Paulínia/SP	67º	4 394 863	0,20	56,90
Volta Redonda/RJ	68º	4 296 706	0,20	57,10
Vila Velha/ES	69º	4 285 070	0,20	57,30
São João de Meriti/RJ	70º	4 014 349	0,19	57,49
Petrópolis/RJ	71º	3 978 123	0,19	57,67
Taubaté/SP	72º	3 717 308	0,17	57,84
Mauá/SP	73º	3 704 870	0,17	58,02
Hortolândia/SP	74º	3 681 753	0,17	58,19
Cascavel/PR	75º	3 574 588	0,17	58,35
Anápolis/GO	76º	3 553 102	0,17	58,52
Boa Vista/RR	77º	3 550 084	0,17	58,68
Uberaba/MG	78º	3 502 270	0,16	58,85
Itapevi/SP	79º	3 500 663	0,16	59,01
Americana/SP	80º	3 462 915	0,16	59,17
Rio Grande/RS	81º	3 452 958	0,16	59,33
Cotia/SP	82º	3 412 965	0,16	59,49
Vinhedo/SP	83º	3 366 356	0,16	59,65
Aparecida de Goiânia/GO	84º	3 340 370	0,16	59,80
Franca/SP	85º	3 332 182	0,15	59,96
Ponta Grossa/PR	86º	3 310 806	0,15	60,11
São José/SC	87º	3 299 601	0,15	60,27
Passo Fundo/RS	88º	3 297 999	0,15	60,42
Limeira/SP	89º	3 296 784	0,15	60,57
São Francisco do Conde/BA	90º	3 263 729	0,15	60,72
Camaçari/BA	91º	3 245 454	0,15	60,87
Pelotas/RS	92º	3 244 670	0,15	61,03
Belford Roxo/RJ	93º	3 183 638	0,15	61,17
Novo Hamburgo/RS	94º	3 141 613	0,15	61,32
Pinhais/PR	95º	3 125 566	0,15	61,46
Araraquara/SP	96º	3 123 684	0,15	61,61
Santa Maria/RS	97º	3 041 079	0,14	61,75
Cariacica/ES	98º	3 021 659	0,14	61,89
Sumaré/SP	99º	2 993 740	0,14	62,03
Presidente Prudente/SP	100º	2 980 390	0,14	62,17

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Notas: Dados sujeitos a revisão. Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Tabela 6 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Brasília/DF	1º	72 493 372	13,87	13,87
Rio de Janeiro/RJ	2º	26 013 040	4,98	18,84
São Paulo/SP	3º	25 595 129	4,90	23,74
Belo Horizonte/MG	4º	5 363 171	1,03	24,76
Porto Alegre/RS	5º	4 943 084	0,95	25,71
Manaus/AM	6º	4 520 076	0,86	26,57
Fortaleza/CE	7º	4 445 506	0,85	27,43
Curitiba/PR	8º	3 839 535	0,73	28,16
Salvador/BA	9º	3 745 692	0,72	28,88
Recife/PE	10º	3 683 538	0,70	29,58
São Gonçalo/RJ	11º	3 509 938	0,67	30,25
Duque de Caxias/RJ	12º	3 434 869	0,66	30,91
Nova Iguaçu/RJ	13º	2 893 927	0,55	31,46
Goiânia/GO	14º	2 755 113	0,53	31,99
Guarulhos/SP	15º	2 683 306	0,51	32,50
Campinas/SP	16º	2 619 404	0,50	33,00
Campo Grande/MS	17º	2 265 440	0,43	33,44
Macapá/AP	18º	2 205 981	0,42	33,86
Belém/PA	19º	2 204 272	0,42	34,28
Niterói/RJ	20º	2 078 690	0,40	34,68
Natal/RN	21º	2 075 882	0,40	35,08
Campos dos Goytacazes/RJ	22º	2 047 106	0,39	35,47
São Bernardo do Campo/SP	23º	1 927 255	0,37	35,84
Boa Vista/RR	24º	1 870 750	0,36	36,19
João Pessoa/PB	25º	1 857 099	0,36	36,55
São Luís/MA	26º	1 792 418	0,34	36,89
Maceió/AL	27º	1 748 933	0,33	37,23
Belford Roxo/RJ	28º	1 702 875	0,33	37,55
São João de Meriti/RJ	29º	1 620 412	0,31	37,86
Porto Velho/RO	30º	1 595 830	0,31	38,17
Aracaju/SE	31º	1 577 815	0,30	38,47
Osasco/SP	32º	1 546 665	0,30	38,77
Teresina/PI	33º	1 524 397	0,29	39,06
Cuiabá/MT	34º	1 511 932	0,29	39,35
Santo André/SP	35º	1 426 014	0,27	39,62
Ribeirão Preto/SP	36º	1 410 766	0,27	39,89
Caxias do Sul/RS	37º	1 399 912	0,27	40,16
São José dos Campos/SP	38º	1 390 598	0,27	40,42
Jaboatão dos Guararapes/PE	39º	1 332 933	0,25	40,68
Uberlândia/MG	40º	1 278 667	0,24	40,92
Joinville/SC	41º	1 253 950	0,24	41,16
Contagem/MG	42º	1 228 019	0,23	41,40
Sorocaba/SP	43º	1 200 978	0,23	41,63
Vitória/ES	44º	1 186 044	0,23	41,85
Serra/ES	45º	1 160 516	0,22	42,08
Petrópolis/RJ	46º	1 158 244	0,22	42,30
Rio Branco/AC	47º	1 155 095	0,22	42,52
Santos/SP	48º	1 141 504	0,22	42,74
Juiz de Fora/MG	49º	1 119 562	0,21	42,95
Macaé/RJ	50º	1 106 841	0,21	43,16

Tabela 6 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Florianópolis/SC	51º	1 105 488	0,21	43,37
Volta Redonda/RJ	52º	1 069 165	0,20	43,58
Betim/MG	53º	1 068 044	0,20	43,78
Canoas/RS	54º	1 047 374	0,20	43,98
Vila Velha/ES	55º	1 030 583	0,20	44,18
Londrina/PR	56º	956 374	0,18	44,36
Pelotas/RS	57º	947 192	0,18	44,54
Campina Grande/PB	58º	925 798	0,18	44,72
Jundiaí/SP	59º	887 019	0,17	44,89
Magé/RJ	60º	867 538	0,17	45,06
Diadema/SP	61º	859 674	0,16	45,22
Itaboraí/RJ	62º	827 812	0,16	45,38
Cariacica/ES	63º	809 196	0,15	45,53
São José do Rio Preto/SP	64º	808 490	0,15	45,69
Piracicaba/SP	65º	802 489	0,15	45,84
Angra dos Reis/RJ	66º	802 262	0,15	46,00
Cabo Frio/RJ	67º	784 534	0,15	46,15
Barueri/SP	68º	780 970	0,15	46,30
Mauá/SP	69º	780 689	0,15	46,44
Mogi das Cruzes/SP	70º	778 446	0,15	46,59
Gravataí/RS	71º	776 024	0,15	46,74
Santa Maria/RS	72º	775 729	0,15	46,89
Olinda/PE	73º	771 862	0,15	47,04
Feira de Santana/BA	74º	762 311	0,15	47,18
Blumenau/SC	75º	750 102	0,14	47,33
Novo Hamburgo/RS	76º	748 011	0,14	47,47
Aparecida de Goiânia/GO	77º	745 800	0,14	47,61
São Vicente/SP	78º	742 917	0,14	47,76
Guarujá/SP	79º	735 280	0,14	47,90
Palmas/TO	80º	731 610	0,14	48,04
Bauru/SP	81º	728 041	0,14	48,18
Nova Friburgo/RJ	82º	707 188	0,14	48,31
Maringá/PR	83º	705 342	0,13	48,45
São Leopoldo/RS	84º	697 349	0,13	48,58
Barra Mansa/RJ	85º	687 449	0,13	48,71
Ananindeua/PA	86º	680 852	0,13	48,84
Taubaté/SP	87º	677 293	0,13	48,97
Montes Claros/MG	88º	673 493	0,13	49,10
Caruaru/PE	89º	668 908	0,13	49,23
Viamão/RS	90º	658 465	0,13	49,35
Teresópolis/RJ	91º	650 988	0,12	49,48
Carapicuíba/SP	92º	649 449	0,12	49,60
São Caetano do Sul/SP	93º	647 173	0,12	49,73
Mossoró/RN	94º	643 199	0,12	49,85
Petrolina/PE	95º	642 773	0,12	49,97
Várzea Grande/MT	96º	642 594	0,12	50,09
Praia Grande/SP	97º	640 469	0,12	50,22
Anápolis/GO	98º	621 623	0,12	50,34
Franca/SP	99º	620 163	0,12	50,45
Paulista/PE	100º	620 123	0,12	50,57

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Tabela 7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Norte				
Manaus/AM	1º	48 598 153	24,12	24,12
Belém/PA	2º	17 987 323	8,93	33,04
Parauapebas/PA	3º	15 918 216	7,90	40,94
Porto Velho/RO	4º	7 522 929	3,73	44,68
Macapá/AP	5º	5 215 130	2,59	47,26
Boa Vista/RR	6º	4 659 977	2,31	49,58
Rio Branco/AC	7º	4 311 124	2,14	51,72
Palmas/TO	8º	3 927 446	1,95	53,66
Ananindeua/PA	9º	3 669 747	1,82	55,49
Marabá/PA	10º	3 601 647	1,79	57,27
Barcarena/PA	11º	3 550 233	1,76	59,04
Tucuruí/PA	12º	2 817 702	1,40	60,43
Santarém/PA	13º	2 051 529	1,02	61,45
Araguaína/TO	14º	1 922 814	0,95	62,41
Ji-Paraná/RO	15º	1 686 400	0,84	63,24
Canaã dos Carajás/PA	16º	1 559 968	0,77	64,02
Castanhal/PA	17º	1 449 213	0,72	64,74
Vilhena/RO	18º	1 415 220	0,70	65,44
Coari/AM	19º	1 376 424	0,68	66,12
Ariquemes/RO	20º	1 293 436	0,64	66,76
Santana/AP	21º	1 242 259	0,62	67,38
Paragominas/PA	22º	1 235 379	0,61	67,99
Oriximiná/PA	23º	1 210 150	0,60	68,59
Cacoal/RO	24º	1 168 442	0,58	69,17
Gurupi/TO	25º	1 102 899	0,55	69,72
Itacoatiara/AM	26º	955 695	0,47	70,19
Cruzeiro do Sul/AC	27º	834 876	0,41	70,61
Jaru/RO	28º	794 503	0,39	71,00
Altamira/PA	29º	724 228	0,36	71,36
Pimenta Bueno/RO	30º	688 363	0,34	71,70

Tabela 7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Nordeste				
Fortaleza/CE	1º	37 106 309	7,31	7,31
Salvador/BA	2º	36 744 670	7,24	14,55
Recife/PE	3º	30 032 003	5,92	20,47
São Luís/MA	4º	17 915 048	3,53	24,00
Camaçari/BA	5º	13 379 554	2,64	26,64
Maceió/AL	6º	12 114 090	2,39	29,02
Natal/RN	7º	11 997 401	2,36	31,39
Teresina/PI	8º	10 539 378	2,08	33,46
São Francisco do Conde/BA	9º	9 848 259	1,94	35,40
João Pessoa/PB	10º	9 805 587	1,93	37,34
Ipojuca/PE	11º	9 095 145	1,79	39,13
Aracaju/SE	12º	8 751 494	1,72	40,85
Jaboatão dos Guararapes/PE	13º	8 359 552	1,65	42,50
Feira de Santana/BA	14º	7 433 139	1,46	43,96
Cabo de Santo Agostinho/PE	15º	4 476 233	0,88	44,85
Campina Grande/PB	16º	4 336 824	0,85	45,70
Candeias/BA	17º	4 204 817	0,83	46,53
Maracanaú/CE	18º	4 100 336	0,81	47,34
Simões Filho/BA	19º	3 690 063	0,73	48,06
Mossoró/RN	20º	3 496 776	0,69	48,75
Vitória da Conquista/BA	21º	3 469 179	0,68	49,44
Lauro de Freitas/BA	22º	3 156 015	0,62	50,06
Petrolina/PE	23º	3 149 160	0,62	50,68
Olinda/PE	24º	3 108 010	0,61	51,29
Caruaru/PE	25º	3 003 634	0,59	51,88
Caucaia/CE	26º	2 597 520	0,51	52,40
Itabuna/BA	27º	2 582 489	0,51	52,90
Cabedelo/PB	28º	2 460 910	0,48	53,39
Parnamirim/RN	29º	2 350 562	0,46	53,85
Sobral/CE	30º	2 348 207	0,46	54,32

Tabela 7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Sudeste				
São Paulo/SP	1º	443 600 102	21,24	21,24
Rio de Janeiro/RJ	2º	190 249 043	9,11	30,35
Belo Horizonte/MG	3º	51 661 760	2,47	32,83
Guarulhos/SP	4º	37 139 404	1,78	34,61
Campinas/SP	5º	36 688 629	1,76	36,36
Osasco/SP	6º	36 389 080	1,74	38,11
São Bernardo do Campo/SP	7º	35 578 586	1,70	39,81
Betim/MG	8º	28 297 360	1,36	41,16
Barueri/SP	9º	27 752 428	1,33	42,49
Santos/SP	10º	27 616 035	1,32	43,82
Duque de Caxias/RJ	11º	26 496 845	1,27	45,08
Campos dos Goytacazes/RJ	12º	25 313 179	1,21	46,30
Vitória/ES	13º	24 969 295	1,20	47,49
São José dos Campos/SP	14º	24 117 145	1,15	48,65
Jundiaí/SP	15º	20 124 600	0,96	49,61
Contagem/MG	16º	18 539 693	0,89	50,50
Uberlândia/MG	17º	18 286 904	0,88	51,37
Santo André/SP	18º	17 258 468	0,83	52,20
Ribeirão Preto/SP	19º	17 004 019	0,81	53,02
Sorocaba/SP	20º	16 127 236	0,77	53,79
Serra/ES	21º	12 703 017	0,61	54,40
Macaé/RJ	22º	11 267 976	0,54	54,94
Diadema/SP	23º	11 254 523	0,54	55,47
Niterói/RJ	24º	11 214 103	0,54	56,01
São Caetano do Sul/SP	25º	11 009 306	0,53	56,54
Piracicaba/SP	26º	10 931 268	0,52	57,06
São Gonçalo/RJ	27º	10 340 756	0,50	57,56
Angra dos Reis/RJ	28º	10 176 448	0,49	58,04
Taubaté/SP	29º	9 778 529	0,47	58,51
Nova Iguaçu/RJ	30º	9 496 660	0,45	58,97

Tabela 7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Sul				
Curitiba/PR	1º	53 106 497	8,53	8,53
Porto Alegre/RS	2º	43 038 100	6,92	15,45
Joinville/SC	3º	18 473 990	2,97	18,42
Canoas/RS	4º	16 547 966	2,66	21,08
Caxias do Sul/RS	5º	15 692 359	2,52	23,60
Itajaí/SC	6º	15 235 108	2,45	26,05
São José dos Pinhais/PR	7º	13 690 888	2,20	28,25
Araucária/PR	8º	12 371 028	1,99	30,24
Londrina/PR	9º	9 936 563	1,60	31,83
Florianópolis/SC	10º	9 806 534	1,58	33,41
Blumenau/SC	11º	8 950 141	1,44	34,85
Maringá/PR	12º	8 263 628	1,33	36,18
Rio Grande/RS	13º	7 737 855	1,24	37,42
Paranaguá/PR	14º	7 200 842	1,16	38,58
Gravataí/RS	15º	7 081 795	1,14	39,72
Foz do Iguaçu/PR	16º	6 760 175	1,09	40,80
Ponta Grossa/PR	17º	5 925 947	0,95	41,75
Triunfo/RS	18º	5 777 746	0,93	42,68
Novo Hamburgo/RS	19º	5 395 053	0,87	43,55
Jaraguá do Sul/SC	20º	5 259 384	0,85	44,40
Cascavel/PR	21º	5 190 870	0,83	45,23
Santa Cruz do Sul/RS	22º	4 810 913	0,77	46,00
São José/SC	23º	4 784 758	0,77	46,77
Pelotas/RS	24º	4 564 464	0,73	47,51
Passo Fundo/RS	25º	4 551 198	0,73	48,24
Pinhais/PR	26º	4 493 030	0,72	48,96
Cachoeirinha/RS	27º	4 363 658	0,70	49,66
Chapecó/SC	28º	4 149 295	0,67	50,33
São Leopoldo/RS	29º	4 125 575	0,66	50,99
Santa Maria/RS	30º	4 103 230	0,66	51,65

Tabela 7 - Posição ocupada pelos 30 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada dos municípios nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Centro-Oeste				
Brasília/DF	1º	149 906 319	42,76	42,76
Goiânia/GO	2º	24 445 744	6,97	49,73
Campo Grande/MS	3º	13 875 046	3,96	53,69
Cuiabá/MT	4º	11 051 628	3,15	56,84
Anápolis/GO	5º	10 059 557	2,87	59,71
Aparecida de Goiânia/GO	6º	5 148 640	1,47	61,18
Rondonópolis/MT	7º	5 094 937	1,45	62,63
Rio Verde/GO	8º	4 160 501	1,19	63,82
Catalão/GO	9º	3 970 852	1,13	64,95
Dourados/MS	10º	3 543 858	1,01	65,96
Várzea Grande/MT	11º	3 449 445	0,98	66,94
Corumbá/MS	12º	3 248 681	0,93	67,87
Senador Canedo/GO	13º	3 188 615	0,91	68,78
Três Lagoas/MS	14º	2 821 909	0,80	69,59
Itumbiara/GO	15º	2 259 728	0,64	70,23
Jataí/GO	16º	2 142 103	0,61	70,84
Luziânia/GO	17º	2 077 842	0,59	71,43
Primavera do Leste/MT	18º	2 073 040	0,59	72,03
Sorriso/MT	19º	2 067 137	0,59	72,61
Sinop/MT	20º	2 011 403	0,57	73,19
Lucas do Rio Verde/MT	21º	1 651 886	0,47	73,66
Nova Mutum/MT	22º	1 425 972	0,41	74,07
São Simão/GO	23º	1 382 123	0,39	74,46
Tangará da Serra/MT	24º	1 304 639	0,37	74,83
Sapezal/MT	25º	1 215 026	0,35	75,18
Alto Araguaia/MT	26º	1 163 457	0,33	75,51
Campo Novo do Parecis/MT	27º	1 146 103	0,33	75,84
Cristalina/GO	28º	1 121 098	0,32	76,16
Campo Verde/MT	29º	1 095 038	0,31	76,47
Mineiros/GO	30º	1 059 047	0,30	76,77

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Tabela 8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Norte				
São Félix do Tocantins/TO	1º	8 977	0,00	0,00
Oliveira de Fátima/TO	2º	12 514	0,01	0,01
Lavandeira/TO	3º	12 835	0,01	0,02
Chapada de Areia/TO	4º	13 261	0,01	0,02
Rio da Conceição/TO	5º	13 360	0,01	0,03
Cachoeirinha/TO	6º	13 599	0,01	0,04
Taipas do Tocantins/TO	7º	13 843	0,01	0,04
Santa Terezinha do Tocantins/TO	8º	16 449	0,01	0,05
Novo Alegre/TO	9º	16 815	0,01	0,06
Porto Alegre do Tocantins/TO	10º	18 006	0,01	0,07
Juarina/TO	11º	18 411	0,01	0,08
Centenário/TO	12º	18 459	0,01	0,09
Luzinópolis/TO	13º	18 588	0,01	0,10
Ipueiras/TO	14º	18 755	0,01	0,11
Abreulândia/TO	15º	19 109	0,01	0,12
Maurilândia do Tocantins/TO	16º	19 177	0,01	0,13
São João da Ponta/PA	17º	19 258	0,01	0,13
Santa Tereza do Tocantins/TO	18º	20 103	0,01	0,14
Monte Santo do Tocantins/TO	19º	20 298	0,01	0,15
Lizarda/TO	20º	20 380	0,01	0,16
Lagoa do Tocantins/TO	21º	20 405	0,01	0,17
Carrasco Bonito/TO	22º	20 636	0,01	0,19
Santa Maria do Tocantins/TO	23º	23 022	0,01	0,20
São Sebastião do Tocantins/TO	24º	23 481	0,01	0,21
Santarém Novo/PA	25º	23 519	0,01	0,22
Brasilândia do Tocantins/TO	26º	23 605	0,01	0,23
Crixás do Tocantins/TO	27º	23 640	0,01	0,24
Angico/TO	28º	23 922	0,01	0,26
Novo Acordo/TO	29º	24 377	0,01	0,27
Recursolândia/TO	30º	24 653	0,01	0,28

Tabela 8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Nordeste				
Santo Antônio dos Milagres/PI	1º	7 238	0,00	0,00
Miguel Leão/PI	2º	8 792	0,00	0,00
Viçosa/RN	3º	9 000	0,00	0,00
Quixabá/PB	4º	9 168	0,00	0,01
São Miguel da Baixa Grande/PI	5º	9 168	0,00	0,01
Aroeiras do Itaim/PI	6º	9 251	0,00	0,01
São Luis do Piauí/PI	7º	9 456	0,00	0,01
Parari/PB	8º	9 583	0,00	0,01
Areia de Baraúnas/PB	9º	9 611	0,00	0,02
Lagoinha do Piauí/PI	10º	9 755	0,00	0,02
São José do Brejo do Cruz/PB	11º	9 936	0,00	0,02
Floresta do Piauí/PI	12º	10 176	0,00	0,02
Amparo/PB	13º	10 312	0,00	0,02
Zabelê/PB	14º	10 369	0,00	0,03
Coxixola/PB	15º	10 385	0,00	0,03
Barreiras do Piauí/PI	16º	10 434	0,00	0,03
Pedro Laurentino/PI	17º	10 659	0,00	0,03
Tanque do Piauí/PI	18º	10 766	0,00	0,03
Tamboril do Piauí/PI	19º	10 787	0,00	0,04
Riacho de Santo Antônio/PB	20º	10 803	0,00	0,04
Francisco Macedo/PI	21º	10 804	0,00	0,04
Olho D'Água do Piauí/PI	22º	11 051	0,00	0,04
Belém do Piauí/PI	23º	11 133	0,00	0,05
Bom Jesus/PB	24º	11 185	0,00	0,05
Curral Velho/PB	25º	11 264	0,00	0,05
São Miguel do Fidalgo/PI	26º	11 737	0,00	0,05
Cajazeiras do Piauí/PI	27º	11 912	0,00	0,05
Algodão de Jandaíra/PB	28º	12 008	0,00	0,06
Carrapateira/PB	29º	12 171	0,00	0,06
Monte das Gameleiras/RN	30º	12 217	0,00	0,06

Tabela 8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Sudeste				
Serra da Saudade/MG	1º	11 222	0,00	0,00
Cedro do Abaeté/MG	2º	11 361	0,00	0,00
São Sebastião do Rio Preto/MG	3º	11 415	0,00	0,00
Passabém/MG	4º	11 555	0,00	0,00
Itambé do Mato Dentro/MG	5º	11 857	0,00	0,00
Consolação/MG	6º	11 870	0,00	0,00
Santo Antônio do Rio Abaixo/MG	7º	12 677	0,00	0,00
Paiva/MG	8º	12 789	0,00	0,00
Pedro Teixeira/MG	9º	13 100	0,00	0,01
Passa-Vinte/MG	10º	14 362	0,00	0,01
Carmésia/MG	11º	14 727	0,00	0,01
Antônio Prado de Minas/MG	12º	14 754	0,00	0,01
Presidente Kubitschek/MG	13º	15 202	0,00	0,01
Seritinga/MG	14º	15 877	0,00	0,01
Senador Cortes/MG	15º	15 894	0,00	0,01
Santana do Garambéu/MG	16º	15 920	0,00	0,01
Olaria/MG	17º	15 990	0,00	0,01
Catas Altas da Noruega/MG	18º	16 196	0,00	0,01
Silveirânia/MG	19º	16 288	0,00	0,01
Oliveira Fortes/MG	20º	16 645	0,00	0,01
Pedra Dourada/MG	21º	16 680	0,00	0,01
Torre de Pedra/SP	22º	17 147	0,00	0,02
Aracitaba/MG	23º	17 191	0,00	0,02
Frei Lagonegro/MG	24º	17 204	0,00	0,02
Serranos/MG	25º	17 241	0,00	0,02
Arantina/MG	26º	17 251	0,00	0,02
Rio Doce/MG	27º	17 258	0,00	0,02
São Sebastião do Rio Verde/MG	28º	17 440	0,00	0,02
Grupiara/MG	29º	17 454	0,00	0,02
Wenceslau Braz/MG	30º	17 646	0,00	0,02

Tabela 8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(continuação)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Sul				
Flor do Sertão/SC	1º	18 007	0,00	0,00
Jardinópolis/SC	2º	18 660	0,00	0,01
Miraselva/PR	3º	19 955	0,00	0,01
Paial/SC	4º	20 419	0,00	0,01
São Manoel do Paraná/PR	5º	20 918	0,00	0,02
Itati/RS	6º	20 934	0,00	0,02
Santiago do Sul/SC	7º	21 084	0,00	0,02
Tigrinhos/SC	8º	21 460	0,00	0,03
Presidente Castello Branco/SC	9º	21 486	0,00	0,03
Benjamin Constant do Sul/RS	10º	21 871	0,00	0,03
São Miguel da Boa Vista/SC	11º	22 050	0,00	0,04
Jardim Olinda/PR	12º	22 101	0,00	0,04
Linha Nova/RS	13º	22 219	0,00	0,04
Carlos Gomes/RS	14º	22 618	0,00	0,05
Ibiam/SC	15º	23 270	0,00	0,05
Entre Rios/SC	16º	24 424	0,00	0,05
Novo Xingu/RS	17º	24 526	0,00	0,06
Santa Inês/PR	18º	24 752	0,00	0,06
Canudos do Vale/RS	19º	25 000	0,00	0,07
Esperança Nova/PR	20º	25 255	0,00	0,07
Nova Aliança do Ivaí/PR	21º	25 707	0,00	0,08
Uniflor/PR	22º	25 968	0,00	0,08
São Pedro das Missões/RS	23º	26 012	0,00	0,08
Lajeado Grande/SC	24º	26 317	0,00	0,09
Barra do Guarita/RS	25º	26 476	0,00	0,09
Irati/SC	26º	26 539	0,00	0,10
Godoy Moreira/PR	27º	26 616	0,00	0,10
Cunhataí/SC	28º	26 684	0,00	0,10
Ponte Preta/RS	29º	26 910	0,00	0,11
Coqueiro Baixo/RS	30º	26 955	0,00	0,11

Tabela 8 - Posição ocupada pelos 30 menores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada nas Grandes Regiões, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(conclusão)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 30 menores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual dos municípios na Grande Região (%)	
			Relativa	Acumulada
Centro-Oeste				
Anhanguera/GO	1º	10 036	0,00	0,00
Araguainha/MT	2º	13 320	0,00	0,01
Jesúpolis/GO	3º	15 896	0,00	0,01
Teresina de Goiás/GO	4º	16 111	0,00	0,02
Palmelo/GO	5º	16 849	0,00	0,02
Buritinópolis/GO	6º	17 142	0,00	0,03
Lagoa Santa/GO	7º	17 976	0,01	0,03
Cachoeira de Goiás/GO	8º	18 477	0,01	0,04
Aloândia/GO	9º	18 580	0,01	0,04
Damianópolis/GO	10º	18 879	0,01	0,05
Serra Nova Dourada/MT	11º	19 155	0,01	0,05
São Patrício/GO	12º	19 565	0,01	0,06
Nova América/GO	13º	20 345	0,01	0,06
Guaraíta/GO	14º	20 367	0,01	0,07
Morro Agudo de Goiás/GO	15º	20 462	0,01	0,08
Moiporá/GO	16º	20 759	0,01	0,08
Guarinos/GO	17º	20 957	0,01	0,09
Luciara/MT	18º	21 560	0,01	0,09
Ponte Branca/MT	19º	22 743	0,01	0,10
Novo Santo Antônio/MT	20º	22 935	0,01	0,11
Nova Aurora/GO	21º	23 116	0,01	0,11
Adelândia/GO	22º	23 657	0,01	0,12
Nova Iguaçu de Goiás/GO	23º	23 906	0,01	0,13
Sítio d'Abadia/GO	24º	24 158	0,01	0,13
Marzagão/GO	25º	24 410	0,01	0,14
Damolândia/GO	26º	24 574	0,01	0,15
Ipiranga de Goiás/GO	27º	24 741	0,01	0,15
São João da Paraúna/GO	28º	24 759	0,01	0,16
Colinas do Sul/GO	29º	24 794	0,01	0,17
Trombas/GO	30º	25 050	0,01	0,18

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Referências

ÁREA territorial oficial. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial/2010/dtb_2010.zip>. Acesso em: nov. 2012.

CENSO demográfico 2010: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Resultados divulgados e enviados ao Tribunal de Contas da União - TCU em 29 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/primeiros_resultados/default_primeiros_resultados.shtm>. Acesso em: nov. 2012.

CONTAS nacionais trimestrais. Tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: nov. 2012.

CONTAS regionais do Brasil 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 55 p. (Contas nacionais, n. 38). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2010/contasregionais2010.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

CUSHING, ok crude oil future contract 1 (dollars per barrel). Washington, DC.: U.S. Energy Information Administration - EIA, 2012. Disponível em: <http://www.eia.gov/dnav/pet/hist_xls/RCLC1m.xls#Data 1!A1>. Acesso em: out. 2012.

INDICADORES IBGE. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes abr./jun. 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE>. Acesso em: nov. 2012.

NOTAS metodológicas da nova série do Sistema de Contas Nacionais (SCN) referência 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/default_SCN.shtm>. Acesso em: nov. 2012.

NOVA série do produto interno bruto dos municípios referência 2002 (versão para informação e comentários). Versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/PIBMun_novaserie.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

PRINCÍPIOS fundamentais das estatísticas oficiais. Rio de Janeiro: IBGE, [2012]. Recomendações adotadas pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, em 1994. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/principios_fundamentais_estatisticas.shtm>. Acesso em: nov. 2012.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL: culturas temporárias e permanentes 2010. Rio de Janeiro: IBGE, v. 37, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2010/PAM2010_Publicacao_completa.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL E DA SILVICULTURA 2010. Rio de Janeiro: IBGE, v. 25, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pevs/2010/pevs2010.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

PRODUTO interno bruto dos municípios. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 58 p. (Série relatórios metodológicos, v. 29). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/srmpibmunicipios.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

SÉRIES temporais. Setor externo. Taxas de câmbio. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. SGS: sistema gerenciador de séries temporais. Brasília, DF, [2012]. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/aviso.asp>>. Acesso em: nov. 2012.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 172 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2008/SRM_contasnacionais.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

Anexos

1 Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios

2 Índice de Gini, por atividade econômica, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010

Anexo 1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios

(continua)

Setores/subsetores de atividades	Indicadores	Fontes
Agropecuária		
Agricultura, Silvicultura e Exploração florestal	Valor da produção	PAM, PEVS e Censo Agropecuário 1995-1996
Pecuária e Pesca	Efetivo dos rebanhos, produção por produto e Pessoal ocupado	PPM, Censo Agropecuário 1995-1996 e Censo Demográfico 2000
Indústria		
Indústria extrativa	Petróleo: Quantidade produzida de petróleo	ANP
	Restante dos produtos: Valor das saídas de mercadorias da extrativa mineral	SEFAZ
Indústria de transformação	Valor das saídas de mercadorias da indústria de transformação	SEFAZ
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	Quantidade gerada e consumida de energia elétrica	ELETRONBRÁS - ANEEL
Construção civil	Obras públicas: Pessoal ocupado na atividade Demais obras: Soma do valor adicionado municipal das atividades: produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (exceto geração de energia elétrica); atividades imobiliárias e aluguéis; comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; administração, saúde e educação públicas e seguridade social; educação e saúde mercantis	RAIS PIB dos Municípios
	Informal: População residente	Estimativa populacional - IBGE
Serviços		
Comércio e serviços de manutenção e reparação	Valor das saídas de mercadorias das empresas de comércio	SEFAZ
Serviços de alojamento e alimentação	Valor das saídas de mercadorias das empresas de comércio e de alojamento e alimentação	SEFAZ
Transportes, armazenagem e correio	Transporte terrestre (rodoviário e ferroviário): Soma do valor da produção municipal das atividades: agropecuária, indústria extrativa (exceto petróleo e gás natural), indústrias de transformação, comércio e serviços de manutenção e reparação, serviços de alojamento e alimentação, outros dos transportes e serviços de informação (somente a parcela referente à telefonia fixa)	PIB dos Municípios
	Transporte aéreo: Receita de carga e passageiros embarcados	INFRAERO - ANAC
	Transporte aquaviário: Receita de carga embarcada	ANTAQ
	Outros dos transportes: Receita operacional dos correios	CORREIOS
Serviços de informação	Telefonia fixa: Número de terminais de telefonia fixa Telefonia móvel: Soma do valor adicionado municipal do setor de serviços, exclusive as parcelas da telefonia fixa e móvel dos serviços de informação, os serviços prestados às empresas e os serviços prestados às famílias e associativos e serviços domésticos	ANATEL PIB dos Municípios
	Outros serviços: Pessoal ocupado	RAIS
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	Operações ativas e passivas selecionadas: aplicações, depósitos do governo, depósitos do setor privado, depósitos de poupança e depósitos a prazo	BACEN
Atividades imobiliárias e aluguéis	Consumo de energia elétrica residencial	ELETRONBRÁS - ANEEL

Anexo 1 - Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado estadual pelos municípios

(conclusão)

Setores/subsetores de atividades	Indicadores	Fontes
Serviços		
Serviços prestados às empresas	Soma do valor adicionado municipal das atividades econômicas: Agropecuária; indústria extrativa (exceto petróleo e gás natural); indústrias de transformação; construção civil; produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (exceto geração de energia elétrica); comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação (exceto telefonia móvel); intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; atividades imobiliárias e aluguéis; administração, saúde e educação públicas e seguridade social; educação mercantil e saúde mercantis	PIB dos Municípios
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	Esferas federal e estadual: População residente	Estimativa populacional - IBGE
	Esfera municipal: Despesa realizada com pessoal pelas prefeituras	FINBRA - TCE - STN - TCM
Educação e Saúde mercantis	Empresas instaladas em apenas um município: Valor da produção	IRPJ
	Empresas instaladas em mais de um município: Educação: Número de matrículas por segmento educacional ponderado pela massa salarial	INEP - RAIS
	Saúde: pessoal ocupado na saúde	RAIS
Serviços prestados às famílias e associativos	Soma do valor adicionado municipal das atividades econômicas: Agropecuária; indústria extrativa (exceto petróleo e gás natural); indústrias de transformação; construção civil; comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação (exceto telefonia móvel); intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; atividades imobiliárias e aluguéis; administração, saúde e educação públicas e Seguridade social; educação e saúde mercantis	PIB dos Municípios
Serviços domésticos	Soma do valor adicionado municipal das atividades econômicas: Agropecuária; indústria extrativa (exceto petróleo e gás natural); indústrias de transformação; construção civil; comércio e serviços de manutenção e reparação; serviços de alojamento e alimentação; transportes, armazenagem e correio; serviços de informação (exceto telefonia móvel); intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados; atividades imobiliárias e aluguéis; administração, saúde e educação públicas e Seguridade social; educação mercantil e saúde mercantis	PIB dos Municípios

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

**Anexo 2 - Índice de Gini, por atividade econômica,
segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2010**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Índice de Gini, por atividade econômica				Produto Interno Bruto
	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)	Administração Pública	
Brasil	0,57	0,90	0,87	0,77	0,86
Norte	0,52	0,92	0,79	0,67	0,80
Rondônia	0,31	0,76	0,70	0,59	0,63
Acre	0,37	0,78	0,69	0,59	0,64
Amazonas	0,54	0,96	0,84	0,67	0,88
Roraima	0,33	0,79	0,73	0,65	0,73
Pará	0,44	0,91	0,74	0,56	0,78
Amapá	0,28	0,77	0,77	0,73	0,75
Tocantins	0,50	0,81	0,71	0,58	0,69
Nordeste	0,60	0,88	0,79	0,62	0,80
Maranhão	0,45	0,82	0,74	0,55	0,71
Piauí	0,50	0,85	0,76	0,59	0,77
Ceará	0,46	0,86	0,78	0,60	0,80
Rio Grande do Norte	0,55	0,87	0,79	0,65	0,80
Paraíba	0,55	0,87	0,75	0,61	0,78
Pernambuco	0,52	0,85	0,78	0,60	0,79
Alagoas	0,48	0,84	0,75	0,57	0,76
Sergipe	0,44	0,80	0,74	0,60	0,73
Bahia	0,60	0,89	0,76	0,55	0,79
Sudeste	0,57	0,90	0,89	0,81	0,88
Minas Gerais	0,60	0,90	0,82	0,67	0,82
Espírito Santo	0,49	0,86	0,79	0,62	0,79
Rio de Janeiro	0,53	0,84	0,83	0,77	0,83
São Paulo	0,51	0,87	0,88	0,79	0,87
Sul	0,43	0,85	0,81	0,70	0,79
Paraná	0,39	0,87	0,82	0,68	0,80
Santa Catarina	0,43	0,80	0,79	0,67	0,77
Rio Grande do Sul	0,46	0,87	0,81	0,73	0,79
Centro-Oeste	0,54	0,86	0,90	0,91	0,85
Mato Grosso do Sul	0,41	0,77	0,73	0,62	0,68
Mato Grosso	0,47	0,80	0,74	0,62	0,69
Goiás	0,60	0,86	0,82	0,71	0,79

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

(1) Inclui o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

Glossário

ajustamento CIF/FOB Conciliação das diferentes avaliações utilizadas na importação: o total da importação é avaliado a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros) e na abertura por produto a preços CIF (incluindo despesas com fretes e seguros).

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

capacidade ou necessidade de financiamento Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado através da emissão de passivos financeiros.

carga tributária bruta Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições e o produto interno bruto.

carga tributária líquida Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzidas as despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto.

coeficiente de assimetria de Bowley Relação, na sua formulação clássica, definida entre a soma do primeiro quartil com o terceiro quartil menos duas vezes a mediana e a diferença entre o terceiro e o primeiro quartis.

consumo final efetivo das administrações públicas Despesas efetuadas com serviços coletivos.

consumo final efetivo das famílias Despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

consumo intermediário Bens e serviços utilizados como insumos (matérias-primas) no processo de produção.

contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, ao Programa de Integração Social - PIS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

contribuições sociais imputadas dos empregadores Diferença entre os benefícios sociais pagos pelas administrações públicas diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

curva de Lorenz Representação da distribuição do valor adicionado bruto das atividades entre os municípios. No eixo horizontal, está a proporção acumulada dos municípios e, no vertical, a proporção acumulada do valor adicionado bruto, permitindo identificar a parcela do valor adicionado bruto total acumulada pelos municípios. No caso em que todos os municípios têm a mesma parcela do valor adicionado bruto, ou seja, no caso de perfeita igualdade, o gráfico é representado pela reta de 45 graus. Quanto mais distante a curva estiver dessa reta maior a desigualdade na distribuição do valor adicionado bruto entre os municípios.

deflator Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

despesas de consumo final das administrações públicas Despesas com serviços individuais e coletivos prestados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), deduzindo-se os pagamentos parciais (entradas de museus, matrículas etc.) efetuados pelas famílias. São valorados ao custo de sua produção.

despesas de consumo final das famílias Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

exportação de bens e serviços Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

formação bruta de capital fixo Acréscimos ao estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

importação de bens e serviços Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete.

impostos sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

índice de Gini Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). No caso específico do cálculo do PIB dos Municípios, mede o grau de desigualdade existente na distribuição dos municípios segundo o valor adicionado bruto de cada município. Seu valor varia de zero, caso em que não há desigualdade, ou seja, o valor adicionado bruto é o mesmo para todos os municípios, até um, quando a desigualdade é máxima (apenas um município detém o valor adicionado bruto total e o valor adicionado bruto de todos os outros municípios é nulo). O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus.

margem de comércio Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

margem de transporte Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

ocupações Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

outros impostos sobre a produção Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

população residente 1. (Censo Demográfico 2000) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data de referência da pesquisa, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

2. (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

poupança bruta Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção - o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de

consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; c) da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

receita disponível do governo Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

receita tributária Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

renda de propriedade Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo tangível não produzido, como terrenos.

renda disponível bruta Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

renda nacional bruta Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção enviados (recebidos) ao (do) resto do mundo.

rendimento misto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas (autônomos), que não pode ser identificada separadamente entre capital e trabalho.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

saldo das transações correntes com o resto do mundo Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

setor institucional Conjunto de unidades institucionais, que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

subsídios à produção Transferências correntes sem contrapartida das administrações públicas destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

território econômico Território geográfico administrado por um governo dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

transferências Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

transferências correntes Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

transferências de capital Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

unidade local Espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Roberto Luis Olinto Ramos

Projeto PIB dos Municípios

Coordenação

Sheila Cristina Zani

Comitê Técnico

Roberto Olinto

Sheila Cristina Zani

Eloisa Bezerra da Rocha

Dinamar Maria Ferreira Marques

Juarez Meneghetti

Martinho Roberto Lazzari

Alex Ribeiro

Maria Aparecida Sales Souza Santos

Wilson Grimaldi

Eliandres Pereira Saldanha

Joao Paulo Caetano Santos

Planejamento e análise

Carlos Alberto Mendonça dos Santos

Raquel Callegario Gomes

Sheila Cristina Zani

Informática

Carlos Alberto Mendonça dos Santos

Raquel Callegario Gomes

Organização e elaboração do texto

Carlos Alberto Mendonça dos Santos

Raquel Callegario Gomes

Sheila Cristina Zani

Revisão do texto

Carlos Alberto Mendonça dos Santos

Raquel Callegario Gomes

Sheila Cristina Zani

Valdilson Batista de Moraes

Colaboradores**Diretoria de Geociências****Coordenação de Geografia**

Maria Luisa Gomes Castello Branco

Elaboração dos mapas

Cláudio Stenner

Cleber de Azevedo Fernandes

Órgãos Estaduais de Estatística**Rondônia****Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN/
RO**

Teresa Cristina Simoni

Telma Regina Silva de Albuquerque

Acre**Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN/AC**

Arlene de Nazaré Silva Pessoa

Roney Wellington da Silva Caldera

Ruama Araújo dos Santos

Shirley Brana Vilela

Valdenir Cardoso Gomes de Melo Júnior

Amazonas**Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico -
SEPLAN/AM**

Francisco Alves de Freitas

Ezio Lacerda Lopes

José Sandro da Mota Ribeiro

Julio Afonso da Silva Filho

Roraima**Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima
- SEPLAN/RR**

Milton Antonio do Nascimento

Fábio Rodrigues Martinez

Natalino Araújo Paiva

Pará

Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará - IDESP

Ana Cláudia Oliveira Andrade
José Dias de Carvalho Zurutuza
Maria Glaucia Pacheco Moreira
Nanety Cristina Alves dos Santos
Nayara Viana Ribeiro (Estagiária)
Sérgio Castro Gomes

Amapá

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Tesouro - SEPLAN/ AP, Coordenadoria de Pesquisas e Estratégias Sócio-Econômicas e Fiscais

Leila Sílvia Sacramento da Silva
Carlos Jose Gonçalves Neves

Tocantins

Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública - SEPLAN/TO

Kézia Araújo
Grazielle Azevedo Evangelista
Leandro Roeder

Maranhão

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - Imesc

Sadick Nahuz Neto
Dionatan Silva Carvalho

Piauí

Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO

Joana D'Arc Fortes Portela Barbosa
Evaristo Alves dos Reis Júnior
Maria de Fátima Facchinetti de Almendra Freitas

Ceará

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Maria Eloisa Bezerra da Rocha
Ana Cristina Lima Maia Souza
Clayber Nascimento Medeiros.
Klinger Aragão Magalhães
Margarida Nascimento

Rio Grande do Norte

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA

José Leônidas Galvão Neto
Wagner Rodrigues

Paraíba

Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual - IDEME

Leilah Silva Barros
Geraldo Lopes de Oliveira
Rosimélia Lima Santos de Araújo

Pernambuco**Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco -****CONDEPE/FIDEM**

Wilson Grimaldi
Carlos Henrique Loyo Carneiro da Cunha
Claudia Baptista Ferreira Pereira
Mariana Haack Meira Lins

Alagoas**Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento****Econômico - SEPLANDE**

Christiane Louise Lima Silva
Ilmo Wanderley Gallindo
Gilvandro Freitas
Roberson Leite Silva Junior
Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Sergipe**Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Seplag**

José Carlos Pereira
Josefa Maria Góis de Mello

Bahia**Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI**

Simone Borges Medeiros Pereira
Denis Veloso da Silva
Gustavo Casseb Pessoti
João Paulo Caetano Santos
Karina Carneiro da Silva

Minas Gerais**Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações -****FJP/CEI**

Maria Aparecida Sales Souza Santos
Carla Cristina Aguilar de Souza
Marilene Cardoso Gontijo
Raimundo de Sousa Leal Filho
Reinaldo Carvalho de Moraes
Thiago Rafael Corrêa de Almeida

Espírito Santo**Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN**

Edna Moraes Tresinari
Adriano do Carmo Santos
Carla D'Angelo Moulin
Gustavo Ribeiro
Vitor Januário Oliveira

Rio de Janeiro

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ

Seráfita Azeredo Ávila
Ana Cristina Xavier Andrade
Armando de Souza Filho
Rodrigo Santos Martins

Paraná

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

Ricardo Kureski

Santa Catarina

Secretaria de Estado do Planejamento - SPG/SC

Alex Ribeiro
Carlos Mestre Crespo Luz
Paulo Zoldan

Rio Grande do Sul

Fundação de Economia e Estatística - FEE

Cecília Rutkoski Hoff (supervisora)
Juarez Meneghetti (coordenador)
Carlos Bertolli de Gouveia
Carolina Agranonik
Eliana Figueiredo da Silva
Jéfferson Augusto Colombo
Martinho Roberto Lazzari
Rodrigo de Sá da Silva
Sérgio Fischer
Vinícius Dias Fantinel

Mato Grosso do Sul

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia - Semac/MS

Eliandres Pereira Saldanha
Giorgia dos Santos Cara Velela
Loraine Osterberg Benites Pereira
Napoleão Barboza de Souza Neto (Estagiário)

Mato Grosso

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - Seplan/MT

Eduardo Matsubara
Marilde Brito Lima

Goiás

Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - IMB/SEGPLAN/GO

Dinamar Maria Ferreira Marques
Luciano Ferreira da Silva
Millades de Carvalho Castro

Distrito Federal**Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN**

Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira
Sandra Regina Andrade Silva

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Ana Claudia de Azevedo Monteiro
Ana Maria Oliveira de Souza
Elane Conceição de Oliveira
Patry Marques Boscá
Renato Mendes Freitas

Elaboração de tabulações especiais para o PIB dos Municípios**Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL**

Thelma Faria Wall Barbosa de Carvalho

Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

Herbert Koehne de Castro

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

<http://www.anp.gov.br>

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

Gilmar Santos

Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO

<http://www.infraero.gov.br/>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP

<http://www.inep.gov.br/>

Receita Federal do Brasil

Jorge Darcy Osório

Secretarias Estaduais da Fazenda - SEFAZ**Projeto Editorial****Centro de Documentação e Disseminação de Informações****Coordenação de Produção**

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração**Estruturação textual, tabular e de gráficos**

Beth Fontoura
Katia Vaz Cavalcanti
Marisa Sigolo
Sônia Rocha

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Sônia Rocha

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina R. C. de Carvalho
Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Solange Maria Mello de Oliveira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção de multimídia

Lgonzaga
Márcia do Rosário Brauns
Marisa Sigolo
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva
Elizabeth de Carvalho Faria
Lioara Mandoju
Maria da Penha Ribeiro Uchôa

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte

Contas nacionais

Matriz de insumo-produto: Brasil 1980. (Série relatórios metodológicos, v. 7).

Matriz de insumo-produto: Brasil 1985. 2 disquetes; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1990.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1991. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1992. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1993. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1994. Disquete; 3 ½ pol.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1995.

Matriz de insumo-produto: Brasil 1996.

Matriz de insumo-produto: Brasil. (Série relatórios metodológicos, v. 18).

Matriz de insumo-produto: Brasil 2002/2005. (Contas nacionais, n. 23).

Brasil: novo sistema de contas nacionais, metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. 2 v. (Textos para discussão, n. 10).

Novo sistema de contas nacionais, séries correntes 1981-85. 2 v. (Textos para discussão, n. 51).

Sistema de contas nacionais, tabelas de recursos e usos: metodologia. (Textos para discussão, n. 88).

Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: 1990-1995; v. 2: 1996.

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1997. (Contas nacionais, n. 1).

Sistema de contas nacionais: Brasil: resultados preliminares 1998. (Contas nacionais, n. 2).

- Sistema de contas nacionais: Brasil, v. 1: Tabelas de recursos e usos 1995-1999; v.2: Contas econômicas integradas 1995-1999. (Contas nacionais, n. 4).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 1998-2000. (Contas nacionais, n. 7).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 1999-2001. (Contas nacionais, n. 9).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002. (Contas nacionais, n. 10).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 12).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2005. (Contas nacionais, n. 19).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2005. (Contas nacionais, n. 20).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2002-2006. (Contas nacionais, n. 24).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 27).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 31).
- Sistema de contas nacionais: Brasil 2005-2009. (Contas nacionais, n. 34).
- Contas regionais do Brasil 1985-1997. (Contas nacionais, n. 3).
- Contas regionais do Brasil 1998. (Contas nacionais, n. 5).
- Contas regionais do Brasil 1999. (Contas nacionais, n. 6).
- Contas regionais do Brasil 2000. (Contas nacionais, n. 8).
- Contas regionais do Brasil 2001. (Contas nacionais, n. 11).
- Contas regionais do Brasil 2002. (Contas nacionais, n. 13).
- Contas regionais do Brasil 2003. (Contas nacionais, n. 15).
- Contas regionais do Brasil 2004. (Contas nacionais, n. 17).
- Contas regionais do Brasil 2002-2005. (Contas nacionais, n. 21).
- Contas regionais do Brasil 2003-2006. (Contas nacionais, n. 25).
- Contas regionais do Brasil 2003-2007. (Contas nacionais, n. 28).
- Contas regionais do Brasil 2004-2008. (Contas nacionais, n. 32).
- Contas regionais do Brasil 2005-2009. (Contas nacionais, n. 35).
- Contas regionais do Brasil 2010. (Contas nacionais, n. 38).
- Produto interno bruto dos municípios 1999-2002. (Contas nacionais, n. 14).
- Produto interno bruto dos municípios 1999-2003. (Contas nacionais, n. 16).
- Produto interno bruto dos municípios 2000-2004. (Contas nacionais, n. 18).
- Produto interno bruto dos municípios 2002-2005. (Contas nacionais, n. 22).
- Produto interno bruto dos municípios 2003-2006. (Contas nacionais, n. 26).
- Produto interno bruto dos municípios 2003-2007. (Contas nacionais, n. 30).
- Produto interno bruto dos municípios 2004-2008. (Contas nacionais, n. 33).
- Produto interno bruto dos municípios 2005-2009. (Contas nacionais, n. 36).
- Produto interno bruto dos municípios 2010. (Contas nacionais, n. 39)
- Conta - satélite de saúde: Brasil 2005-2007. (Contas nacionais, n. 29).